

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS

A INTERIORIZAÇÃO DA PERÍCIA CRIMINAL FEDERAL

ROGÉRIO LAURENTINO DE MESQUITA
Rio de Janeiro - 2012

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS

ROGÉRIO LAURENTINO DE MESQUITA

A INTERIORIZAÇÃO DA PERÍCIA CRIMINAL FEDERAL

Dissertação apresentada à Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getulio Vargas, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Administração Pública.

Orientadora: Profa. Dra. Deborah Moraes Zouain

Rio de Janeiro

2012

Mesquita, Rogério Laurentino de

A interiorização da Perícia Criminal Federal / Rogério Laurentino de Mesquita. – 2012.

116 f.

Dissertação (mestrado) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa.

Orientadora: Deborah Moraes Zouain.

Inclui bibliografia.

1. Descentralização administrativa. 2. Perícia (Exame técnico). 3. Peritos. 4. Criminalística. I. Zouain, Deborah Moraes. II. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa. III. Título.

CDD – 351.0073



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

ROGÉRIO LAURENTINO DE MESQUITA

A INTERIORIZAÇÃO DA PERÍCIA CRIMINAL FEDERAL

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Administração Pública da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas para obtenção do grau de Mestre em Administração Pública.

Data da defesa: 26/06/2012

Aprovada em:

ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA

Deborah Moraes Zouain
Orientador (a)

Roberto da Costa Pimenta

Denise Medeiros Ribeiro Salles

AGRADECIMENTOS

À Professora Doutora Deborah Moraes Zouain, pela orientação na realização deste trabalho, pela dedicação na condução do curso, e por toda a atenção dada aos alunos da turma de Mestrado em Administração Pública.

Aos excelentes professores da FGV, os verdadeiros Mestres, por todas as lições ensinadas.

Ao Diretor Técnico-Científico da Polícia Federal, Paulo Roberto Fagundes, pelo empenho para que o curso fosse realizado.

À colega Perita Criminal Federal Selma Marcelli, profissional séria e competente, por ter me substituído na ASSIST/DITEC e prestado toda a assessoria necessária e qualificada à Diretoria Técnico-Científica, durante as minhas ausências para participar do curso.

Ao colega Perito Criminal Federal Amaury Alan, pelo companheirismo nos trabalhos e pelas ricas discussões durante o curso.

Aos chefes e responsáveis pelos setores e unidades técnico-científicos do DPF, pela participação na pesquisa.

Ao PRONASCI, à SENASP e ao Ministério da Justiça, pelo patrocínio do curso.

À Claudia Ferreira, da FGV, pela paciência, pelo profissionalismo e pelo importante apoio desde o início do curso.

À Aline Silva e à Fernanda Santos, pelo belo trabalho realizado.

Ao Perito Criminal Federal Hêlvio Peixoto, pela brilhante participação no planejamento e na execução do curso.

Muito obrigado.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho...

...aos meus amados Andréa, Henrique e Caetano,

fonte diária de alegria e inspiração;

e à Teresinha,

minha querida mãe e eterna professora de vida.

“Todo artista tem de ir aonde o povo está!”

(Milton Nascimento)

RESUMO

A presente pesquisa versa sobre a interiorização da Perícia Criminal da Polícia Federal, que consiste num projeto de implantação de Unidades Técnico-Científicas para a execução de exames periciais em algumas cidades do interior do Brasil onde existem delegacias da Polícia Federal.

Após a abertura das primeiras unidades no interior do país surgiram alguns resultados positivos. Entretanto, também surgiram situações indesejáveis e aspectos negativos que não foram previstos.

O objetivo do estudo foi avaliar as vantagens e as desvantagens da instalação de Unidades Técnico-Científicas no interior do país para a administração da Perícia Criminal Federal.

A pesquisa foi realizada com 59 chefes das unidades de perícia criminal das capitais dos estados e das unidades do interior. O estudo demonstrou que alguns resultados positivos foram alcançados, como a maior rapidez no atendimento e a melhor interação com o usuário do serviço de perícia criminal. Mas foi constatado também que existem problemas relacionados à infraestrutura, recursos humanos e materiais nas unidades do interior.

Com o estudo foi possível concluir que a continuidade do programa de interiorização da perícia criminal federal depende preliminarmente da realização dos investimentos necessários em recursos humanos e materiais para que as unidades atualmente existentes possam ter as condições adequadas para seu funcionamento.

Palavras-chave: Perícia Criminal. Descentralização. Polícia Federal. Avaliação. Criminalística. Interiorização.

ABSTRACT

This research focuses on the internalization of the Criminalistics (Forensic Service) of the Federal Police, which consists of a project to open scientific and technical units to perform forensic examinations in some cities in the interior of Brazil where there are police stations of the Federal Police.

After the opening of the first units in the interior of the country, some positive results have been achieved. However, it also emerged undesirable situations and negative aspects that were not provided for.

The objective of this study was to evaluate the advantages and disadvantages of installing of technical-scientific units within the country for the administration of federal forensics.

The survey was conducted with 59 heads of forensic units of the capitals of Member States and of some cities in the interior of the country. The study showed that some positive results have been achieved, as faster service and better interaction with the forensic service users. But it has been found also that there are problems related to infrastructure, human resources and materials in the units of the interior of the country.

After this study it was possible to conclude that the continuation of the program of internalization of federal forensics depends on the achievement of the necessary investments preliminarily in human and material resources to that currently existing units may have the appropriate conditions for its functioning.

Keywords: Forensic Science. Decentralization. Federal Police. Evaluation. Criminalistics.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa geográfico da Justiça Federal.....	12
Figura 2 - Organização do Ministério Público da União.....	18
Figura 3 - Organização do Ministério Público Federal.....	19
Figura 4 - Organograma do DPF.....	30
Figura 5 - Organograma da DITEC em 2012.....	33
Figura 6 – Organograma do INC em 1965.....	34
Figura 7- Imagem aérea do Instituto Nacional de Criminalística – 2010.....	35
Figura 8 - Fachada do Instituto Nacional de Criminalística – 2010.....	35
Figura 9 – Distribuição das Unidades Técnico-Científicas da Polícia Federal.....	37
Figura 10 - Evolução da produção anual de laudos e pendências de 2005 a 2011.....	81
Figura 11 - Quantidade de pendências por antiguidade (tempo de solicitação) de 2009 a 2011.....	81

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantitativo de cargos e funções previstos para as 100 Varas da Justiça Federal criadas em 1999.....	13
Tabela 2 - Quantitativo de cargos e funções previstos para as 183 Varas da Justiça Federal criadas em 2003..	14
Tabela 3 - Quantitativo de cargos e funções previstos para as 230 Varas da Justiça Federal criadas em 2009..	16
Tabela 4 - Valores dos Cargos em comissão e Funções de Confiança do Poder Judiciário, em dezembro de 2008...	17
Tabela 5 – Unidades Técnico-Científicas da Polícia Federal.....	38

LISTA DE SIGLAS

AGE - Área de Gestão Estratégica

ANP - Academia Nacional de Polícia

APBAL - Área de Perícias de Balística Forense

APCF – Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais

APEX - Área de Perícias Externas

APF – Agente de Polícia Federal

APGEF - Área de Perícias de Genética Forense

APMA - Área de Perícias de Meio Ambiente

APMOD - Área de Perícias de Medicina e Odontologia Forense

CF - Constituição Federal

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CPP - Código de Processo Penal

DFSP - Departamento Federal de Segurança Pública

DGP - Diretoria de Gestão de Pessoal

DITEC - Diretoria Técnico-Científica

DLOG - Diretoria de Administração e Logística Policial

DNA – *Deoxyribonucleic acid*

DPCRIM - Divisão de Pesquisa, Padrões e Dados Criminalísticos

DPER - Divisão de Perícias

DPF – Delegado de Polícia Federal

DPF - Departamento de Polícia Federal

EPF – Escrivão de Polícia Federal

FGV - Fundação Getúlio Vargas

INC - Instituto Nacional de Criminalística

MJ - Ministério da Justiça

NUTEC - Núcleo Técnico-Científico

PCF - Perito Criminal Federal

PPF – Papiloscopista Policial Federal

PF - Polícia Federal

SEPAEL - Serviço de Perícias de Audiovisual e Eletrônicos

SEPCONT - Serviço de Perícias Contábeis

SEPDOC - Serviço de Perícias Documentoscópicas

SEPEMA - Serviço de Perícias de Engenharia

SEPINF - Serviço de Perícias de Informática

SEPLAB - Serviço de Perícias de Laboratório

SETEC - Setor Técnico-Científico

SISCRIM - Sistema Nacional de Gestão de Atividades de Criminalística

SR - Superintendência Regional de Polícia Federal

UTEC - Unidade Técnico-Científica

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	i
DEDICATÓRIA.....	ii
RESUMO	iv
ABSTRACT	v
LISTA DE FIGURAS	vi
LISTA DE TABELAS	vii
LISTA DE SIGLAS	viii
SUMÁRIO.....	x
1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1. O Problema.....	2
1.2. Objetivos	3
1.3. Suposições.....	4
1.4. Delimitação da pesquisa.....	5
1.5. Relevância da pesquisa	5
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	7
2.1. Estrutura organizacional, descentralização e desconcentração	7
2.2. A interiorização da Justiça Federal	11
2.3. A interiorização do Ministério Público Federal	17
2.4. A interiorização da violência.....	21
2.5. O Inquérito policial	22
2.6. A Perícia Criminal / Criminalística.....	24
2.7. O Perito Criminal	25
2.8. A Polícia Federal.....	27
2.8.1. Histórico	27

2.8.2. Estrutura	29
2.9. A Perícia Criminal Federal.....	31
2.9.1. O Perito Criminal Federal	31
2.9.2. A Diretoria Técnico-Científica.....	32
2.9.3. O Instituto Nacional de Criminalística	34
2.10. A interiorização da Perícia Criminal Federal	36
3. METODOLOGIA.....	40
3.1. Tipo de pesquisa.....	40
3.2. Universo e amostra.....	40
3.3. Coleta de dados	41
3.4. Tratamento dos dados	42
4. RESULTADOS	43
4.1. Resumo das respostas dos responsáveis pelas UTEC ao questionário	43
4.2. Resumo das respostas dos chefes de SETEC ao questionário	63
5. CONCLUSÕES	79
REFERÊNCIAS	85
Apêndice 1 - Questionário enviado aos responsáveis pelas UTEC.....	91
Anexo 1 – Memorando Circular - GAB/DITEC	99

1. INTRODUÇÃO

O tema escolhido para este estudo foi a implantação de Unidades Técnico-Científicas (UTEC) da Polícia Federal no interior do Brasil. Esta ação é conhecida no âmbito da Polícia Federal (PF) como Interiorização da Perícia Criminal Federal.

O trabalho está dividido em 5 capítulos, cujos conteúdos são descritos a seguir.

O primeiro capítulo apresenta o problema, os objetivos da pesquisa, as suposições e a delimitação do estudo, bem como a sua relevância.

O referencial teórico é apresentado no capítulo dois. Nele são abordados os conceitos de estrutura organizacional, descentralização e desconcentração. A interiorização da violência, da Justiça Federal e do Ministério Público Federal também são assuntos discutidos nesta etapa. Além disso, é exposta a estrutura organizacional do Departamento de Polícia Federal, incluindo a Diretoria Técnico-Científica e o Instituto Nacional de Criminalística.

O capítulo três versa sobre a metodologia utilizada na pesquisa, o tipo de pesquisa, o universo, a amostra, a coleta e o tratamento dos dados.

Os resultados são apresentados no capítulo quatro.

O capítulo cinco é destinado às conclusões e sugestões.

As referências, o apêndice e o anexo constituem a parte final do trabalho.

1.1. O Problema

Nos últimos anos o estado brasileiro tem tentado levar os serviços públicos essenciais aos cidadãos que vivem no interior do país. Entre estes serviços está a prestação jurisdicional.

Seguindo uma tendência, ou talvez uma necessidade, de descentralização e desconcentração da administração pública, há alguns anos a Justiça Federal (JF) iniciou o seu processo de interiorização. Foram abertas varas federais em diversas cidades do interior do país.

O Ministério Público Federal (MPF), na mesma linha de ação da Justiça Federal, também iniciou a desconcentração de seus serviços com a instalação de unidades nos municípios distantes das capitais há algum tempo.

A Polícia Federal (PF) é a polícia judiciária da União. Entre as suas atribuições estão a investigação de crimes de competência da Justiça Federal, e a apuração de infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União. Assim como a Justiça Federal e o Ministério Público Federal, a PF vem implantando delegacias no interior do Brasil há bastante tempo.

Uma das importantes ações para a melhoria da prestação jurisdicional é a produção da prova material isenta, com qualidade e celeridade. Na esfera federal, este trabalho é feito pela Polícia Federal, por meio da Perícia Criminal, ou Criminalística. Os Peritos Criminais Federais (PCF) são os policiais federais especializados na realização de exames periciais criminais e na produção da prova material. A Perícia Criminal da Polícia Federal também é denominada Perícia Criminal Federal.

A Perícia Criminal Federal atua em todo o território nacional. Os órgãos centrais da Perícia Criminal Federal ficam em Brasília, a capital do país. São eles a Diretoria Técnico-Científica (DITEC), e o Instituto Nacional de Criminalística (INC). Nos estados a Perícia Criminal da PF é representada pelos Setores Técnico-Científicos, localizados nas capitais.

Com a intenção de tentar melhorar a eficiência e a eficácia na produção da prova material, a Polícia Federal, por meio da Diretoria Técnico-Científica, iniciou a discussão sobre a ampliação da capacidade de atendimento da Perícia Criminal Federal. A DITEC elaborou um projeto de implantação de unidades de perícia criminal, denominadas Unidades Técnico-

Científicas (UTEC), em algumas cidades do interior do país onde já existiam delegacias da PF.

Alguns critérios foram levados em conta para a instalação das unidades. Dentre os critérios foram considerados o volume de solicitações de exames periciais criminais; o tamanho da área e da população do estado; a existência de vara da Justiça Federal na região; e a distância do município em relação à capital; entre outros.

Após a abertura das primeiras Unidades Técnico-Científicas alguns resultados positivos apareceram. Por outro lado, também surgiram situações indesejáveis, ou aspectos negativos, que não foram previstos.

Diante da situação exposta, o problema que se apresenta para esta pesquisa é:

Quais as vantagens e as desvantagens da instalação de Unidades Técnico-Científicas no interior do país para a administração da Perícia Criminal Federal?

1.2. Objetivos

O objetivo principal do estudo foi verificar quais as vantagens e as desvantagens da instalação de Unidades Técnico-Científicas no interior do país para a administração da Perícia Criminal Federal.

Conforme VERGARA (2009), para alcançar o objetivo geral é preciso atingir alguns objetivos intermediários, que são:

- i. Apresentar os conceitos teóricos que suportam a interiorização das atividades da perícia criminal;
- ii. Descrever a Perícia Criminal da Polícia Federal e o contexto que levou à implantação das Unidades Técnico-Científicas no interior do país;
- iii. Expor os critérios e a metodologia utilizados para a implantação das UTEC;
- iv. Observar os impactos da implantação das UTEC para a gestão da Perícia Criminal Federal;

- v. Apresentar as vantagens e as dificuldades encontradas no processo de interiorização da Perícia Criminal Federal, no que diz respeito à estrutura física, equipamentos e recursos humanos.
- vi. Identificar os aspectos positivos e negativos para os servidores e para a administração da PF referentes à abertura das Unidades Técnico-Científicas.

1.3. Suposições

Uma das suposições relacionadas ao problema apresentado é que a implantação das UTEC ao longo dos últimos anos promoveu uma melhoria na qualidade da prestação de serviços por parte da Perícia Criminal Federal. A melhoria na qualidade do serviço prestado levou, em tese, à uma melhoria na satisfação dos servidores.

A diminuição do tempo de conclusão dos exames e de elaboração dos laudos periciais criminais é um dos supostos resultados obtidos com a interiorização. Isto pode ter influenciado na redução da quantidade de solicitações de exames periciais pendentes de atendimento, e no aumento da quantidade de laudos produzidos.

Outra suposição é que a participação das Unidades Técnico-Científicas nas atividades de execução de exames periciais proporcionou uma maior disponibilidade de tempo nas unidades das capitais (SETEC) e nos órgãos centrais (DITEC e INC) para as atividades de gestão da perícia criminal.

Em relação às desvantagens da interiorização, existe uma suposição de que a pulverização de Unidades Técnico-Científicas no interior do país dificulta a lotação e a fixação de Peritos Criminais Federais em cidades pequenas ou com pouca estrutura nas áreas de saúde, educação, lazer e cultura. Dependendo das políticas de contratação e de remoção de PCF, esta situação pode levar à insatisfação dos servidores lotados nas UTEC, e ao esvaziamento de algumas unidades ao longo do tempo.

Um outro suposto problema da interiorização das unidades é a falta de PCF capacitados e com experiência para assumir as funções de chefia em algumas UTEC. Em razão da localização da unidade, da estrutura da cidade, e da falta de incentivos para assumirem funções administrativas no interior do país, os PCF mais experientes ou mais capacitados para as

atividades de gestão preferem permanecer nas capitais ou em cidades maiores. Assim, é possível que algumas UTEC estejam sendo chefiadas por servidores em início de carreira, em tese com pouca experiência, ou sem a capacitação necessária para a função.

A falta de recursos adequados para o bom desempenho dos trabalhos de perícia criminal em algumas UTEC é outra hipótese de problema relacionado à interiorização.

1.4. Delimitação da pesquisa

A pesquisa foi realizada no âmbito das unidades de Perícia Criminal da Polícia Federal. Os sujeitos da pesquisa foram os chefes dos setores técnico-científicos e os responsáveis pelas unidades técnico-científicas.

O estudo abrangeu o período compreendido entre o ano de 2003, ano de implantação da primeira unidade técnico-científica no interior, e o ano de 2011, último ano completo de atividades da Perícia Criminal Federal antes do início desta pesquisa.

O trabalho consistiu na avaliação da situação da Perícia Criminal da Polícia Federal após a implantação das UTEC, considerando principalmente fatores como pessoal, equipamentos e infraestrutura, na percepção dos chefes das unidades.

1.5. Relevância da pesquisa

No âmbito da Polícia Federal é possível perceber, informalmente, que os gestores do órgão, os servidores e os dirigentes de entidades representativas divergem sobre a necessidade e sobre as possíveis vantagens e desvantagens da interiorização da Perícia Criminal Federal. Entretanto, não foi possível encontrar estudos mais aprofundados sobre o tema na literatura disponível sobre o assunto.

A quantidade de Peritos Criminais Federais no Brasil teve um aumento significativo nos últimos anos. Houve um crescimento da ordem de quatro vezes, passando de aproximadamente 250 servidores em 1996 para cerca de 1.100 Peritos em 2010.

Com uma evolução de pessoal desta ordem os gestores da Polícia Federal, e em especial os da Perícia Criminal Federal, precisam de informações mais elaboradas sobre os resultados das políticas de lotação de pessoal e de implantação de unidades no interior do país, para tentar gerir melhor os recursos disponíveis.

A comunidade científica, de uma forma geral, também pode ter benefícios com a realização da pesquisa, uma vez que existem poucas investigações científicas na área policial. Estas pesquisas são ainda mais raras quando se tratam de questões gerenciais na área de Criminalística.

A informação produzida em razão deste estudo pode ser útil para os servidores e gestores da Justiça Federal, do Ministério Público e das polícias estaduais. Estas instituições interagem bastante, e às vezes dependem da Perícia Criminal Federal para a conclusão de suas tarefas.

O estudo poderá auxiliar também na produção e na disponibilização de informações sobre as Unidades Técnico-Científicas da Polícia Federal para os peritos criminais federais e estaduais, e outros profissionais da área de Segurança Pública. Além disso, poderá ser fonte de informações para auxiliar na elaboração de políticas de gestão das unidades de Criminalística no Brasil.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo apresenta o referencial teórico baseado na revisão da literatura e nos documentos pesquisados sobre o assunto. Nele serão abordados os conceitos de descentralização, desconcentração e estrutura organizacional. Também serão apresentadas informações sobre a interiorização da Justiça Federal e a do Ministério Público Federal, sobre a migração da violência para o interior do país, sobre a Polícia Federal e a interiorização da Perícia Criminal Federal.

2.1. Estrutura organizacional, descentralização e desconcentração

A estrutura de uma organização pode ser definida como o resultado de um processo através do qual ocorrem as seguintes ações: a autoridade é distribuída; as atividades são especificadas, desde os níveis mais baixos até a alta administração; e, um sistema de comunicação é delineado, permitindo que as pessoas realizem as atividades e exerçam a autoridade que lhes compete para atingir os objetivos organizacionais. Além disso, para que haja sucesso, é necessário que a estrutura organizacional esteja alinhada com a estratégia da organização (VASCONCELLOS, 1997).

As decisões e iniciativas estratégicas são tomadas pela organização em reação às pressões do meio em que ela está inserida. Tais decisões são as principais diretrizes para as mudanças da estrutura organizacional (JOHNSON e LEENDERS, 2001).

Fatores externos como a tecnologia, a competitividade do setor, as influências globais, as pressões do ambiente, entre outros, conduzem a uma busca de melhoria contínua por parte da organização. A definição da estrutura é auxiliada pela influência destes fatores nas estratégias organizacionais. Dependendo da situação, pode ser adotado um modelo centralizado, descentralizado ou híbrido, não havendo um modelo ideal. O melhor modelo será aquele que ajude a organização a aumentar a competitividade, atingir as metas e reduzir os custos (WRIGHT, 2003).

A decisão da autoridade é uma decisão fundamental no processo de delineamento da estrutura, de acordo com Vasconcellos (1997). Se as decisões estão muito centralizadas no topo da hierarquia pode haver sobrecarga da alta administração, demora nas decisões,

frustrações e decisões desvinculadas da realidade. De outro modo, no caso de decisões descentralizadas demais, pode haver falta de coordenação e dificuldades de controle.

Segundo Homburg, Workman e Jensen (2000), centralização é definida como o inverso do grau de delegação da autoridade decisória através da organização e do grau de participação dos membros da organização na tomada de decisão.

Para Callahan (2000, *apud* WRIGHT, 2003), não são absolutas nem a centralização, nem a descentralização. Porém, ambas refletem a quantidade de autoridade distribuída em cada nível organizacional. Descentralização pode ser sinônimo de dispersão de autoridade. Mas em qualquer estrutura organizacional há algum grau de descentralização de autoridade. Qualquer estrutura necessita de algum grau de delegação da autoridade. Em contrapartida, nenhuma organização sobrevive com uma total descentralização.

Na comparação dos modelos centralizados e descentralizados, conforme Vasconcellos (1997), é possível perceber vantagens e desvantagens em ambos. As vantagens da descentralização podem ser: maior rapidez e adaptação às necessidades no atendimento, além do desenvolvimento de capacitação gerencial. Ambas produzem efeitos positivos sobre a motivação do pessoal.

Em contrapartida, entre as desvantagens da descentralização estão: a capacidade ociosa de recursos humanos e de equipamentos; a dificuldade de padronização; a maior dificuldade na coordenação de atividades interdisciplinares; e, a duplicação de atividades. Estas características produzem efeitos negativos sobre a motivação do pessoal. A existência de capacidade ociosa, a duplicação de esforços e a dificuldade de padronização significam ainda custos maiores.

McCue e Pitzer (2000, *apud* WRIGHT, 2003) afirmam que o tema principal na discussão da centralização é como a empresa deve se estruturar para atender melhor aos clientes, assunto que deve estar presente no processo de escolha da estrutura organizacional de qualquer instituição. Outra questão a ser enfrentada é a necessidade de recursos humanos preparados e experientes para tomar iniciativas e assumir a responsabilidade pelas consequências de suas decisões. Por outro lado, em uma estrutura centralizada, esta responsabilidade fica concentrada na alta administração.

A estrutura de uma organização pode ser influenciada também pelos objetivos a serem atingidos; pela natureza da atividade e da tecnologia utilizada; pelo ambiente externo; e, pelo fator humano. Vasconcellos (1979) apresenta os aspectos referentes a cada uma das condicionantes, também denominados fatores de descentralização, que podem influenciar a descentralização da estrutura:

- Clareza dos objetivos e facilidade de medir resultados. Na medida em que haja objetivos claramente definidos e formas de avaliar os resultados das unidades descentralizadas, a redução do controle torna-se menos relevante e a descentralização mais viável.
- Grau de diversificação tecnológica dos serviços. Quanto mais especializados e diferenciados os serviços da unidade, maior a dificuldade de deslocar pessoas e equipamentos de uma unidade para outra, não havendo capacidade ociosa substancial na adoção de unidade descentralizada.
- Grau de interdependência entre atividades. Quanto maior a frequência de tarefas que exigem a interação entre os vários laboratórios, maiores serão as vantagens da centralização.
- Volume da demanda. Quanto maior o volume de serviços de uma unidade, tanto maior a justificativa para a descentralização.
- Flutuação da demanda. A descentralização dificulta a realocação para se atender a “picos” de atividade.
- Turbulência do ambiente. Em ambientes imprevisíveis que exigem mudanças constantes e rápidas, a descentralização da unidade torna-se mais adequada.
- Dispersão geográfica, dificuldades de acesso e comunicação. Quanto maiores ou mais fortes forem estes fatores, mais vantagens trará a descentralização.
- Capacitação do fator humano. Se as equipes não possuem condições de desempenhar suas funções sem supervisão, a descentralização deverá ser postergada.
- Estrutura informal e clima organizacional. Desvantagens da descentralização podem ser corrigidas por relacionamentos informais. Climas de antagonismo e conflito tendem a piorar com a descentralização.

Carlos Mattos (1989, p. 16 *apud* TIEZZI JUNIOR, 2001) comenta que descentralizar significa aumentar o poder, a autonomia de decisão e de controle dos recursos, as responsabilidades e as competências das coletividades locais em detrimento dos órgãos do poder central.

A descentralização se define quando existe uma dualidade de personalidade jurídica, segundo Boisier (1990, p.6 *apud* TIEZZI JUNIOR, 2001). Quando isso não acontecer, há o que se chama de desconcentração ou deslocalização, conceitos que muitas vezes são tomados de forma equivocada como sinônimos de conceitos com conteúdos diferentes.

A desconcentração constitui um processo de dispersão físico-territorial das agências governamentais anteriormente localizadas centralmente (LOBO, 1990, p.6).

Em 1967 a descentralização foi colocada como um dos cinco princípios fundamentais das atividades da Administração Federal. O Decreto-Lei nº 200/1967, que dispõe sobre a organização da administração federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa, e dá outras providências, previa a transferência de atividades para autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, com a finalidade de obtenção de maior dinamismo operacional por meio da descentralização funcional.

DECRETO-LEI Nº 200, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1967.

Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 6º As atividades da Administração Federal obedecerão aos seguintes princípios fundamentais:

I - Planejamento.

II - Coordenação.

III - Descentralização.

IV - Delegação de Competência.

V - Controle.

DA DESCENTRALIZAÇÃO

*Art. 10. A execução das atividades da Administração Federal deverá ser **amplamente descentralizada**.*

§ 1º A descentralização será posta em prática em três planos principais:

*a) dentro dos quadros da Administração Federal, distinguindo-se claramente o nível de **direção** do de **execução**;*

b) (...)

c) (...)

*§ 2º Em cada órgão da Administração Federal, os serviços que compõem a **estrutura central de direção** devem permanecer liberados das rotinas de execução e das tarefas de mera formalização de atos administrativos, para que possam concentrar-se nas atividades de **planejamento, supervisão, coordenação e controle**.*

(...)

*§ 4º Compete à **estrutura central de direção** o estabelecimento das **normas, critérios, programas e princípios**, que os serviços responsáveis pela execução são obrigados a respeitar na solução dos casos individuais e no desempenho de suas atribuições.*

BRASIL, 1967. (Grifos nossos)

Para Mintzberg (1995) a descentralização é necessária porque a organização precisa ter respostas rápidas para as demandas locais. É necessário que a pessoa certa esteja no local certo, e que disponha de poder para tomar decisões. Com isso, a organização pode oferecer

serviços melhores aos seus clientes. Além disso, nem sempre é possível que todas as decisões sejam tomadas em apenas um centro de decisões. Nem sempre é possível que todas as informações necessárias para a tomada de decisão cheguem ao centro de decisão.

2.2. A interiorização da Justiça Federal

Sem uma justiça acessível ao homem comum, aplicada com razoável rapidez, não se pode falar em liberdade ou democracia. O pior julgamento é aquele que não acontece. (BELTRÃO, 1984. p. 111.)

A Justiça Federal brasileira tem por competência o julgamento de ações nas quais a União Federal, suas autarquias, fundações e empresas públicas federais figurem na condição de autoras ou rés e outras questões de interesse da Federação previstas no art. 109 da Constituição Federal (disputa sobre direitos indígenas, crimes cometidos a bordo de aeronave ou navio, crimes praticados contra bens, serviços ou interesses da União, entre outros). A Justiça Federal brasileira é regulamentada pela Lei n. 5.010/1966 (JUSTIÇA FEDERAL, 2012).

A Justiça Federal é composta por cinco Tribunais Regionais Federais (TRF), vinte e sete Seções Judiciárias e pelo Conselho da Justiça Federal (CJF) que exerce a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de Primeiro e Segundo Grau, como órgão central de sistema e com poderes correccionais, cujas decisões têm caráter vinculante.

A Justiça Federal de 1º Grau, em sua função jurisdicional, é exercida pelos Juízes Federais e Juízes Federais Substitutos, os quais estão distribuídos em 863 Varas Federais (Varas Federais – VF e Juizados Especiais Federais – JEF).

As Seções Judiciárias, com sedes nas capitais das Unidades da Federação, são compostas por Varas Federais e descentralizadas em subseções judiciárias no interior dos estados. A Justiça Federal de 2º Grau é exercida pelos tribunais regionais federais, distribuídos em cinco regiões, conforme demonstra o mapa constante na figura 1.

Para Beltrão (1984) a maior e mais corajosa revolução a fazer no Brasil é a revolução da descentralização. Na esfera do Judiciário, Beltrão afirma que é bastante preocupante a necessidade de fortalecer a estrutura de primeira instância e a instalação nos grandes centros urbanos de uma justiça periférica, rápida e informal, constituída de juízes que estejam em

contato direto com o povo, para resolver pequenas causas, os problemas que afetam seu dia-a-dia. Ele defendia ser urgentemente necessário instituir Unidades Judiciais mais próximas dos fatos.



Figura 1: Mapa geográfico da Justiça Federal.
Fonte: BRASIL, 2012. Conselho da Justiça Federal.

Em 1969, por meio de emenda constitucional, foram constituídas as Seções Judiciárias dos estados brasileiros. A sede de cada Seção era a capital do respectivo estado, e as varas seriam localizadas no interior, conforme estabelecido em lei.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 1, DE 17 DE OUTUBRO DE 1969

Emenda à Constituição de 24 de janeiro de 1967,

SEÇÃO V

Dos Tribunais e Juízes Militares

Dos Juízes Federais

Art. 124. Cada Estado, bem como o Distrito Federal, constituirá uma Seção Judiciária, que terá por sede a respectiva Capital, e varas localizadas segundo o estabelecido em lei.

Parágrafo único. Nos Territórios do Amapá, Roraima e Rondônia, a jurisdição e as atribuições cometidas aos juízes federais caberão aos juízes

da justiça local, na forma que a lei dispuser. O Território de Fernando de Noronha compreender-se-á na Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.
(BRASIL, 1969)

Com a promulgação da Lei nº 9.788/1999, que dispõe sobre a reestruturação da Justiça Federal de Primeiro Grau nas cinco Regiões, naquele ano foram criadas 100 Varas na Justiça Federal de Primeiro Grau, assim distribuídas: 18 Varas na 1ª Região; 15 Varas na 2ª Região; 40 Varas na 3ª Região; 15 Varas na 4ª Região; e 12 Varas na 5ª Região. A mesma Lei previu a criação de 2.453 cargos e funções relacionadas às Varas, conforme disposto na tabela 1.

Tabela 1: Quantitativo de cargos e funções previstos para as 100 Varas da Justiça Federal criadas em 1999.

CARGO	1ª região	2ª região	3ª região	4ª região	5ª região	Total
Juiz Federal	18	15	40	15	12	100
Juiz Federal Substituto	18	15	40	15	12	100
Analista Judiciário	126	106	280	106	84	702
Técnico Judiciário	126	104	280	104	84	698
FUNÇÃO						
FC 09	18	15	40	15	12	100
FC 05	126	107	280	107	84	704
FC 04	9	7	20	7	6	49
Total						2453

Fonte: BRASIL, 1999. Lei 9.788.

Em 2003, por meio da Lei nº 10.772, houve a criação de mais 183 Varas Federais destinadas precipuamente à interiorização da Justiça Federal de Primeiro Grau e à implantação dos Juizados Especiais no País, distribuídas conforme explicitado a seguir.

59 Varas na 1ª Região, com as sedes nos seguintes municípios: Rio Branco/AC, Macapá/AP, Tabatinga/AM, Manaus/AM, Barreiras/BA, Campo Formoso/BA, Eunápolis/BA, Feira de Santana/BA, Guanambi/BA, Itabuna/BA, Jequié/BA, Juazeiro/BA, Paulo Afonso/BA, Salvador/BA (três), Vitória da Conquista/BA, Goiânia/GO (duas), Anápolis/GO, Luziânia/GO, Rio Verde/GO, Aparecida de Goiânia/GO, Caxias/MA, São Luís/MA, 04 Distrito Federal (quatro), Belo Horizonte/MG (três), Divinópolis/MG (duas), Governador Valadares/MG (duas), Ipatinga/MG, Lavras/MG, Montes Claros/MG, Passos/MG, Patos de Minas/MG, Pouso Alegre/MG, São João Del Rey/MG, São Sebastião do Paraíso/MG, Sete Lagoas/MG, Varginha/MG, Cáceres/MT, Cuiabá/MT, Sinop/MT, Rondonópolis/MT,

Belém/PA, Altamira/PA, Castanhal/PA, Teresina/PI, Picos/PI, Palmas/TO, Porto Velho/RO, Ji-Paraná/RO, Boa Vista/RR.

27 Varas na 2ª Região, com as sedes nas seguintes Varas: Linhares/ES, Colatina/ES, Barra do Piraí/RJ, São Gonçalo/RJ (cinco), Duque de Caxias/RJ (três), e Nova Iguaçu/RJ (três).

28 Varas na 3ª Região, com as sedes nos seguintes municípios: Coxim/MS, Ponta Porã/MS, Naviraí/MS, Dourados/MS, Registro/SP, Sorocaba/SP, em Mogi das Cruzes/SP (duas), Caraguatatuba/SP, Americana/SP, Avaré/SP, Andradina/SP, Catanduva/SP, Santos/SP, Campinas/SP (duas), Franca/SP, São Carlos/SP, Jundiaí/SP (duas), e Araraquara/SP.

36 Varas na 4ª Região, com as sedes nos seguintes municípios: Apucarana/PR, União da Vitória/PR, Jacarezinho/PR, Pato Branco/PR, Toledo/PR, Francisco Beltrão/PR, Erechim/RS, Carazinho/RS, Cachoeira do Sul/RS, Santa Rosa/RS, Cruz Alta/RS, Santiago/RS, Caçador/SC, Mafra/SC, Brusque/SC, Concórdia/SC, e Rio do Sul/SC.

33 Varas na 5ª Região, com as sedes nos seguintes municípios: Arapiraca/AL, União dos Palmares/AL, Crateús/CE, Juazeiro do Norte/CE, Limoeiro do Norte/CE, Sobral/CE, Quixadá/CE, Iguatu/CE, Tauá/CE, Campina Grande/PB (duas), Souza/PB, Caruaru/PE, Garanhuns/PE, Goiana/PE, Salgueiro/PE, Petrolina/PE, Serra Talhada/PE, Ouricuri/PE, Palmares/PE, Caicó/RN, Mossoró/RN, Estância/SE, e Itabaiana/SE.

A Lei 10.772 previu a criação de 4.983 cargos e 3.651 funções, a serem preenchidos no decorrer dos anos 2003 a 2008, conforme disposto na tabela 2.

Tabela 2: Quantitativo de cargos e funções previstos para as 183 Varas da Justiça Federal criadas em 2003

	2003					2004					2005							
CARGO / REGIÃO	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	Total 1	Total 2	Total 1 + 2
Juiz Federal	10	7	7	8	8	8	5	4	7	6	41	15	17	21	19	183	0	183
Juiz Federal Substituto	10	10	11	8	8	8	5	4	7	6	41	19	23	21	19	200	0	200
Analista Judiciário	90	90	99	72	72	72	45	36	63	54	81	81	99	54	45	1053	947	2000
Técnico Judiciário	110	110	121	88	88	88	55	44	77	66	99	99	121	66	55	1287	1313	2600
TOTAL	220	217	238	176	176	176	110	88	154	132	262	214	260	162	138	2723	2260	4983

	2003					2004					2005							
CARGO / REGIÃO	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	Total 1	Total 2	Total 1 + 2
FUNÇÃO																		
FC 09 (CJ-03)	10	10	11	8	8	8	5	4	7	6	9	9	11	6	5	117	83	200
FC 05	110	110	121	88	88	88	55	44	77	66	99	99	121	66	55	1287	1313	2600
FC 04	10	10	11	8	8	8	5	4	7	6	9	9	11	6	5	117	134	251
FC 02	20	20	22	16	16	16	10	8	14	12	18	18	22	12	10	234	366	600
TOTAL	150	150	165	120	120	120	75	60	105	90	135	135	165	90	75	1755	1896	3651
	2006					2007					2008							
CARGO / REGIÃO	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	Total 2		
Juiz Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0		
Juiz Federal Substituto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0		
Analista Judiciário	135	66	116	84	69	90	36	45	45	54	99	18	27	36	27	947		
Técnico Judiciário	193	104	204	126	103	110	44	55	55	66	121	22	33	44	33	1313		
TOTAL	328	170	320	210	172	200	80	100	100	120	220	40	60	80	60	2260		
FUNÇÃO																		
FC 09 (CJ-03)	11	4	4	6	5	10	4	5	5	6	11	2	3	4	3	83		
FC 05	193	104	204	126	103	110	44	55	55	66	121	22	33	44	33	1313		
FC 04	20	12	24	14	11	10	4	5	5	6	11	2	3	4	3	134		
FC 02	58	38	88	42	34	20	8	10	10	12	22	4	6	8	6	366		
TOTAL	282	158	320	188	153	150	60	75	75	90	165	30	45	60	45	1896		

Fonte: BRASIL, 2003. Lei 10.772.

Em 4 de agosto de 2009, com a promulgação da Lei nº 12.011, foram criadas mais 230 (duzentas e trinta) Varas Federais, destinadas, precipuamente, à interiorização da Justiça Federal de primeiro grau e à implantação dos Juizados Especiais Federais no País. A localização das varas criadas foi estabelecida pelo Conselho da Justiça Federal, com base em critérios técnicos objetivos que identifiquem a necessidade da presença da Justiça Federal na localidade. Para isto, foram considerados, principalmente, a demanda processual, inclusive aquela decorrente da competência delegada, a densidade populacional, o índice de crescimento demográfico, o Produto Interno Bruto, a distância de localidades onde haja vara federal e as áreas de fronteiras consideradas estratégicas.

As novas Varas criadas, com os respectivos cargos de Juiz Federal, Juiz Federal Substituto, cargos efetivos e em comissão e funções comissionadas, seriam implantadas gradativamente pelos Tribunais Regionais Federais, observada a disponibilidade de recursos orçamentários. A implantação gradativa seria efetuada da seguinte forma: 46 Varas em 2010; 46 Varas em 2011; 46 Varas em 2012; 46 Varas em 2013; e, 46 Varas em 2014.

Em 2011, quando da elaboração de relatório anual de prestação de contas pelo CJF, foram compiladas as principais realizações efetuadas na Justiça Federal naquele ano. Dentre várias ações constantes do relatório, foi citada a continuidade na coordenação e no acompanhamento da instalação de novas varas federais na Justiça Federal, criadas pela Lei n. 12.011, e com localidades definidas por meio da Resolução CJF nº 102/2010, com cronograma de instalação gradativa, entre 2010 e 2014.

O CJF vem acompanhando a instalação das unidades da Justiça Federal em todo o país, observando as necessidades relativas à infraestrutura física e tecnológica, ao orçamento e ao desenvolvimento profissional. Em 2010 foram instaladas 46 varas, mesmo número de varas instaladas em 2011, conforme previsto no cronograma elaborado (BRASIL, 2011).

A Lei 12.011 previu a criação de 230 cargos de Juiz Federal, 230 cargos de Juiz Federal Substituto, 2.070 de Analista Judiciário e 2.530 cargos de Técnico Judiciário, além diversas funções para as 230 varas criadas, sendo 37 cargos/funções por vara, ou 8.510 cargos/funções no total, conforme descrito na tabela 3. As despesas oriundas da execução da Lei correriam por conta das dotações orçamentárias consignadas à Justiça Federal de primeiro grau ou de outras destinadas a esse fim.

Tabela 3 - Quantitativo de cargos e funções previstos para as 230 Varas da Justiça Federal criadas em 2009.

Cargos/funções	Quantitativo físico por vara	Total
Juiz Federal	1	230
Juiz Federal substituto	1	230
Analista Judiciário	9	2.070
Técnico Judiciário	11	2.530
CJ-3	1	230
FC-5	11	2.530
FC-3	1	230
FC-2	2	460
Total	37	8.510

Fonte: BRASIL, 2009. Lei 12.011.

O que pode ser observado no processo de interiorização da Justiça Federal é que houve uma grande mobilização e organização por parte dos juízes federais, da associação representativa da categoria, e do Conselho Nacional de Justiça para que o projeto de interiorização fosse executado dentro do que era esperado e pleiteado pelos interessados.

Uma preocupação notável nos normativos legais que previam a criação de novas varas na Justiça Federal, muitas delas para serem instaladas no interior do país, foi com a criação dos respectivos cargos e funções necessários para o funcionamento das unidades. A tabela 4 apresenta os valores dos cargos em comissão e funções de confiança do Poder Judiciário, referentes a dezembro de 2008.

Tabela 4 - Valores dos Cargos em comissão e Funções de Confiança do Poder Judiciário, em dezembro de 2008.

Cargo/Função	Integral	Opção pelo Cargo Efetivo
CJ-04	11.686,76	7.596,39
CJ-03	10.352,52	6.729,14
CJ-02	9.106,74	5.919,38
CJ-01	7.945,86	5.164,81
FC-06	4.726,70	3.072,36
FC-05	3.434,43	2.232,38
FC-04	2.984,45	1.939,89
FC-03	2.121,65	1.397,07
FC-02	1.823,15	1.185,05
FC-01	1.567,95	1.019,17

Fonte: BRASIL, 2006. Lei nº 11.416.

Atualmente a Justiça Federal de primeiro grau conta com 933 cargos de Juiz Federal e 1.013 Juiz Federal Substituto, totalizando 1.946 cargos.

2.3. A interiorização do Ministério Público Federal

O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (BRASIL, 1988).

Os integrantes do Ministério Público atuam como advogados da sociedade, seja defendendo o cidadão contra eventuais abusos ou omissão do Poder Público, seja defendendo o patrimônio público contra ataques de particulares de má-fé. Dentre as incumbências dos integrantes do Ministério Público estão a fiscalização do efetivo cumprimento das leis editadas no País, bem como aquelas decorrentes de tratados e acordos internacionais de que o Brasil seja signatário; o zelo pelo Estado de Direito e pela real observância dos princípios e normas que garantem a participação popular na condução dos destinos do País; e, a promoção de todas as medidas e ações necessárias para a efetivação de direitos em que esteja presente o interesse geral, da coletividade, visando à melhoria das condições de vida em sociedade (OLIVEIRA, 2010).

No cumprimento dessas atribuições, os Ministérios Públicos atuam em causas as mais diversas possíveis, no âmbito criminal e no cível, perante todos os órgãos do Poder Judiciário, em todas as instâncias. O Ministério Público da União exerce o controle externo da atividade policial.

A figura 2 mostra a organização do Ministério Público da União, do qual fazem parte o Ministério Público Federal - MPF, o Ministério Público do Trabalho - MPT, o Ministério Público Militar - MPM e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT.

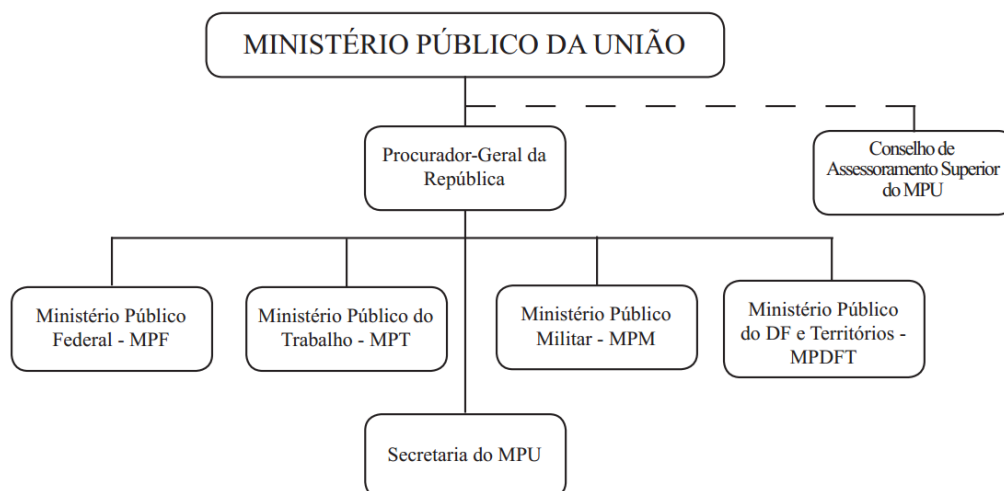


Figura 2 - Organização do Ministério Público da União
Fonte: OLIVEIRA, 2010.

O Ministério Público Federal atua nas causas de competência da Justiça Federal e nas de competência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, sempre que estiverem em discussão bens, serviços ou interesses da União, de suas entidades autárquicas

(por exemplo, INSS, Banco Central) e empresas públicas federais (Caixa Econômica Federal, Correios). Exerce também a função eleitoral, atuando nos Tribunais Regionais Eleitorais e no Tribunal Superior Eleitoral (OLIVEIRA, 2010).

A figura 3 apresenta a organização do Ministério Público Federal.

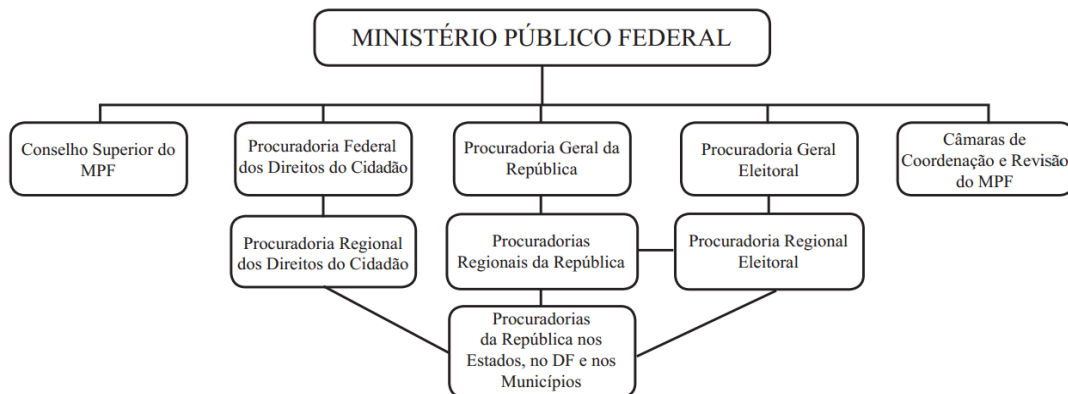


Figura 3 - Organização do Ministério Público Federal
Fonte: OLIVEIRA, 2010.

O chefe do MPU é o procurador-geral da República, que vem a ser também chefe do MPF e procurador-geral Eleitoral.

O Ministério Público é regulamentado ainda pela Lei Complementar n.º 75 de 20 de maio de 1993 (Estatuto do Ministério Público da União); pela Lei n.º 8.625 de 12 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público); e pela Resolução n.º 20 de 28 de maio de 2007 (Controle externo de atividade policial do CNMP).

O Ministério Público Federal tem 136 unidades em cidades do interior do Brasil, denominadas Procuradorias da República nos Municípios (PRM), as quais são listadas a seguir:

- | | |
|--------------------------|----------------------------------|
| 1. Altamira - PA | 13. Bragança Paulista - SP |
| 2. Anápolis - GO | 14. Caçador - SC |
| 3. Angra dos Reis - RJ | 15. Cáceres - MT |
| 4. Araçatuba - SP | 16. Cachoeira do Sul - RS |
| 5. Arapiraca - AL | 17. Cachoeiro de Itapemirim - ES |
| 6. Araraquara - SP | 18. Caicó- RN |
| 7. Assis - SP | 19. Campina Grande - PB |
| 8. Bagé - RS | 20. Campinas - SP |
| 9. Barreiras - BA | 21. Campo Formoso - BA |
| 10. Bauru - SP | 22. Campo Mourão - PR |
| 11. Bento Gonçalves - RS | 23. Campos dos Goytacazes - RJ |
| 12. Blumenau - SC | 24. Canoas - RS |

25. Caruarú - PE
26. Cascavel - PR
27. Caxias - MA
28. Caxias do Sul - RS
29. Chapecó - SC
30. Colatina - ES
31. Concórdia - SC
32. Corumbá - MS
33. Criciúma - SC
34. Cruz Alta - RS
35. Dourados - MS
36. Erechim - RS
37. Eunápolis - BA
38. Feira de Santana - BA
39. Foz do Iguaçu - PR
40. Franca - SP
41. Francisco Beltrão - PR
42. Garanhuns - PE
43. Guanambi - BA
44. Guarapuava - PR
45. Guaratinguetá - SP
46. Guarulhos - SP
47. Ilhéus/Itabuna - BA
48. Imperatriz - MA
49. Ipatinga - MG
50. Itabaiana - SE
51. Itajaí - SC
52. Itaperuna - RJ
53. Jacarezinho - PR
54. Jales - SP
55. Jaraguá do Sul - SC
56. Jaú - SP
57. Jequié - BA
58. Ji-Paraná - RO
59. Joaçaba - SC
60. João Pessoa - PB
61. Joinville - SC
62. Juazeiro do Norte - CE
63. Juiz de Fora - MG
64. Lages - SC
65. Lajeado - RS
66. Limoeiro do Norte - CE
67. Londrina - PR
68. Macaé - RJ
69. Mafra - SC
70. Marabá - PA
71. Marília - SP
72. Maringá - PR
73. Montes Claros - MG
74. Mossoró - RN
75. Niterói - RJ
76. Nova Friburgo - RJ
77. Novo Hamburgo - RS
78. Ourinhos - SP
79. Paranaguá - PR
80. Paranavaí - PR
81. Passo Fundo - RS
82. Passos - MG
83. Pato Branco - PR
84. Patos de Minas - MG
85. Paulo Afonso - BA
86. Pelotas - RS
87. Petrolina/Juazeiro - PE
88. Petrópolis - RJ
89. Picos - PI
90. Piracicaba - SP
91. Ponta Grossa - PR
92. Ponta Porã - MS
93. Pouso Alegre - MG
94. Presidente Prudente - SP
95. Resende - RJ
96. Ribeirão Preto - SP
97. Rio do Sul - SC
98. Rio Grande - RS
99. Rio Verde - GO
- Santa Cruz do Sul - RS
100. Santa Maria - RS
101. Santa Rosa - RS
102. Santana do Livramento - RS
103. Santarém - PA
104. Santo Ângelo - RS
105. Santos - SP
106. São Bernardo do Campo/Santo André - SP
107. São Gonçalo - RJ
108. São João da Boa Vista - SP
109. São João de Meriti - RJ
110. São João Del Rei - MG
111. São José do Rio Preto - SP
112. São José dos Campos - SP
113. São Mateus - ES
114. São Miguel do Oeste - SC
115. São Pedro d'Aldeia - RJ
116. São Carlos - SP
117. Serra Talhada/Salgueiro - PE
118. Sete Lagoas - MG
119. Sinop - MT
120. Sobral - CE
121. Sorocaba - SP
122. Sousa - PB
123. Tabatinga - AM
124. Taubaté - SP
125. Teresópolis - RJ
126. Três Lagoas - MS
127. Tubarão - SC
128. Tupã - SP
129. Uberaba - MG
130. Uberlândia - MG
131. Umuarama - PR
132. Uruguaiana - RS

133. Varginha - MG
134. Vitória da Conquista - BA

135. Volta Redonda - RJ

2.4. A interiorização da violência

Um dos conceitos populares é o de que uma das características ruins das grandes cidades é a violência. O progresso, a cultura, o emprego e a riqueza das metrópoles também atraem o crime.

Mas este conceito está mudando. Ultimamente, talvez em função do desenvolvimento econômico crescente em regiões do interior do Brasil, a violência está atingindo cada vez mais os pequenos municípios.

De acordo com Waiselfisz (2011) o Brasil é o sexto país do mundo em número de homicídios, com 26 homicídios por 100 mil habitantes. Em 2010 ocorreram cerca de 50.000 homicídios no país, o que dá uma média de 137 homicídios por dia. Em termos absolutos, naquele ano, o Brasil era o país que registrava o maior número de homicídios do mundo.

Os níveis de violência tem diminuído em algumas capitais e regiões metropolitanas do país. No entanto, é possível notar o crescimento da violência em locais anteriormente considerados pacíficos e tranquilos. De acordo com a estatística, caso a situação se mantenha, o número de homicídios nas cidades do interior deverá ultrapassar o das capitais e regiões metropolitanas do país em menos de uma década (WASELFISZ, 2011).

No início de 2012 o Ministério da Justiça elaborou o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência. O plano teria como foco a diminuição de assassinatos, com o investimento maciço em perícia, compra de equipamentos para as polícias estaduais e fortalecimento das corregedorias das polícias civis e militares.

Diante dos elevados patamares da violência, mesmo em cidades ou estados que receberam grande aporte de recursos do governo federal, chegou-se à conclusão de que uma das soluções para o problema seria instalar laboratórios e realizar cursos de perícias para as polícias estaduais. Atualmente a maioria dos assassinatos não são esclarecidos por falta de estrutura técnica das polícias civis. (O GLOBO, 2012).

2.5. O Inquérito policial

Em 1830 o Código de Processo Criminal descentralizou a organização policial e, em 1842, foram definidas as competências da Polícia Administrativa e da Polícia Judiciária. Ambas ficaram sob a coordenação do Ministro da Justiça. O cargo de Intendente foi substituído em 1844 pelo Chefe de Polícia. Por meio do Decreto nº 3.598/1866 a polícia foi dividida em civil, coordenada pelo Chefe de Polícia, e militar, vinculada ao Ministro da Justiça. O Inquérito Policial foi criado em 1871, por meio da Lei nº 2.033, regulamentada pelo Decreto nº 4.824 (Cardoso, 2010).

DECRETO Nº 4.824, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1871.

Regula a execução da Lei nº 2.033 de 24 de Setembro do corrente anno, que alterou diferentes disposições da Legislação Judiciaria.

CAPITULO II - SECÇÃO I

Do Chefe de Policia, Delegados e Subdelegados

Art. 10. As attribuições do Chefe, Delegados e Subdelegados de Policia subsistem com as seguintes reduções:

1º A da formação da culpa e pronuncia nos crimes communs.

2º A do julgamento dos crimes do art. 12, § 7º do Código do Processo Criminal, e do julgamento das infracções dos termos de segurança e de bem viver.

Art. 11. Compete-lhes, porém:

1º Preparar os processos dos crimes do art. 12, § 7º do citado Codigo; procedendo ex-officio quanto aos crimes policiaes.

*2º Proceder ao **inquerito policial** e a todas as diligencias para o descobrimento dos factos criminosos e suas circumstancias, inclusive o **corpo de delicto**.*

SECÇÃO III

Do inquerito policial

Art. 38. Os Chefes, Delegados e Subdelegados de Policia, logo que por qualquer meio lhes chegue a noticia de se ter praticado algum crime commum, procederão em seus districtos ás diligencias necessarias para verificação da existencia do mesmo crime, descobrimento de todas as suas circumstancias e dos delinquentes.

Art. 39. As diligencias a que se refere o artigo antecedente comprehendem:

*1º O **corpo de delicto directo**.*

2º Exames e buscas para apprehensão de instrumentos e documentos.

3º Inquirição de testemunhas que houverem presenciado o facto criminoso ou tenham razão de saber-o.

4º Perguntas ao réo e ao offendido.

Em geral tudo o que fôr util para esclarecimento do facto e das suas circumstancias.

*Art. 40. No caso de flagrante delicto, ou por effeito de queixa ou denuncia, se logo comparecer a autoridade judiciária competente para a formação da culpa a investigar do facto criminoso, notório ou arguido, a autoridade policial se limitará a auxiliar-a, colligindo ex-officio **as provas** e esclarecimentos que possa obter e procedendo na esphera de suas attribuições ás diligencias que lhe forem requisitadas pela autoridade judiciária ou requeridas pelo Promotor Público ou por quem suas vezes fizer.*

Art. 41. Quando, porém, não compareça logo a autoridade judiciária ou não instaure immediatamente o processo da formação da culpa, deve a autoridade policial proceder ao inquerito acerca dos crimes communs de que tiver conhecimento proprio, cabendo a acção pública: ou por denuncia, ou a requerimento da parte interessada ou no caso de prisão em flagrante.

Art. 42. O inquerito policial consiste em todas as diligencias necessarias para o descobrimento dos factos criminosos, de suas circumstancias e dos seus autores e complices; e deve ser reduzido a instrumento escripto, observando-se nelle o seguinte:

*1º Far-se-ha **corpo de delicto**, uma vez que o crime seja de natureza dos que deixam vestigios.*

*2º Dirigir-se-ha a autoridade policial com toda a promptidão ao **lugar do delicto** e ahi, além do exame do facto criminoso e de todas as suas circumstancias e descripção da localidade em que se deu, tratará com cuidado de investigar e colligir os indices existentes e apprehender os instrumentos do crime e quaesquer objectos encontrados, lavrando-se de tudo auto assignado pela autoridade, **peritos** e duas testemunhas. (...)*

*4º Feito o **corpo de delicto** ou sem elle, quando não possa ter lugar, indagará quaes as testemunhas do crime as fará vir á sua presença, inquirindo-as sob juramento a respeito do facto e suas circumstancias e de seus autores ou complices. Estes depoimentos na mesma occasião serão escriptos resumidamente em um só termo, assignado pela autoridade, testemunhas e delinquente, quando preso em flagrante.*

*Não ha prevenção de jurisdicção no acto do inquerito policial para o effeito de poder a autoridade judiciária ou o Promotor Público dirigir-se a qualquer autoridade policial e requisitar outras informações e diligencias necessarias; ou para o effeito de poder ex-officio cada qual das autoridades policiaes colher esclarecimentos e **provas** a bem da mesma formação da culpa, ainda depois de iniciada.*

(BRASIL, 1871. Grifos nossos)

De acordo com Nucci (2010) o inquérito policial é um procedimento preparatório da ação penal, de caráter administrativo, conduzido pela polícia judiciária e voltado à colheita preliminar de provas para apurar a prática de uma infração penal e sua autoria. Seu objetivo precípua é a formação da convicção do representante do Ministério Público, mas também a colheita de provas urgentes, que podem desaparecer, após o cometimento do crime.

O Código de Processo Penal (Decreto-Lei nº 3.689/1941 e atualizações) disciplinou o Inquérito Policial.

DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941.

Código de Processo Penal. - TÍTULO II - DO INQUÉRITO POLICIAL

(...)

Art. 4º A polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria.

(...)

Art. 6º Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá:

*I - dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e conservação das coisas, até a chegada dos **peritos criminais**;*

*II - apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos **peritos criminais**;*

*III - colher todas as **provas** que servirem para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias;*

(...)

*VII - determinar, se for caso, que se proceda a **exame de corpo de delito** e a quaisquer outras **perícias**.*

(BRASIL, 1941. Grifos nossos)

2.6. A Perícia Criminal / Criminalística

A partir desta etapa, e ao longo do texto, serão apresentados os conceitos de Perícia Criminal e Criminalística. Para efeito deste trabalho, os termos Perícia Criminal e Criminalística podem ser considerados sinônimos.

O termo Criminalística foi utilizado pela primeira vez por Hans Gross, quando ele publicou seu livro *Manual do Juiz de Instrução*, em 1893, na Alemanha. Gross é considerado *o pai da Criminalística* (STUMVOLL, 1999).

Segundo Rabello (1996), a Criminalística é uma disciplina técnico-científica por natureza e jurídico-penal por destinação, a qual concorre para a elucidação e a prova das infrações penais e da identidade dos autores respectivos, por meio da pesquisa, do adequado exame e da interpretação correta dos vestígios materiais dessas infrações.

A Criminalística pode ser definida como uma disciplina autônoma, integrada pelos diferentes ramos do conhecimento técnico-científico, auxiliar e informativa das atividades policiais e judiciárias de investigação criminal, tendo por objetivo o estudo dos vestígios materiais extrínsecos à pessoa física, no que tiver de útil à elucidação e à prova das infrações penais, e ainda, a identificação dos autores respectivos (RABELO, 1996, p. 14).

Analisando o Código de Processo Penal é possível observar algumas definições legais importantes referentes à Perícia Criminal.

Um dos conceitos mais importantes é de que o exame de corpo de delito é indispensável quando a infração penal deixar vestígios, conforme descrito nos artigos 158 e 159 do referido Código:

DO EXAME DO CORPO DE DELITO, E DAS PERÍCIAS EM GERAL

Art. 158. Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado.

Art. 159. O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso superior.

§ 1º Na falta de perito oficial, o exame será realizado por 2 (duas) pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior preferencialmente na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame.

§ 2º Os peritos não oficiais prestarão o compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo. (BRASIL, 1941)

O CPP assegura também que deverá ser elaborado um relatório sobre os exames realizados pelos Peritos. Este documento é denominado Laudo Pericial, cujo prazo de elaboração é de 10 dias.

Art. 160. Os peritos elaborarão o laudo pericial, onde descreverão minuciosamente o que examinarem, e responderão aos quesitos formulados.

Parágrafo único. O laudo pericial será elaborado no prazo máximo de 10 dias, podendo este prazo ser prorrogado, em casos excepcionais, a requerimento dos peritos. (BRASIL, 1941)

O código prevê ainda, em seu artigo 169, que para o efeito de exame do local onde houver sido praticada a infração, a autoridade providenciará imediatamente para que não se altere o estado das coisas até a chegada dos peritos, que poderão instruir seus laudos com fotografias, desenhos ou esquemas elucidativos. Caso haja alguma alteração, os peritos devem registrar no laudo as alterações do estado das coisas, e discutir, no relatório, as consequências dessas alterações na dinâmica dos fatos.

Em relação à aceitação do laudo pela justiça o CPP observa que o juiz não ficará adstrito ao laudo, podendo aceitá-lo ou rejeitá-lo, no todo ou em parte (artigo 182 do CPP).

A falta do exame do corpo de delito nos crimes que deixam vestígios, bem como a falta dos quesitos e das respectivas respostas, ou ainda, a deficiência dos quesitos ou das suas respostas, e a contradição entre estas, constituem fatores que podem ocasionar a nulidade do processo.

Conforme o artigo 155 do CPP o Juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.

2.7. O Perito Criminal

O responsável pelas ações da Criminalística, também conhecida como Perícia Criminal, é o Perito Criminal. O Perito Criminal é o profissional experimentado, douto, sábio em determinado assunto ou ramo do conhecimento, que com o auxílio da ciência descobre,

protege, analisa e coleta os vestígios, realiza os exames periciais e a elabora do laudo pericial criminal. O Perito Criminal é o principal responsável pela produção da prova material.

No Brasil, os peritos podem ser oficiais ou não oficiais. Estes últimos são nomeados *ad hoc*, ou seja, apenas para um determinado exame ou com uma finalidade específica. Em se tratando do processo penal, normalmente, as perícias criminais são realizadas por peritos oficiais que podem ser policiais especializados, isto é, integrantes das instituições de polícia judiciária.

Entretanto, em vários estados a perícia criminal não faz parte diretamente da estrutura da polícia civil. Em alguns estados a perícia criminal pode estar vinculada a um departamento de Polícia Técnica, ou Técnico-Científica. Outra situação possível é a vinculação à Secretaria de Segurança Pública do estado.

A seguir são apresentados alguns artigos do CPP referentes à Perícia e ao Perito Criminal.

CAPÍTULO II

DO EXAME DO CORPO DE DELITO, E DAS PERÍCIAS EM GERAL

Art. 158. Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado.

Art. 159. O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso superior.

§ 1º Na falta de perito oficial, o exame será realizado por 2 (duas) pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior preferencialmente na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame.

§ 2º Os peritos não oficiais prestarão o compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo.

§ 3º Serão facultadas ao Ministério Público, ao assistente de acusação, ao ofendido, ao querelante e ao acusado a formulação de quesitos e indicação de assistente técnico.

§ 4º O assistente técnico atuará a partir de sua admissão pelo juiz e após a conclusão dos exames e elaboração do laudo pelos peritos oficiais, sendo as partes intimadas desta decisão.

(...) § 7º Tratando-se de perícia complexa que abranja mais de uma área de conhecimento especializado, poder-se-á designar a atuação de mais de um perito oficial, e a parte indicar mais de um assistente técnico.

Art. 160. Os peritos elaborarão o laudo pericial, onde descreverão minuciosamente o que examinarem, e responderão aos quesitos formulados.

Parágrafo único. O laudo pericial será elaborado no prazo máximo de 10 dias, podendo este prazo ser prorrogado, em casos excepcionais, a requerimento dos peritos.

(...) Art. 167. Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta.

(...) Art. 169. Para o efeito de exame do local onde houver sido praticada a infração, a autoridade providenciará imediatamente para que não se altere o estado das coisas até a chegada dos peritos, que poderão instruir seus laudos com fotografias, desenhos ou esquemas elucidativos.

Parágrafo único. Os peritos registrarão, no laudo, as alterações do estado das coisas e discutirão, no relatório, as consequências dessas alterações na dinâmica dos fatos.

(...) Art. 178. No caso do art. 159, o exame será requisitado pela autoridade ao diretor da repartição, juntando-se ao processo o laudo assinado pelos peritos.

Art. 179. No caso do § 1º do art. 159, o escrivão lavrará o auto respectivo, que será assinado pelos peritos e, se presente ao exame, também pela autoridade.

Parágrafo único. No caso do art. 160, parágrafo único, o laudo, que poderá ser datilografado, será subscrito e rubricado em suas folhas por todos os peritos.

Art. 180. Se houver divergência entre os peritos, serão consignadas no auto do exame as declarações e respostas de um e de outro, ou cada um redigirá separadamente o seu laudo, e a autoridade nomeará um terceiro; se este divergir de ambos, a autoridade poderá mandar proceder a novo exame por outros peritos.

Art. 181. No caso de inobservância de formalidades, ou no caso de omissões, obscuridades ou contradições, a autoridade judiciária mandará suprir a formalidade, complementar ou esclarecer o laudo.

Parágrafo único. A autoridade poderá também ordenar que se proceda a novo exame, por outros peritos, se julgar conveniente.

Art. 182. O juiz não ficará adstrito ao laudo, podendo aceitá-lo ou rejeitá-lo, no todo ou em parte.

(...) Art. 275. O perito, ainda quando não oficial, estará sujeito à disciplina judiciária.

(...) Art. 280. É extensivo aos peritos, no que lhes for aplicável, o disposto sobre suspeição dos juízes. (BRASIL, 1941)

2.8. A Polícia Federal

2.8.1. Histórico

A Polícia Federal tem a sua origem na Intendência-Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil, criada por D. João VI, em 10 de maio de 1808, com as mesmas atribuições que tinha em Portugal, e sendo designado para o cargo de Intendente-Geral de Polícia da Corte o Desembargador e Ouvidor da Corte, Paulo Fernandes Viana (POLÍCIA FEDERAL, 2012).

Em 1944, por meio do Decreto-Lei nº 6.378, de 28 de março de 1944, a antiga Polícia Civil do Distrito Federal, que funcionava na cidade do Rio de Janeiro, antiga capital do país, foi transformada em Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

O DFSP tinha como atribuições os serviços de polícia e segurança pública do Distrito Federal, e de polícia marítima, aérea e segurança de fronteiras, no território nacional, além da cooperação com os serviços de polícia estaduais. Uma das divisões do DFSP era a Divisão de Polícia Técnica, que compreendia o Gabinete de Exames Periciais, a Escola de Polícia e o Museu, além de uma Seção de Administração.

Em 1946 o DFSP passou a ter como atribuições os serviços de polícia marítima, aérea e de fronteiras; a apuração das infrações penais e da sua autoria que atentarem contra a personalidade internacional, a estrutura e a segurança do Estado, a ordem social e a organização do trabalho; referentes à entrada, permanência ou saída de estrangeiros no território nacional; nos crimes contra a fé pública; nos crimes contra a administração pública; quanto ao comércio clandestino ou facilitação do uso de entorpecentes.

Em 1958 foi criado o Departamento Regional de Polícia de Brasília (DRPB), ao qual se subordinava a Guarda Civil Especial de Brasília (GEB), permanecendo assim até a inauguração da nova capital federal, ocasião em que o DRPB foi incorporado ao Departamento Federal de Segurança Pública, que foi transferido para Brasília, em 1960.

A Lei nº 4.483/1964 conferia ao Departamento Federal de Segurança Pública atuação em todo o território nacional. Entre suas atribuições estavam os serviços de Polícia marítima, aérea e de fronteira; a fiscalização nas fronteiras terrestre e na orla marítima; a apuração dos ilícitos penais praticados em detrimentos de bens, serviços ou interesses da União; a apuração dos crimes que transcendam o âmbito de uma unidade federada, em virtude de tratados internacionais, e de crimes praticados contra agentes federais, no exercício de suas funções; a censura de diversões públicas; a segurança do Presidente da República, de diplomatas e visitantes oficiais estrangeiros; a coordenação e a interligação dos serviços de identificação dactiloscópica, civil e criminal; a formação profissional de seu pessoal; a prestação de assistência técnica e científica, de natureza policial, aos Estados, Distrito Federal e Territórios; a cooperação com os serviços policiais relacionados com a criminalidade internacional ou interestadual; a supervisão e a colaboração no policiamento das rodovias federais; e, a apuração dos crimes contra a vida ou contra comunidades silvícolas no país.

Em 1964 o DFSP passou a contar formalmente na sua estrutura com o Instituto Nacional de Criminalística (INC). A partir deste ano iniciou-se a instalação de Delegacias Regionais no território nacional, para o desempenho dos encargos que lhes foram atribuídos. A estrutura era composta da seguinte forma:

- Gabinete do Diretor-Geral (GDG);
- Conselho Superior de Polícia (CSP);
- Divisão de Operações (DO);
- Polícia Federal de Investigações (PFI);
- Polícia Federal de Segurança (PFS);
- Instituto Nacional de Identificação (INI);
- Instituto Nacional de Criminalística (INC);
- Academia Nacional de Polícia (ANP);
- Divisão de Administração (DA);
- Divisão de Serviços Gerais (DSG);

A Lei nº 5.010/1966, que trata da organização da Justiça Federal de primeira instância, estabeleceu que a polícia judiciária federal passaria a ser exercida pelo Departamento Federal de Segurança Pública, observando-se, no que coubesse, as disposições do Código de Processo Penal.

Em 1967, com a nova constituição, o Departamento Federal de Segurança Pública passou a denominar-se Departamento de Polícia Federal (DPF). A partir de então, a organização e a manutenção da Polícia Federal passou a ser competência da União.

Em Brasília, no ano de 1977, o edifício onde hoje é a sede da Polícia Federal foi inaugurado.

A Constituição Federal de 1988 classifica a Polícia Federal como um dos órgãos de segurança pública descritos no seu artigo 144. A PF é considerada constitucionalmente como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira.

As atribuições constitucionais atuais da PF são: apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e, exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

A Carta Magna de 1988 define ainda que a polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria.

Por meio da Portaria do Ministério da Justiça nº 2.877, de 30 de dezembro de 2011, foi aprovado o Regimento Interno do Departamento de Polícia Federal. O regimento interno definiu a estrutura atual do DPF.

2.8.2. Estrutura

Com área de atuação que abrange todo território nacional, o Departamento de Polícia Federal dispõe atualmente de uma estrutura que permite planejamento, coordenação e controle centralizados e execução descentralizada.

A Direção-Geral, sediada em Brasília, conta com órgãos técnicos e de apoio, seis Diretorias e uma Corregedoria Geral, incumbidos das tarefas de planejamento, coordenação e controle.

Para as atividades de execução, o DPF dispõe de 27 Superintendências Regionais, 97 delegacias descentralizadas, 17 postos e 16 delegacias especiais de polícia marítima. O DPF

conta também com 13 representações internacionais (adidências) nos seguintes países: África do Sul, Argentina, Bolívia, Colômbia, Estados Unidos, França, Itália, Paraguai, Peru, Portugal, Reino Unido, Suriname e Uruguai (BRASIL, 2011).

O organograma do DPF é apresentado na figura 4.

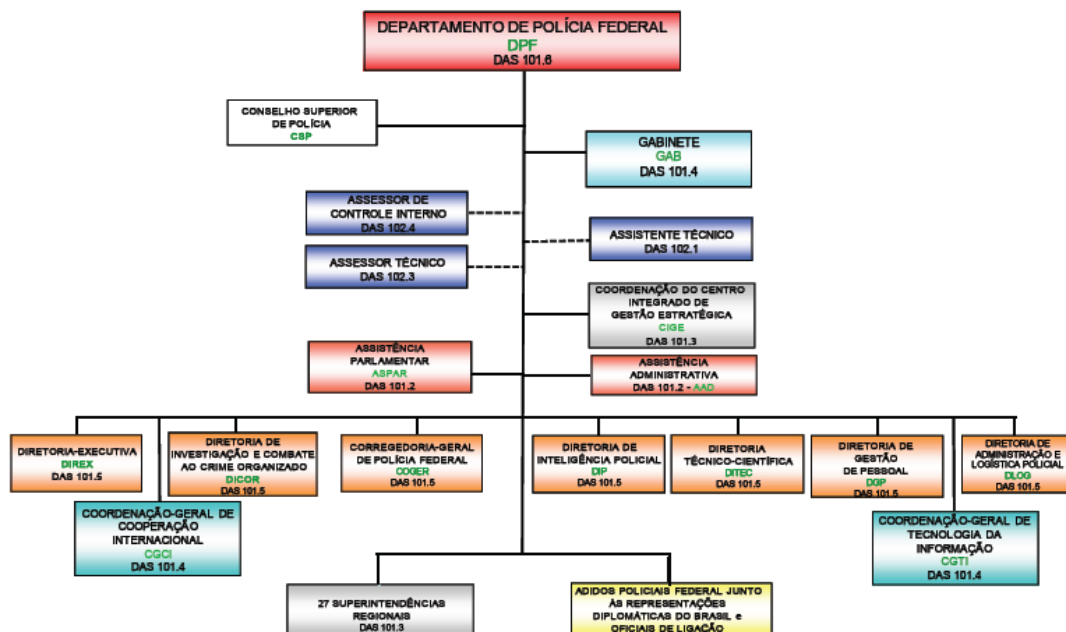


Figura 4: Organograma do DPF
Fonte: <http://www.dpf.gov.br>

De acordo com o planejamento estratégico da PF (PE-PF) um dos objetivos estratégicos institucionais é reduzir a atuação da criminalidade organizada, aprimorando e modernizando constantemente as técnicas investigativas, em todos os segmentos de atuação.

Uma das ações estratégicas citadas no PE-PF para alcançar este objetivo é a Gestão da Qualidade da Prova. Esta ação consiste em desenvolver, sistematizar e implementar mecanismos de preservação da prova tratada no âmbito da polícia judiciária, aprimorando o controle da cadeia de custódia e primando pela sua excelência, fornecendo aos servidores envolvidos no processo treinamento e capacitação adequados.

2.9. A Perícia Criminal Federal

A Perícia Criminal da Polícia Federal também é conhecida como Perícia Criminal Federal. A seguir serão apresentadas informações sobre o profissional e a estrutura da Perícia Criminal Federal.

2.9.1. O Perito Criminal Federal

O Perito Criminal Federal (PCF) é o profissional da PF com as atribuições de executar atividades técnico-científicas de nível superior de descoberta, proteção, recolhimento e exame de vestígios em procedimentos pré-processuais e judiciais, com jornada de trabalho de quarenta horas semanais em regime de tempo integral e com dedicação exclusiva.

Para o ingresso na carreira de PCF é necessário prestar concurso público, e possuir diploma de curso superior conforme as seguintes áreas: ÁREA 1- Ciências Contábeis, Ciências Econômicas; ÁREA 2 - Engenharia Elétrica, Engenharia Eletrônica, Engenharia de Redes de Comunicação, Engenharia de Telecomunicações; ÁREA 3 - Análise de Sistemas, Ciências da Computação, Engenharia da Computação, Informática, Tecnologia de Processamento de Dados, Sistemas de Informação; ÁREA 4 - Engenharia Agrônoma; ÁREA 5 – Geologia; ÁREA 6 - Engenharia Química, Química, Química Industrial; ÁREA 7 - Engenharia Civil; ÁREA 8 – Biomedicina; Ciências Biológicas; ÁREA 9 - Engenharia Florestal; ÁREA 10 - Medicina Veterinária; ÁREA 11 - Engenharia Cartográfica; ÁREA 12 – Medicina; ÁREA 13 – Odontologia; ÁREA 14 – Farmácia; ÁREA 15 - Engenharia Mecânica, Engenharia Mecatrônica; ÁREA 16 – Física; ÁREA 17 - Engenharia de Minas.

Segundo o Relatório da Coordenação de Recursos Humanos de 2011, o DPF conta atualmente com 1.109 Peritos Criminais Federais em todo o país. Este número representa 9,74% do efetivo total de 11.387 Policiais Federais.

Quanto à hierarquia na divisão de trabalho, em geral, a execução dos exames periciais é realizada por peritos de terceira e segunda classes (mais novos). As funções de chefia, coordenação e planejamento são exercidas por peritos de primeira classe e classe especial (mais antigos), conforme a progressão funcional vigente para o cargo de PCF.

As fases do concurso público para a seleção de Perito Criminal Federal são as seguintes:

1. Prova teórica
2. Avaliação psicológica
3. Exame médico
4. Investigação social
5. Exame de aptidão física
6. Curso de formação na Academia Nacional de Polícia - 4 meses
7. Estágio probatório – 2 anos

2.9.2. A Diretoria Técnico-Científica

A Diretoria Técnico-Científica (DITEC) foi criada oficialmente em 05/06/2003, por meio do Decreto nº 4.720. É uma das diretorias do Departamento de Polícia Federal que integra a estrutura de órgãos de assessoria direta do Diretor-Geral, que foi criada com a missão de gerir os sistemas de Criminalística e de Identificação da Polícia Judiciária da União. O sistema de Criminalística (Perícia Criminal) é coordenado pelo Instituto Nacional de Criminalística (INC). Atualmente, de acordo com a portaria do Ministério da Justiça nº 2.877/2011, que aprovou o atual regimento interno do Departamento de Polícia Federal, o Instituto Nacional de Identificação (INI) e as atividades de identificação são de responsabilidade da Diretoria Executiva (DIREX/DPF). As competências atuais da DITEC e as incumbências do Diretor Técnico-Científico são descritas a seguir.

Art. 16. À Diretoria Técnico-Científica compete:

- I - dirigir, planejar, coordenar, orientar, executar, controlar e avaliar as atividades de perícia criminal e as relacionadas a bancos de perfis genéticos;
- II - gerenciar e manter bancos de perfis genéticos; e
- III - propor ao Diretor-Geral a aprovação de normas e o estabelecimento de parcerias com outras instituições na sua área de competência.

Art. 31. Ao Diretor Técnico-Científico incumbe:

- I - promover a execução das atividades, ações e operações correlatas à área sob sua responsabilidade;
- II - aprovar normas orientadoras das ações de perícia criminal, inclusive as relacionadas a bancos de perfis genéticos;
- III - prestar apoio técnico ao Diretor-Geral, no âmbito de suas atribuições;
- IV - supervisionar as atividades das unidades técnico-científicas descentralizadas;
- V - aprovar planos, programas e projetos específicos de sua área de atuação;
- VI - expedir portarias, ordens e instruções de serviço, e aprovar manuais de procedimentos em matérias correlatas à área sob sua responsabilidade;
- VII - indicar servidores ao Diretor-Geral para o provimento de cargos de direção, assessoramento superior e de funções gratificadas, no âmbito da Diretoria, bem assim propor sua exoneração e dispensa;
- VIII - prestar informações sobre matérias de sua atribuição, em atendimento a solicitações de órgãos externos;
- IX - promover o intercâmbio de informações, propor a celebração e manter convênios e instrumentos correlatos com órgãos de segurança pública dos Estados e do Distrito Federal e outras entidades e organizações congêneres, em nível nacional e internacional;

X - coordenar e promover pesquisas, e difundir estudos técnico-científicos e suas aplicações, no âmbito de sua área de atuação;

XI - encaminhar ao Diretor-Geral relatórios de metas, de acompanhamento e de avaliação do desempenho de suas atividades;

XII - ordenar despesas e efetuar pagamentos; e

XIII - promover o controle estatístico das ações de sua competência e consolidar indicadores para subsidiar decisões da administração da Polícia Federal.

Art. 35. Aos Superintendentes Regionais, no âmbito da área de atuação de cada Superintendência, incumbe:

XVI - cooperar com as unidades centrais e coordenar meios e esforços para obter maior agilidade e efetividade das ações, com vistas à solução de problemas e à consecução de objetivos em comum fixados pela Polícia Federal;

Art. 42. As Delegacias de Polícia Federal subordinam-se administrativamente às Superintendências Regionais das unidades da Federação de suas respectivas circunscrições e vinculam-se técnica e normativamente às unidades centrais.

(BRASIL, 2011. Portaria MJ nº 2.877)

A DITEC é representada regionalmente pelos Setores Técnico-Científicos (SETEC), integrantes das estruturas organizacionais das Superintendências Regionais de Polícia Federal nos estados. Compete à DITEC dirigir, planejar, coordenar, orientar, executar, controlar e avaliar as atividades de perícia criminal e as relacionadas a bancos de perfis genéticos.

O organograma atual da DITEC é apresentado na figura 5.

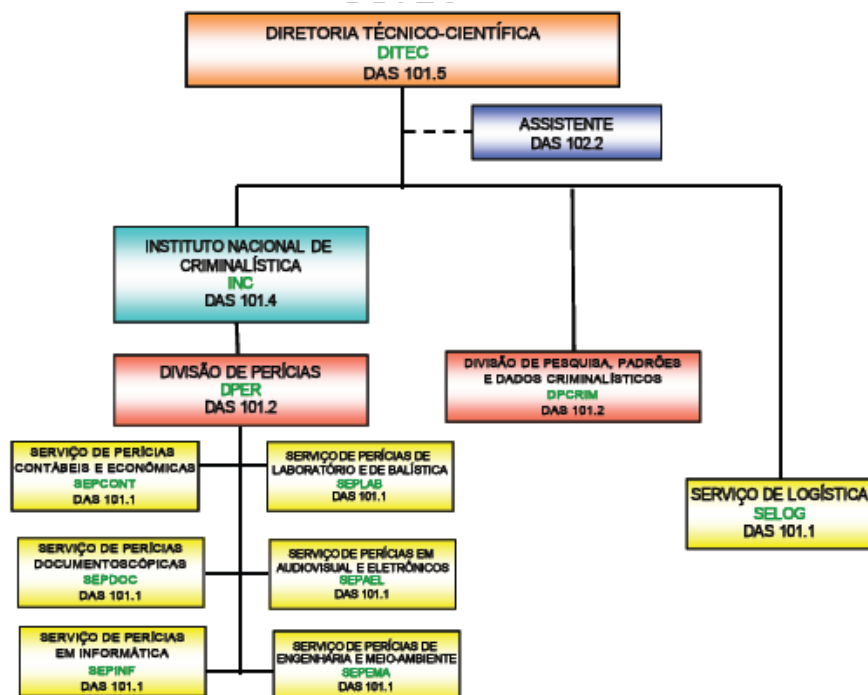


Figura 5: Organograma da DITEC em 2012

Fonte: <http://www.dpf.gov.br>

2.9.3. O Instituto Nacional de Criminalística

O Instituto Nacional de Criminalística (INC) foi inaugurado em 1962, e era ligado à Superintendência de Polícia Técnica e Científica do antigo Departamento Federal de Segurança Pública. A figura 6 apresenta a estrutura do INC em 1965.

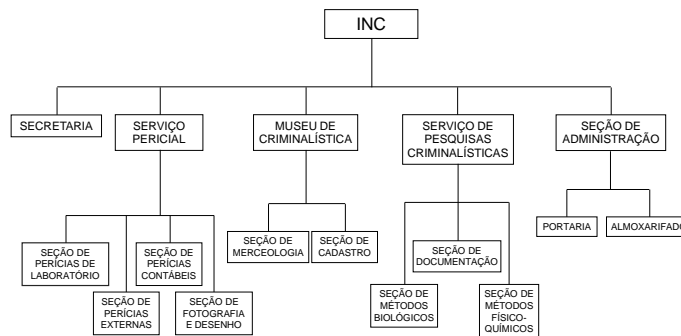


Figura 6 – Organograma do INC em 1965.
Fonte: BRASIL, 1965. Decreto nº 56.510

O Sistema de Criminalística do DPF constitui-se de órgãos de assessoramento técnico-científico às atividades do DPF. É composto atualmente pelo INC; por 27 Setores Técnico-Científicos (SETEC), localizados nas capitais dos Estados da Federação e no Distrito Federal, que dão suporte técnico-científico às Superintendências Regionais (SR) do DPF; e por 26 Unidades Técnico-Científicas (UTEC), vinculadas às respectivas delegacias de Polícia Federal nas cidades de Santa Maria (RS), Pelotas (RS), Passo Fundo (RS), Foz do Iguaçu (PR), Londrina (PR), Guaíra (PR), Dourados (MS), Santos (SP), Marília (SP), Ribeirão Preto (SP), Campinas (SP), Presidente Prudente (SP), Araçatuba (SP), Sorocaba (SP), São José dos Campos (SP), Juiz de Fora (MG), Uberlândia (MG), Sinop (MT), Rondonópolis (MT), Juazeiro (BA), Salgueiro (PE), Juazeiro do Norte (CE), Imperatriz (MA), Santarém (PA), Marabá (PA) e Vilhena (RO).



Figura 7- Imagem aérea do Instituto Nacional de Criminalística - 2010
Fonte: Arquivo INC

As principais atribuições do Instituto Nacional de Criminalística são planejar, coordenar e controlar as atividades de Criminalística das unidades descentralizadas, e desenvolver projetos e programas de estudos e pesquisas na sua área de atuação. O atual organograma do INC é apresentado na figura 5, no mesmo organograma da DITEC.



Figura 8: Fachada do Instituto Nacional de Criminalística - 2010
Fonte: Arquivo INC

2.10. A interiorização da Perícia Criminal Federal

“O Estado mostra-se frágil no poder de punir, na medida em que a maioria dos delitos não é esclarecida; as autoridades policiais não dispõem de meios para coletar provas nas primeiras 72 horas após o crime, frustrando assim o momento mais adequado para apuração e punição do criminoso” (CARDOSO, 2010).

Um dos objetivos estratégicos do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), aprovado pelo Decreto nº 7.037/2009, é a produção de prova pericial com celeridade e procedimento padronizado (BRASIL, 2009). Para atingir este objetivo é preciso investir na estruturação da Criminalística em termos de pessoal, instalações e equipamentos. E também fazer com que o serviço da perícia criminal chegue a todos os locais necessários, nas capitais e nas cidades do interior do país.

O Plano Estratégico da Polícia Federal elaborado em 2007/2008 tinha como uma das suas metas a construção de normas e critérios para avaliação de unidades, com a nomeação de um grupo técnico multidisciplinar para identificar, estudar a necessidade e adequabilidade das unidades descentralizadas, e ao final do estudo, emitir relatório com propostas de criação, extinção, desativação permanente ou temporária de delegacias ou postos.

As solicitações de exames periciais no DPF são feitas por todas as Delegacias e Superintendências de Polícia Federal do país. A execução dos exames periciais solicitados é realizada na maioria dos casos nas capitais dos estados, onde estão os SETEC. Algumas superintendências que possuem na estrutura das respectivas delegacias do interior uma UTEC também atendem às solicitações.

A implantação de Unidades Técnico-Científicas da Polícia Federal no interior do Brasil foi feita com a intenção de melhorar a qualidade do trabalho da Perícia Criminal Federal. Os objetivos eram proporcionar maior rapidez na elaboração dos laudos periciais; ampliar a capilaridade do atendimento das solicitações de exames periciais; e descentralizar as atividades de Criminalística da Polícia Federal, desafogando alguns SETEC das capitais que já não tinham espaço físico suficiente para receber mais Peritos Criminais e equipamentos, apesar da necessidade de mais pessoal no estado.

A Diretoria Técnico-Científica iniciou em 2005 o projeto para alavancar a interiorização do segmento Técnico-Científico do DPF, que tinha como um dos objetivos lotar Peritos Criminais Federais em algumas delegacias do interior do país a partir de 2006, criando as Unidades Técnico-Científicas descentralizadas - UTEC.

Inicialmente foi realizado um diagnóstico da demanda potencial por exames periciais, e das condições de infraestrutura física e logística das delegacias. Essas informações foram utilizadas posteriormente para subsidiar o planejamento da implantação das unidades técnico-científicas.

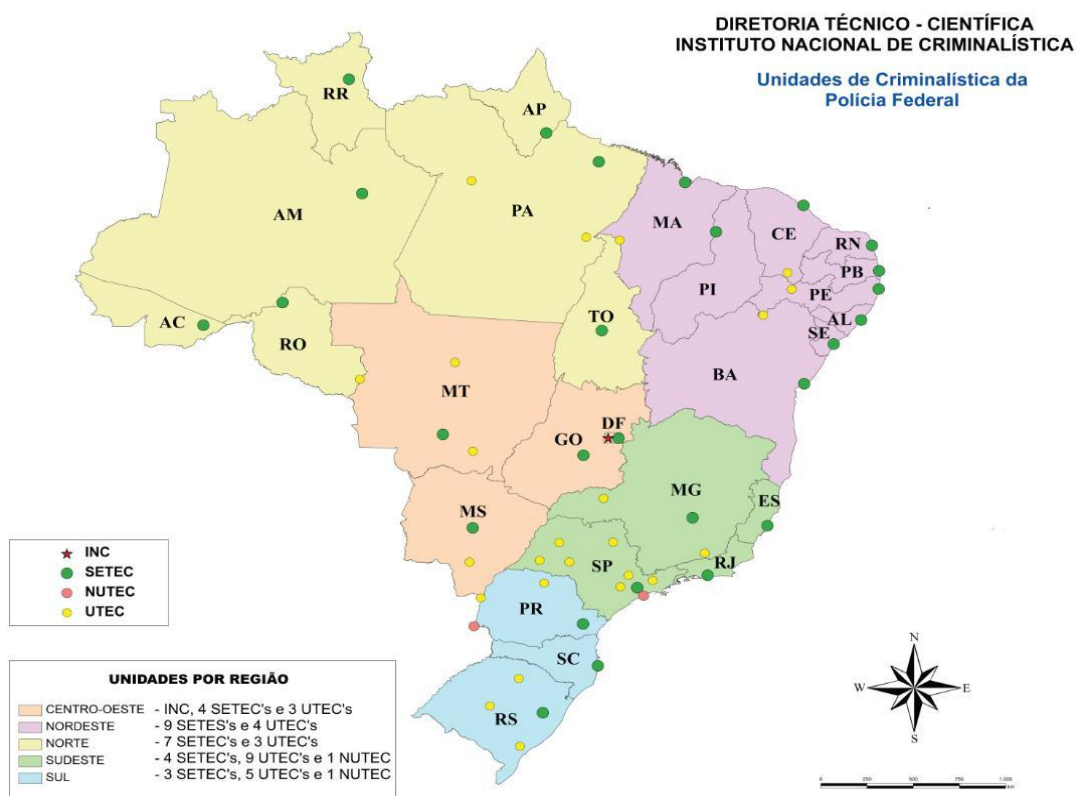


Figura 9 – Distribuição das Unidades Técnico-Científicas da Polícia Federal
Fonte: Relatório estatístico da Criminalística 2011.

O diagnóstico também tinha o objetivo de indicar as áreas de formação/atuação necessárias para cada local, bem como o espaço físico para a instalação futura de equipamentos específicos para a realização dos exames periciais. O diagnóstico deveria ser elaborado pelos chefes das delegacias em conjunto com o chefe do SETEC dos estados. O levantamento

também visava buscar informações gerais sobre as cidades do interior, tais como população, transporte, educação, existência de unidades da Justiça Federal e do Ministério Público Federal.

Foram realizadas pesquisas junto às delegacias de Polícia Federal a respeito do número de inquéritos, quantidade e tipos de solicitações de exames periciais, tempo de atendimento, nomeação de perito *ad hoc*, infraestrutura, pessoal, equipamentos, comunicação e recursos financeiros. O questionário encaminhado encontra-se em anexo ao final do trabalho.

Um dos fatores que contribuiu para a aceleração da criação de novas UTEC foi a formatura de 200 novos Peritos Criminais Federais pela Academia Nacional de Polícia da PF, em julho de 2009. A lotação dos novos profissionais teve que levar em conta as unidades do interior.

A promulgação da Lei nº 12.030/2009, que dispõe sobre a autonomia técnica, científica e funcional do Perito Criminal de natureza oficial, foi outro fator que pode ter interferido no processo de interiorização da Perícia Criminal Federal. A lei nº 12.030 definiu que são peritos oficiais de natureza criminal os peritos criminais, peritos médico-legistas e peritos odontologistas com formação superior específica detalhada em regulamento, de acordo com a necessidade de cada órgão e por área de atuação profissional.

O quadro 2 mostra as 26 Unidades Técnico-Científicas e as respectivas cidades onde estão instaladas, o ano de implantação, e a quantidade de Peritos Criminais Federais lotados até dezembro de 2011.

Tabela 5 – Unidades Técnico-Científicas da Polícia Federal

Nº	UF	Cidade	Ano de implantação	Nº de Peritos*
1	BA	Juazeiro	2009	5
2	CE	Juazeiro do Norte	2009	3
3	MA	Imperatriz	2009	3
4	MG	Juiz de Fora	2008	8
5	MG	Uberlândia	2007	12
6	MS	Dourados	2007	9
7	MT	Rondonópolis	2009	5
8	MT	Sinop	2009	4
9	PA	Marabá	2009	5
10	PA	Santarém	2009	4
11	PE	Salgueiro	2009	3

Nº	UF	Cidade	Ano de implantação	Nº de Peritos*
12	PR	Foz do Iguaçu	2003	15
13	PR	Guaíra	2009	5
14	PR	Londrina	2007	10
15	RO	Vilhena	2009	4
16	RS	Passo Fundo	2009	4
17	RS	Pelotas	2009	3
18	RS	Santa Maria	2008	5
19	SP	Araçatuba	2009	6
20	SP	Campinas	2009	9
21	SP	Marília	2009	6
22	SP	Presidente Prudente	2009	6
23	SP	Ribeirão Preto	2008	10
24	SP	S. José dos Campos	2009	6
25	SP	Santos	2005	7
26	SP	Sorocaba	2009	6
		Total		163
		Média		6,3 / UTEC

Fonte: Relatório estatístico da Criminalística 2011. (*situação em dezembro/2011)

3. METODOLOGIA

Neste capítulo são apresentadas informações sobre o tipo de pesquisa, o universo e a amostra utilizados, e como foram realizados a coleta e o tratamento dos dados.

3.1. Tipo de pesquisa

De acordo com a classificação de Vergara (2009), a pesquisa realizada pode ser classificada quanto aos fins como descritiva, uma vez que expõe características de determinada população, e busca apresentar os aspectos positivos e negativos da criação das UTEC. Mas também é uma pesquisa explicativa, pois tentou esclarecer quais foram os motivos que contribuíram para a implantação do projeto de interiorização das Unidades Técnico-Científicas da Polícia Federal.

Quanto aos meios, a pesquisa realizada envolveu:

- Pesquisa bibliográfica, em livros, publicações, revistas, artigos, dissertações e teses;
- Pesquisa documental, nas bases de dados do Instituto Nacional de Criminalística e na biblioteca da Academia Nacional de Polícia;
- Pesquisa de campo;
- Estudo de caso.

3.2. Universo e amostra

O universo estudado é composto por 26 Unidades Técnico-Científicas, localizadas em delegacias da Polícia Federal no interior dos estados brasileiros. Além das UTEC, também fazem parte do universo de estudo os 12 Setores Técnico-Científicos localizados nas capitais dos estados onde existem UTEC.

A intenção inicial era que a pesquisa fosse realizada com os responsáveis por cada unidade, e também com os substitutos das mesmas. Considerando um potencial de dois respondentes para cada UTEC e SETEC (chefe e substituto), o universo da pesquisa é composto pelos 76 responsáveis e substitutos das 38 unidades (26 UTEC + 12 SETEC).

A população amostral foi composta por amostra não-probabilística definida pelos critérios de acessibilidade e tipicidade (Vergara, 2009). Os sujeitos selecionados foram os chefes de SETEC, ou responsáveis pelas UTEC, e os respectivos substitutos dos chefes e responsáveis.

Os respondentes da pesquisa de campo realizada por meio de questionário totalizaram 59 indivíduos, o que representa 77,6 % do universo.

Do total de 59 respondentes, 41 deles (69,5 %) fazem parte do grupo dos responsáveis ou substitutos pelas UTEC, e 18 deles (30,5 %) respondentes fazem parte do grupo dos chefes ou substitutos pelos SETEC.

3.3. Coleta de dados

A coleta de dados e informações foi realizada conforme descrito a seguir:

- Pesquisa bibliográfica em livros, periódicos, leis, decretos, atos normativos, entre outros, realizada nas bibliotecas da UnB, FGV Rio, FGV Brasília, e bibliotecas digitais;
- Pesquisa documental na base de dados da INTRANET DPF e na BDCRIM - Biblioteca Digital do Instituto Nacional de Criminalística (acesso restrito a servidores do DPF) sobre a implementação de novas UTEC, lotação de Peritos Criminais Federais, e dados estatísticos;
- Pesquisa documental, com consulta ao material disponível internamente no Sistema Informatizado de Controle de Documentos da Diretoria Técnico-Científica do DPF, sobre produção, produtividade, pendências, número de solicitações e tempo de elaboração de laudos de exame pericial criminal (acesso restrito a servidores do DPF).
- Pesquisa documental na base de dados da Divisão de Pesquisa, Padrões e Dados Criminalísticos do INC;
- Pesquisa de campo com aplicação de questionários encaminhados e respondidos por correio eletrônico pelos chefes das unidades.

Para auxiliar na coleta dos dados foi utilizada a ferramenta *GoogleDocs*, um pacote de aplicativos do *Google* que contém processador de texto, editor de apresentações, editor de planilhas e editor de formulários, e funciona *on-line* diretamente no navegador de internet.

3.4. Tratamento dos dados

O processo de tratamento dos dados envolveu a codificação das respostas aos questionários, tabulação, análise e classificação dos dados, geração de tabelas e gráficos.

Para auxiliar na tarefa foram utilizados a ferramenta *GoogleDocs*; o software MS Excel e o Sistema de Gestão das Atividades da Criminalística (SISCRIM), da Diretoria Técnico-Científica da Polícia Federal.

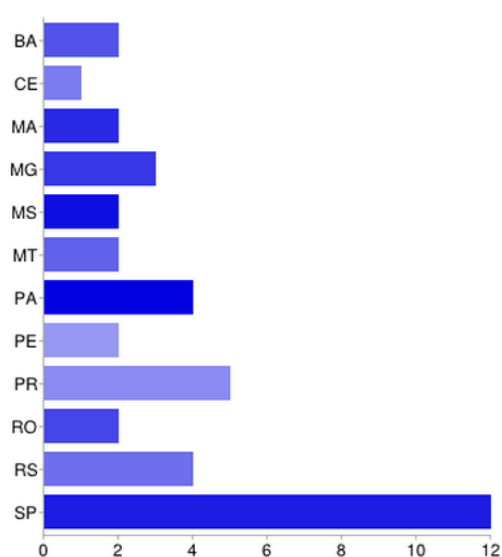
4. RESULTADOS

A seguir são apresentados os resumos dos resultados dos questionários aplicados aos responsáveis pelas UTEC e aos chefes de SETEC.

4.1. Resumo das respostas dos responsáveis pelas UTEC ao questionário

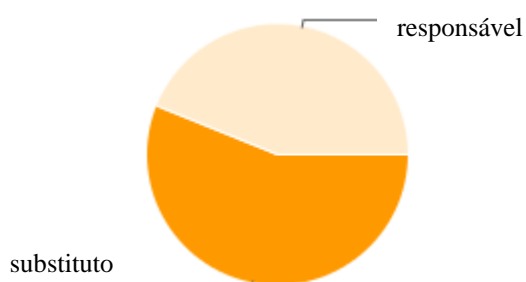
O número de respondentes (responsáveis por UTEC) foi de 41 PCF.

1. Sua Unidade Técnico-Científica está localizada em que estado do país?



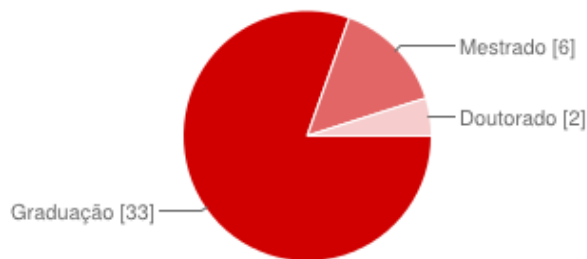
BA	2	5%
CE	1	2%
MA	2	5%
MG	3	7%
MS	2	5%
MT	2	5%
PA	4	10%
PE	2	5%
PR	5	12%
RO	2	5%
RS	4	10%
SP	12	29%

2. Qual a sua função (responsabilidade) em relação à administração da Unidade Técnico-Científica?



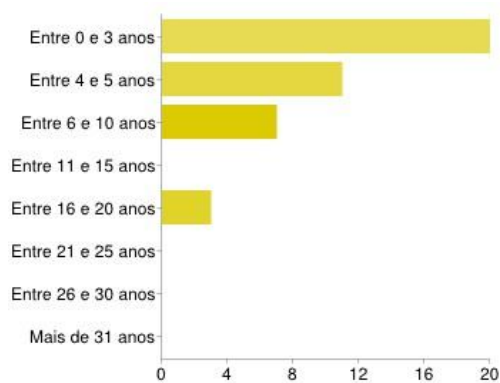
Sou o atual responsável	23	56%
Sou o atual responsável-substituto	18	44%

3. Qual o seu nível de formação?



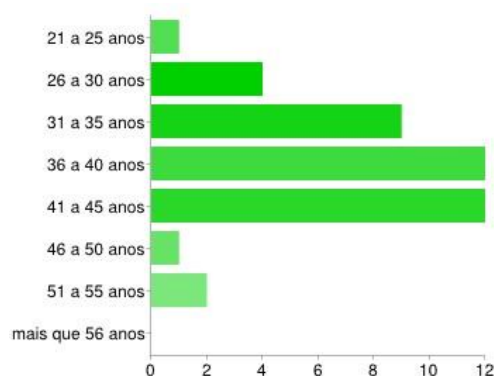
Graduação	33	80%
Mestrado	6	15%
Doutorado	2	5%

4. Quanto tempo você tem de experiência profissional como Perito Criminal Federal (PCF)?



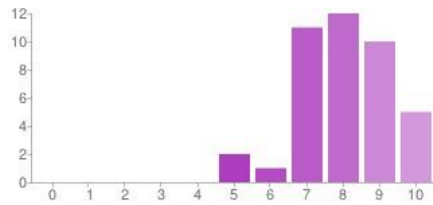
Entre 0 e 3 anos	20	49%
Entre 4 e 5 anos	11	27%
Entre 6 e 10 anos	7	17%
Entre 11 e 15 anos	0	0%
Entre 16 e 20 anos	3	7%
Entre 21 e 25 anos	0	0%
Entre 26 e 30 anos	0	0%
Mais de 31 anos	0	0%

5. Qual a sua faixa etária?



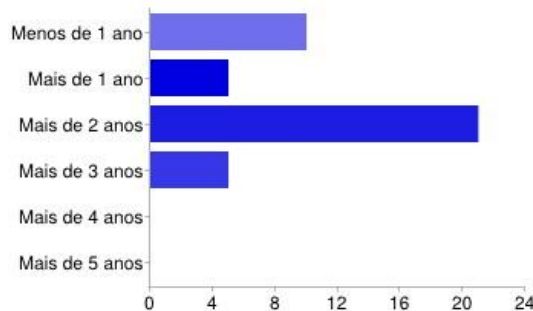
21 a 25 anos	1	2%
26 a 30 anos	4	10%
31 a 35 anos	9	22%
36 a 40 anos	12	29%
41 a 45 anos	12	29%
46 a 50 anos	1	2%
51 a 55 anos	2	5%
mais que 56 anos	0	0%

6. Numa escala de 0 a 10, qual o seu grau de satisfação profissional como Perito Criminal Federal?



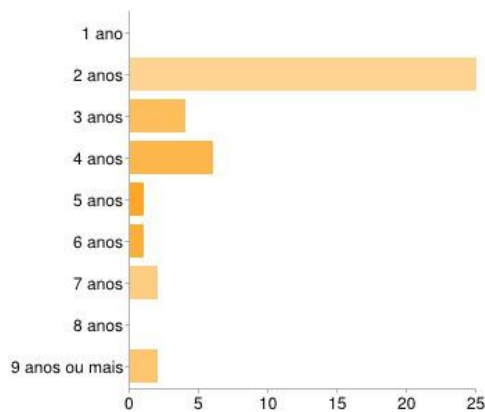
0	Totalmente Insatisfeito	0	0%
1		0	0%
2		0	0%
3		0	0%
4		0	0%
5		2	5%
6		1	2%
7		11	27%
8		12	29%
9		10	24%
10	Totalmente Satisfeito	5	12%

7. Há quanto tempo você exerce a função de responsável ou substituto pela Unidade Técnico-Científica?



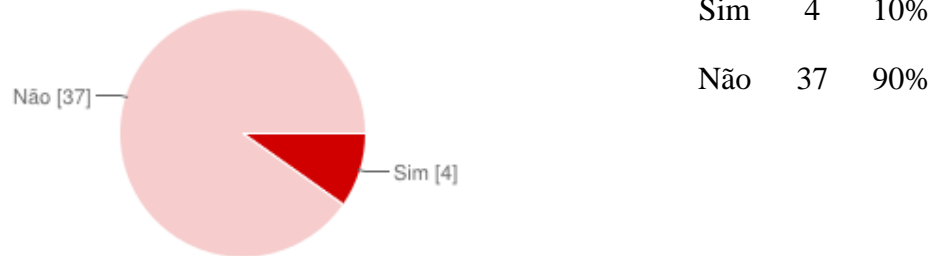
Menos de 1 ano	10	24%
Mais de 1 ano	5	12%
Mais de 2 anos	21	51%
Mais de 3 anos	5	12%
Mais de 4 anos	0	0%
Mais de 5 anos	0	0%

8. Quanto tempo de funcionamento tem a sua Unidade Técnico-Científica (em anos completos)?

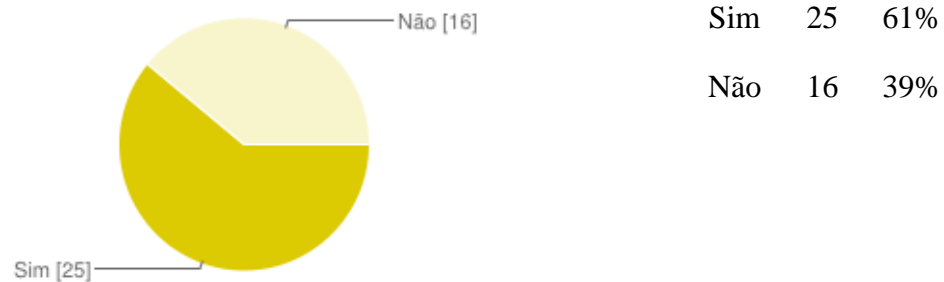


1 ano	0	0%
2 anos	25	61%
3 anos	4	10%
4 anos	6	15%
5 anos	1	2%
6 anos	1	2%
7 anos	2	5%
8 anos	0	0%
9 anos ou mais	2	5%

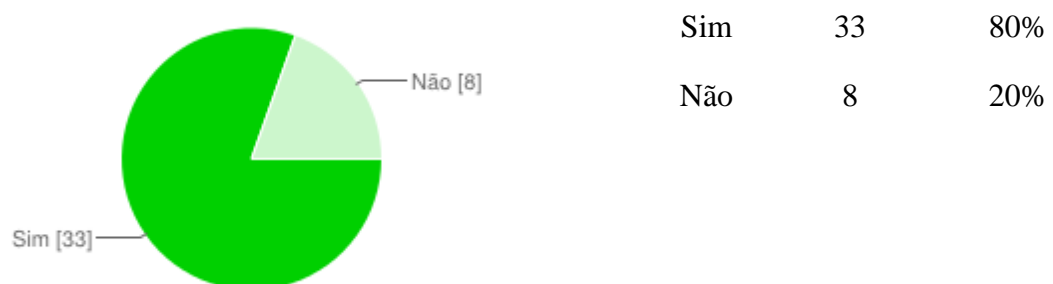
9. O DPF ofereceu, formalmente, algum curso ou treinamento na área de gestão para que você se preparasse para desempenhar melhor as funções de responsável titular ou substituto pela sua unidade?



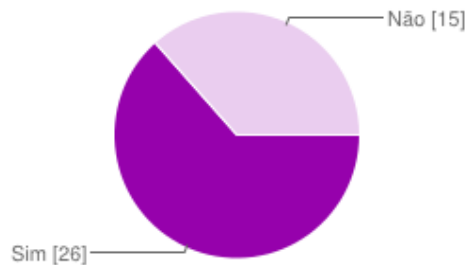
10. Você se considera capacitado (com o conhecimento necessário) na área de gestão/administração para ser o responsável ou o substituto por uma Unidade Técnico-Científica?



11. Você considera que o tempo de experiência profissional como PCF é um requisito importante para que um servidor exerça a função de responsável por uma Unidade Técnico-Científica?



12. Você se considera com experiência profissional suficiente (como PCF) para ser o responsável ou o substituto por uma Unidade Técnico-Científica?



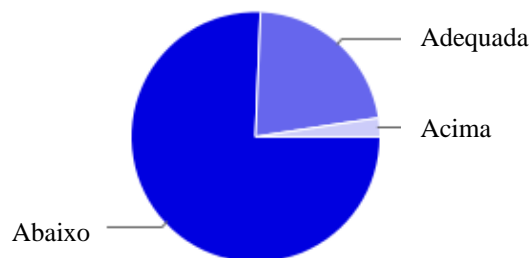
Sim 26 63%

Não 15 37%

13. Quantos Peritos Criminais Federais estão lotados atualmente na sua Unidade Técnico-Científica, incluindo você?

Média= 6,4 por unidade (variou de 3 a 16 PCF por unidade)

14. De acordo com a sua avaliação, e considerando a quantidade de trabalho da sua unidade, de um modo geral, a quantidade de Peritos Criminais Federais lotados atualmente na sua Unidade Técnico-Científica está:



Abaixo do necessário 31 76%

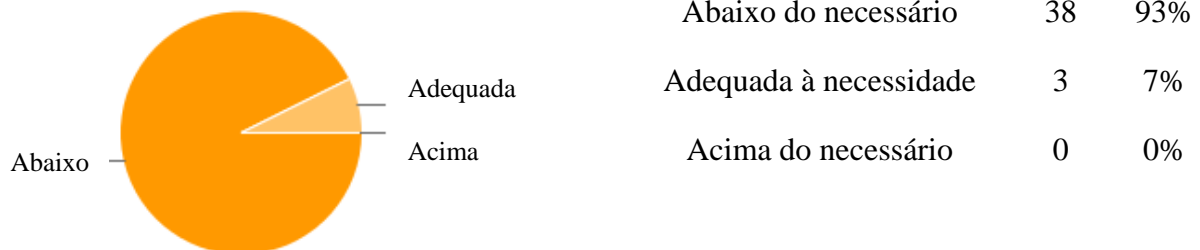
Adequada à necessidade 9 22%

Acima do necessário 1 2%

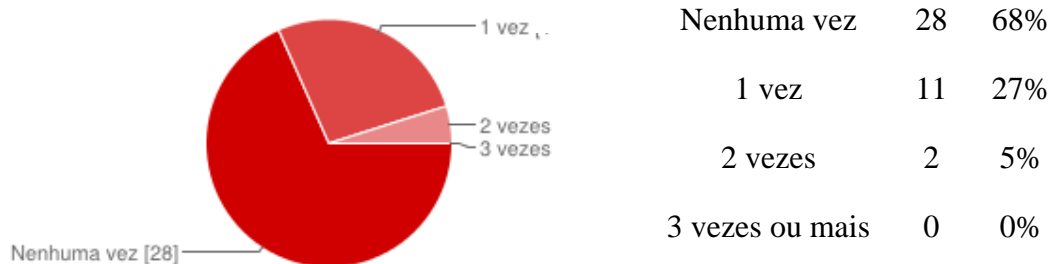
15. Quantos servidores administrativos (AADM) estão lotados atualmente na sua Unidade Técnico-Científica?

Média= 0,1 AADM (variou de zero a um servidor administrativo por UTEC)

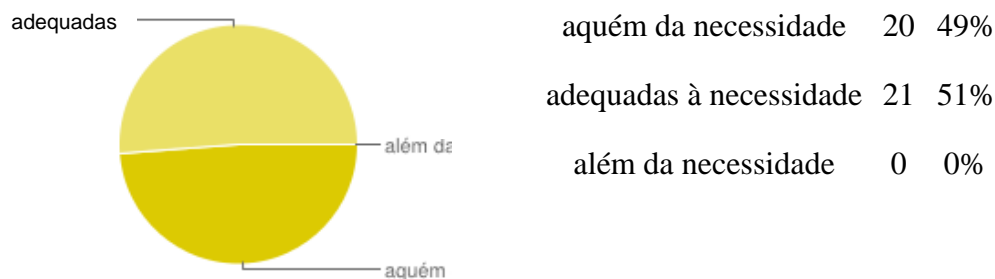
16. De acordo com a sua avaliação, e considerando a quantidade de trabalho da sua unidade, a quantidade de servidores administrativos (AADM) lotados atualmente na sua Unidade Técnico-Científica está:



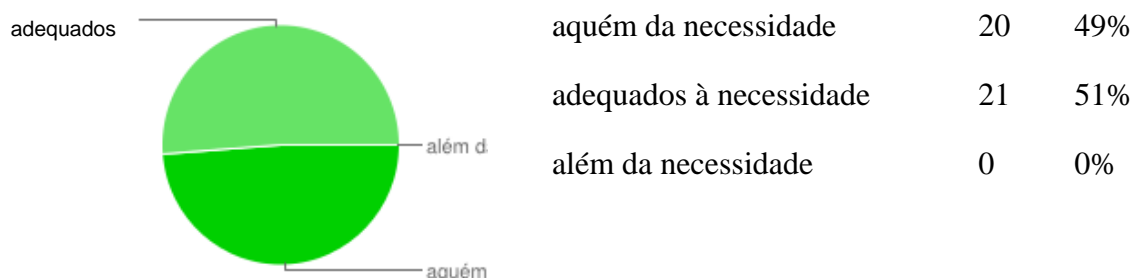
17. Quantas vezes o chefe do SETEC de seu estado visitou a sua Unidade Técnico-Científica nos últimos 12 meses?



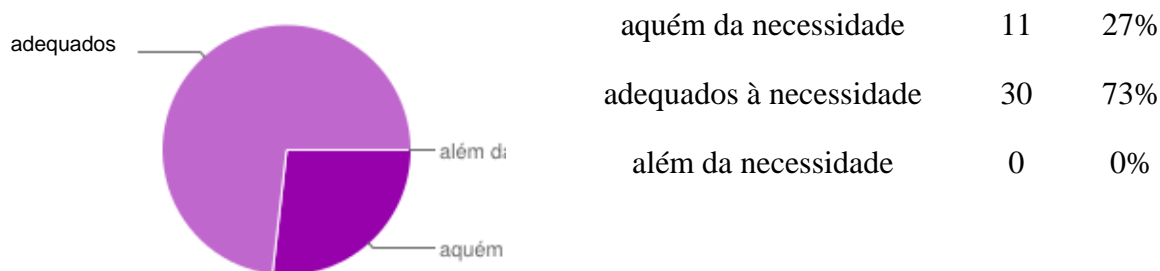
18. Faça uma avaliação considerando aspectos como tamanho, conservação, temperatura, ventilação, iluminação, limpeza, acessibilidade e segurança das instalações físicas necessárias para o desempenho das atividades de perícia criminal, tais como escritórios (salas dos peritos), laboratórios, locais para a guarda de vestígios e de materiais, sala para reunião, secretaria e sala do responsável, entre outros. De um modo geral, as INSTALAÇÕES FÍSICAS da sua Unidade Técnico-Científica atualmente estão:



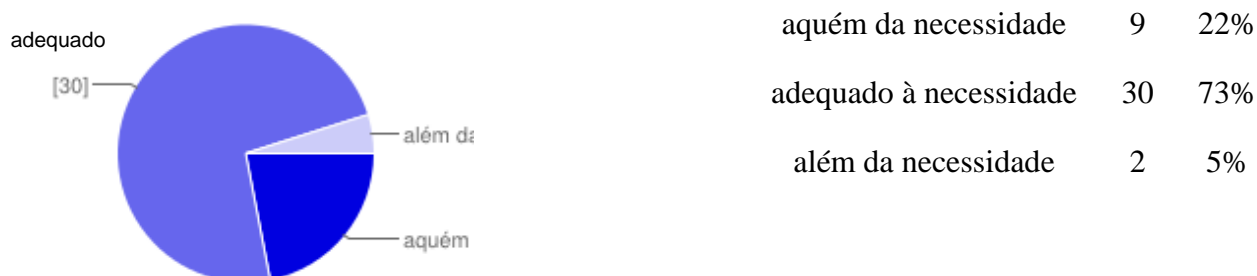
19. Faça uma avaliação considerando aspectos como quantidade, qualidade, estado de conservação, manutenção e utilidade dos equipamentos técnico-científicos necessários para o desempenho das atividades de perícia criminal, de acordo com as áreas de perícia mais demandadas conforme a realidade regional, tais como documentoscopia, meio ambiente, laboratório, perícias externas, engenharia, audiovisual, informática, balística, entre outras. De um modo geral, os EQUIPAMENTOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS da sua unidade atualmente estão:



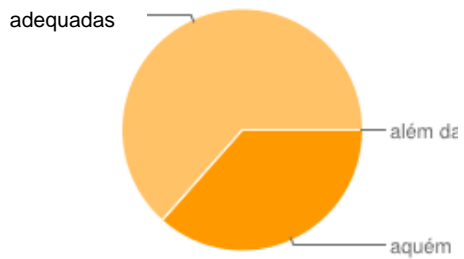
20. Faça uma avaliação considerando aspectos como quantidade, qualidade, estado de conservação, manutenção e utilidade dos equipamentos de informática e de comunicação necessários para o desempenho das atividades de perícia criminal, tais como computadores, impressoras, scanner, modem, roteador, no-break, telefones, fax, rede, internet, intranet, entre outros. De um modo geral, os EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO da sua unidade atualmente estão:



21. Faça uma avaliação considerando aspectos como quantidade, qualidade, estado de conservação e utilidade dos móveis necessários para o desempenho das atividades de perícia criminal, tais como mesas, cadeiras, armários, divisórias, entre outros. De um modo geral, o MOBILIÁRIO da sua unidade atualmente pode ser considerado:

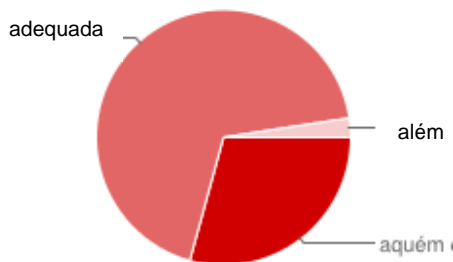


22. Faça uma avaliação levando em conta aspectos como quantidade, qualidade e regularidade no fornecimento do material de consumo necessário para o desempenho das atividades de perícia criminal, tais como papel, toner, tinta, reagentes, pilhas, combustível, entre outros. De um modo geral, o MATERIAL DE CONSUMO da sua unidade atualmente pode ser considerado:



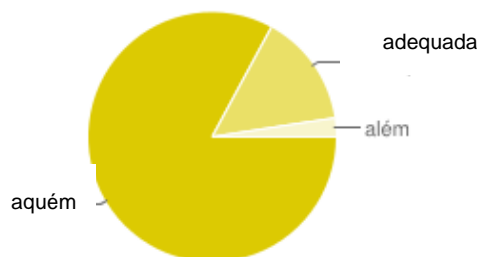
aquém da necessidade	15	37%
adequado à necessidade	26	63%
além da necessidade	0	0%

23. Faça uma avaliação considerando aspectos como disponibilidade, quantidade, qualidade, adequação, estado de conservação, manutenção e utilidade dos veículos necessários para o desempenho das atividades de perícia criminal. De um modo geral, a estrutura de TRANSPORTE da sua Unidade Técnico-Científica atualmente está:



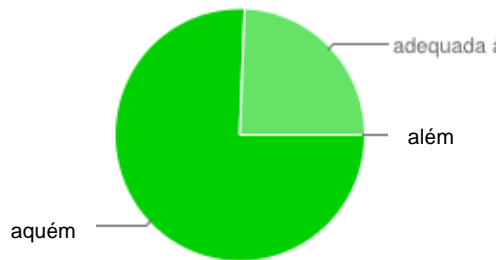
aquém da necessidade	12	29%
adequada à necessidade	28	68%
além da necessidade	1	2%

24. Considerando as diferentes áreas de formação acadêmica dos Peritos Criminais Federais lotados atualmente na sua unidade, e os tipos de solicitação de exame mais característicos de sua região, você avalia que a quantidade de PCF COM FORMAÇÃO ESPECÍFICA em relação à demanda de exames que exigem profissionais de áreas específicas está:



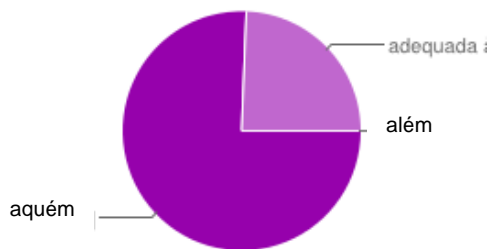
aquém da necessidade	34	83%
adequada à necessidade	6	15%
além da necessidade	1	2%

25. Faça uma avaliação considerando aspectos como quantidade e qualidade das ações de capacitação/treinamento necessárias para o desempenho das atividades de perícia criminal. De um modo geral, a CAPACITAÇÃO dos servidores de sua Unidade Técnico-Científica atualmente está:



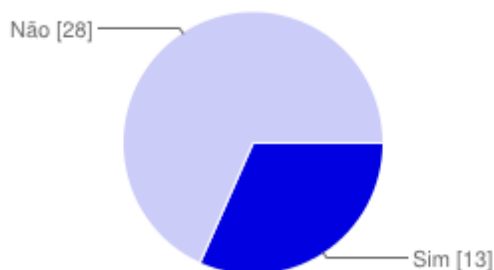
aquém da necessidade	31	76%
adequada à necessidade	10	24%
além da necessidade	0	0%

26. A quantidade de RECURSOS FINANCEIROS disponibilizados para o desempenho das atividades de perícia criminal da sua Unidade Técnico-Científica atualmente, de um modo geral, pode ser considerada:



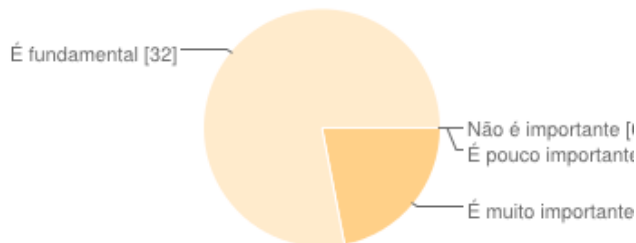
aquém da necessidade	31	76%
adequada à necessidade	10	24%
além da necessidade	0	0%

27. A sua unidade está inserida formalmente na estrutura organizacional do DPF definida no regimento interno atual aprovado pela Portaria do Ministério da Justiça nº 2.877, de 30/12/2011?



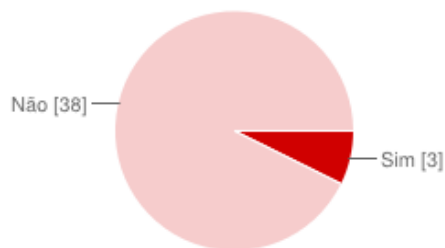
Sim	13	32%
Não	28	68%

28. Como você avalia a importância da Unidade Técnico-Científica estar formalmente inserida na estrutura organizacional do DPF?



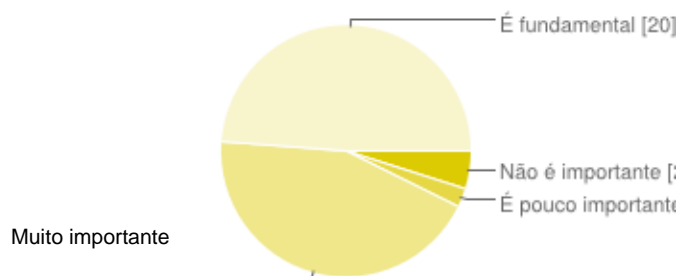
Não é importante	0	0%
É pouco importante	0	0%
É muito importante	9	22%
É fundamental	32	78%

29. Você recebe alguma gratificação pecuniária pelo desempenho da função de responsável ou substituto pela gestão da sua Unidade Técnico-Científica?



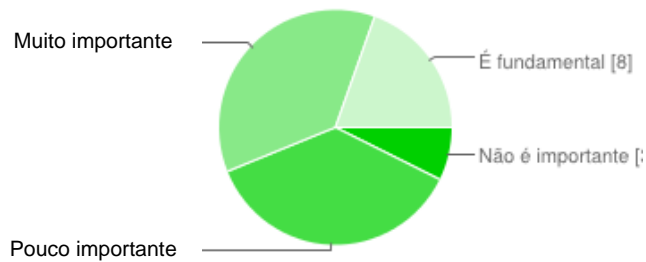
Sim	3	7%
Não	38	93%

30. Considerando fatores como motivação e compromisso com o trabalho, como você avalia a importância do recebimento de gratificação pecuniária pelo desempenho da função de responsável pela gestão de uma Unidade Técnico-Científica?



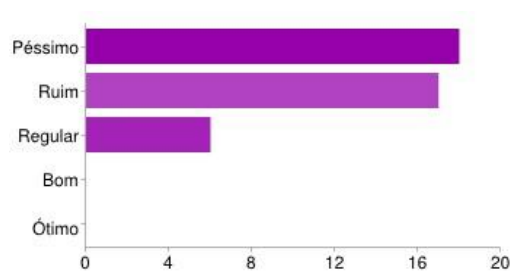
Não é importante	2	5%
É pouco importante	1	2%
É muito importante	18	44%
É fundamental	20	49%

31. Considerando as competências necessárias (conhecimentos, habilidades e atitudes) para o exercício da função de responsável pela gestão de uma Unidade Técnico-Científica, como você avalia a importância desta função ser desempenhada por um PCF mais experiente situado na primeira classe ou na classe especial?



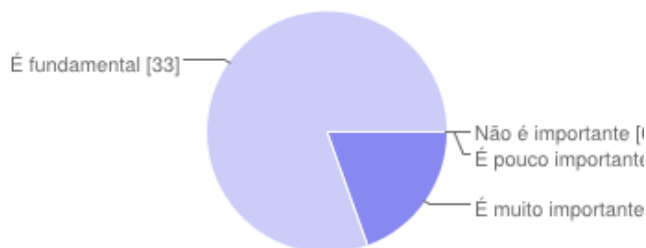
Não é importante	3	7%
É pouco importante	15	37%
É muito importante	15	37%
É fundamental	8	20%

32. Considerando especialmente as Unidades Técnico-Científicas, como você qualifica o atual processo de lotação e remoção de Peritos Criminais Federais?



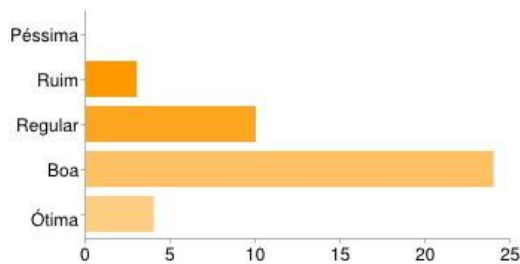
Péssimo	18	44%
Ruim	17	41%
Regular	6	15%
Bom	0	0%
Ótimo	0	0%

33. Considerando fatores como comprometimento do servidor e motivação para o trabalho, como você avalia a importância da existência de um processo justo e eficiente de lotação e remoção de Peritos Criminais Federais?



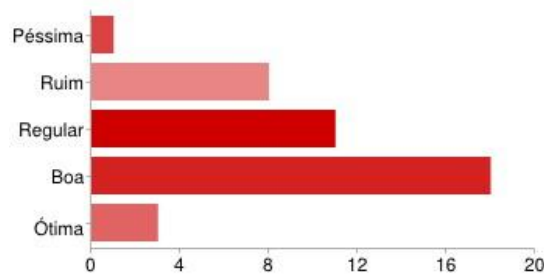
Não é importante	0	0%
É pouco importante	0	0%
É muito importante	8	20%
É fundamental	33	80%

34. De uma maneira geral, como você qualifica a atuação da **ADMINISTRAÇÃO DA DELEGACIA**, no que diz respeito à administração da sua Unidade Técnico-Científica, para o bom desempenho das atividades de perícia criminal?



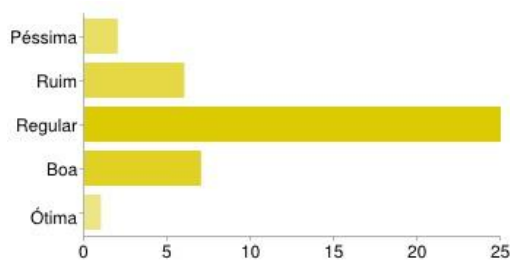
Péssima	0	0%
Ruim	3	7%
Regular	10	24%
Boa	24	59%
Ótima	4	10%

35. Como você qualifica a atuação do **SETOR TÉCNICO-CIENTÍFICO**, no que diz respeito à administração da sua Unidade Técnico-Científica, para o bom desempenho das atividades de perícia criminal?



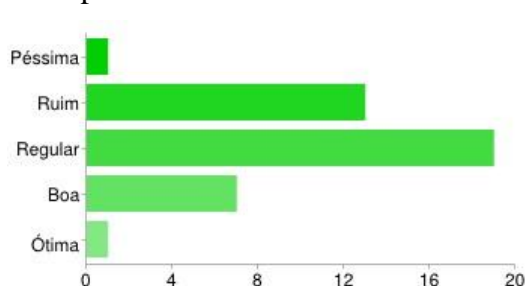
Péssima	1	2%
Ruim	8	20%
Regular	11	27%
Boa	18	44%
Ótima	3	7%

36. Como você qualifica a atuação da **SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL**, no que diz respeito à administração da sua Unidade Técnico-Científica, para o bom desempenho das atividades de perícia criminal?



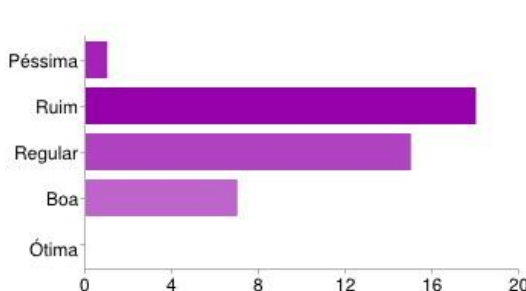
Péssima	2	5%
Ruim	6	15%
Regular	25	61%
Boa	7	17%
Ótima	1	2%

37. Como você qualifica a atuação do INSTITUTO NACIONAL DE CRIMINALÍSTICA, no que diz respeito à administração da sua Unidade Técnico-Científica, para o bom desempenho das atividades de perícia criminal?



Péssima	1	2%
Ruim	13	32%
Regular	19	46%
Boa	7	17%
Ótima	1	2%

38. Como você qualifica a atuação da DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA, no que diz respeito à administração da sua unidade, para o bom desempenho das atividades de perícia criminal?



Péssima	1	2%
Ruim	18	44%
Regular	15	37%
Boa	7	17%
Ótima	0	0%

39. De acordo com a sua avaliação, e considerando os serviços prestados pela Perícia Criminal da Polícia Federal, cite resumidamente três MELHORIAS OU ASPECTOS POSITIVOS relacionados à instalação da sua Unidade Técnico-Científica.

* As respostas foram resumidas e agrupadas por semelhança.

i. MAIS RAPIDEZ NO ATENDIMENTO

- atendimento mais célere de solicitações; maior agilidade no atendimento de demandas de delegacias do interior; melhor tempo de resposta no atendimento, agilizando os procedimentos e expedientes; atendimento rápido às solicitações de perícias da delegacia e circunscrição; demanda local em nível adequado para um atendimento rápido; redução no tempo de atendimento das solicitações de perícia, decorrente da redução do tempo no trâmite de documentos e materiais entre DPF e SETEC; agilidade no atendimento de demandas do interior do estado; maior celeridade no atendimento das demandas; maior agilidade no atendimento de requisições de exames ambientais, de

balística, de veículos e documentoscópicos; atendimento mais célere às delegacias; celeridade no atendimento de solicitações que necessitam da presença do perito no local; celeridade no atendimento das ocorrências; atendimento mais rápido em situações de urgência/emergência; celeridade na prestação do serviço pericial; pronto atendimento de situações que demandam trabalhos periciais urgentes (locais, acidentes, preliminares); atendimento com maior rapidez das solicitações de exame nos IPL com suspeito preso; atendimento a locais de crime com maior rapidez, visto que as distâncias são menores; celeridade dos exames solicitados pela delegacia; redução no tempo de atendimento; maior rapidez no atendimento das demandas que antes seguiam para o SETEC; pronto atendimento nas ocorrências periciais de locais de crime; celeridade nas respostas às solicitações de exames; maior celeridade na resposta às solicitações de exames periciais; agilidade no atendimento; diminuição do tempo de médio de atendimento das solicitações; maior agilidade no atendimento das requisições de perícias; diminuição no tempo de resposta às solicitações da delegacia; atendimento de local de crime de forma imediata; deslocamentos menores, viagens mais curtas e rápidas; atendimento um pouco mais rápido às perícias de local de crime; agilização no trâmite de IPLs das delegacias, ainda que estes sejam de menor vulto; agilidade no atendimento e apoio à delegacia-sede e demais delegacias atendidas; rapidez na chegada ao local de crime;

ii. REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS QUE NÃO ERAM EXECUTADOS ANTERIORMENTE

possibilidade de atendimento de solicitações de perícia em local de crime antes inexequíveis (arrombamento, por exemplo); atendimento em algumas demandas que não eram atendidas por causa da distância; alguns tipos de perícias que anteriormente não eram solicitadas ao SETEC passaram a ser solicitadas às UTECs; diminuição de perícias ad hoc; esclarecimento de dúvidas dos clientes (solicitantes); possibilidade de uma resposta melhor no que se refere ao atendimento de locais de crime; atendimento a ocorrências de locais de crime que antes ficavam sem perícia; proximidade das delegacias que a perícia atende; proximidade geográfica em relação aos demandantes das atividades periciais; redução de possibilidade de peritos ad hoc; absorção de parte da demanda do estado, que antes era atendida pelo SETEC; desafogamento das pendências do SETEC; melhor distribuição da carga de trabalho no estado; diminuição das solicitações encaminhadas diretamente ao SETEC; participação no planejamento

operacional; melhoria no atendimento das solicitações oriundas da circunscrição da UTEC; eliminação da designação de peritos ad hoc; muitos exames que nem seriam solicitados no passado, agora são atendidos localmente e fomentam sobremaneira a elucidação dos delitos; melhor qualidade e eficácia no resultado da perícia; atendimento direto a alta demanda local por serviços periciais; atendimento de demandas regionais não atendidas pelo SETEC;

- iii. **MAIS PROXIMIDADE, INTERAÇÃO E INTEGRAÇÃO COM OS USUÁRIOS**
 assistência nas investigações relacionadas a assuntos técnicos; melhor relacionamento com os clientes solicitantes de exames (delegacias); relacionamento com os solicitantes, facilitando, melhorando, adequando os pedidos de exames; padronização de ações para as demandas locais (tipo de crimes que mais ocorrem na circunscrição); bom relacionamento entre os servidores de maneira geral por ser uma delegacia pequena; proximidade dos clientes dos serviços da UTEC (Delegados, Juízes, Promotores); bom relacionamento entre colegas; agilidade no saneamento de alguma divergência das solicitações; interação com as atividades investigativas; contato estreito com os delegados de modo a otimizar recursos e tempo na resolução de perícias demandadas; maior interatividade e proximidade com os clientes da perícia; apoio técnico nas investigações (inteligência policial) realizadas na delegacia; maior integração entre os cargos do DPF; avaliação/triagem da adequabilidade da solicitação de exame; a proximidade da perícia certamente traz benefícios à investigação; participação da equipe pericial no planejamento, controle e execução das operações; maior contato dos servidores do DPF (DPFs, APFs, EPFs e PPFs) com os PCFs propiciando que o trabalho desenvolvido seja melhor conhecido; melhor entrosamento e convivência entre os PCFs gerando confiança e companheirismo; melhor comunicação entre os delegados e os peritos; excelente integração da equipe de PCFs nos trabalhos realizados; maior integração da perícia com a investigação nas delegacias; maior interação entre os delegados que presidem os IPL e peritos que elaboram os laudos; estreitamento da perícia com as demais atividades da PF; amadurecimento dos DPFs em relação às solicitações de perícia; maior interação com os demandantes (DPFs); interação facilitada com demais cargos;
- iv. **DIVULGAÇÃO DO TRABALHO DA PERÍCIA**
 conhecimento da função da perícia pelos servidores das descentralizadas; melhor e maior divulgação sobre os trabalhos que podem ser realizados pela criminalística;

divulgação da Perícia Criminal à comunidade local; melhor exposição dos aspectos do trabalho pericial; presença em estratégica fronteira de grande visibilidade; divulgação do trabalho da perícia entre delegados, agentes e escrivães; relacionamento interinstitucional; maior contato dos servidores do DPF (DPFs, APFs, EPFs e PPFs) com os PCFs propiciando que o trabalho desenvolvido seja melhor conhecido.

v. **BOA INFRAESTRUTURA**

razoável datacenter, escritórios espaçosos e salas reservadas para equipagem de laboratórios; boas salas; bons computadores; aquisição de novas balanças para o laboratório da UTEC; aquisição do VSC 40; aquisição de softwares e computadores para o trabalho; quantidade suficiente de salas e espaço; quantidade suficiente de mobília; excelente estado das instalações; mobiliário novo; boa iluminação; boa ventilação; instalações novas; aquisição de equipamentos novos; mobiliário novo; condições de trabalho (equipamentos e instalações) adequadas e suficientes, que possibilitam a realização de trabalho com qualidade;

vi. **NOVOS CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS**

conhecimento de outras áreas de exame; possibilidade de realizar diversos tipos de exames periciais (“clínica geral”);

vii. **MAIS EFICIÊNCIA**

redução do gasto com diárias da SR para viagens de PCF; trânsito de materiais questionados do interior à capital drasticamente reduzido;

40. De acordo com a sua avaliação, e considerando os serviços prestados pela Perícia Criminal da Polícia Federal, cite resumidamente três **ASPECTOS NEGATIVOS OU PROBLEMAS** relacionados à instalação da sua Unidade Técnico-Científica.

* As respostas foram resumidas e agrupadas por semelhança.

i. **QUANTIDADE INSUFICIENTE DE PESSOAL**

poucos PCF especializados em informática; falta estrutura e pessoal de laboratório; peritos não conseguem se especializar em um determinado exame; não há como formar grupos especializados por área de atuação; subdimensionamento do efetivo; número pequeno de peritos para atender várias delegacias; servidores administrativos

insuficientes para implementação de melhorias na unidade; quantidade pequena de PCFs lotados em relação à necessidade; muitas perícias são encaminhadas ao SETEC pois não existe efetivo suficiente na unidade; falta de servidores administrativos; utilização do efetivo da UTEC para serviços gerais (segurança, operação, etc); demanda de atividades que não são atribuições da perícia; desvio de função de Peritos Engenheiros; escolha inadequada da formação dos profissionais; falta de recursos humanos necessários ao atendimento das demandas; quantidade insuficiente de servidores para discussão em exames mais complexos;

ii. INFRAESTRUTURA DEFICIENTE

faltam cadeiras adequadas (com rodízios), no-breaks para preservação dos equipamentos, softwares para uso em perícias ambientais; falta de equipamentos para áreas específicas; espaço físico inadequado; prédio não suporta as necessidades da delegacia e da UTEC; falta de laboratórios (química, eletrônica, documentoscopia, informática, mecânica); falta de sala de secretaria, depósitos, sala-cofre, sala de chefia, sala de reunião, salas de peritos; exames realizados diferem em qualidade dos executados em SETECs por falta de estrutura; a UTEC deveria ter sido instalada em uma cidade maior, com mais opções de cultura e lazer, onde peritos e familiares poderiam estar mais felizes; instalações desvinculadas da delegacia; falta de laboratório descente; falta de material de consumo; falta de ramais nas salas; laboratórios não equipados; cobrança de resultados incompatível com a estrutura disponibilizada;

iii. DIFÍCIL ACESSO À CAPACITAÇÃO

peritos lotados em UTECs são sempre os últimos a terem oportunidade de cursos e missões interessantes; as oportunidades sempre chegam primeiro nos SETECs; quando chegam nas UTECs é porque ninguém dos SETECs se interessou; falta de cursos ou treinamentos para os PCFs; esquecimento da unidade, pois alguns treinamentos não são repassados aos PCFs lotados nas UTECs; algumas informações não chegam à unidade; preferência de capacitação para os que estão nos SETECs (se sobrar oferecem para as UTECs); pouca possibilidade de que Peritos lotados na unidade possam realizar cursos ou contribuir com o trabalho em outros locais;

iv. FALTA DE AUTONOMIA ADMINISTRATIVA

subordinação às chefias das delegacias; subordinação administrativa ao delegado chefe; participação em atividades operacionais que não envolvem perícia; falta de meios de

trabalho e instalações adequadas; estrutura administrativa da Criminalística dependente do gestor da Delegacia; falta de formalização da UTEC na estrutura do DPF; não há autonomia administrativa e orçamentária; hierarquia administrativa vinculada à delegacia; ausência de gratificação de chefia; ausência de normatização da UTEC no DPF; ingerência da SR e/ou SETEC; falta de autonomia;

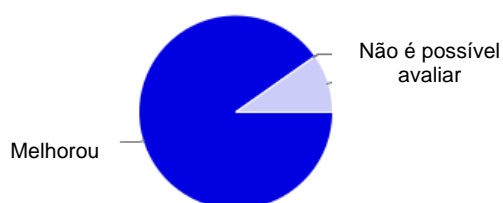
v. **BAIXA MOTIVAÇÃO DO PESSOAL**

política de remoção ruim; escala de sobreaviso pesada; subordinação administrativa à chefia da delegacia; ausência de vistoria anual das unidades pelo SETEC e DITEC; distanciamento dos grandes polos de Criminalística (SRs e INC);

vi. **AUSÊNCIA DE PERITOS MAIS EXPERIENTES**

falta de referências; não existe um colega mais experiente para ser tutor; o SETEC não dá a tutoria e apoio necessários; falta de uma maior interação entre o SETEC e as UTECs do estado;

41. Qual a sua avaliação em relação ao indicador “TEMPO MÉDIO DE ATENDIMENTO” das solicitações de exames periciais provenientes da sua região, após a instalação da Unidade Técnico-Científica (comparando com o período anterior à existência da UTEC)?

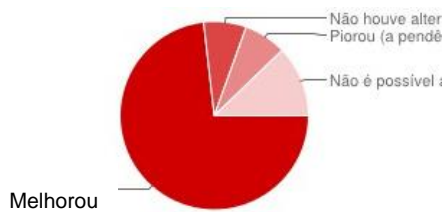


Melhorou	37	90%
(o tempo de atendimento diminuiu)		
Não houve alteração significativa	0	0%
Piorou	0	0%
(o tempo de atendimento aumentou)		
Não é possível avaliar	4	10%

42. Qual a sua avaliação em relação ao indicador “QUANTIDADE DE LAUDOS ELABORADOS”, também conhecido como “PRODUÇÃO DE LAUDOS”, em função das solicitações de exame pericial provenientes da sua região, após a instalação da Unidade Técnico-Científica (comparando com o período anterior à existência da UTEC)?

Melhorou (a produção aumentou)	32	78%
Não houve alteração significativa	3	7%
Piorou (a produção diminuiu)	0	0%
Não é possível avaliar	6	15%

43. Qual a sua avaliação em relação ao indicador “QUANTIDADE DE SOLICITAÇÕES DE EXAME AGUARDANDO ATENDIMENTO”, também conhecido como “PENDÊNCIA DE LAUDOS”, em função das solicitações provenientes da sua região, após a instalação da Unidade Técnico-Científica (comparando com o período anterior à existência da UTEC)?



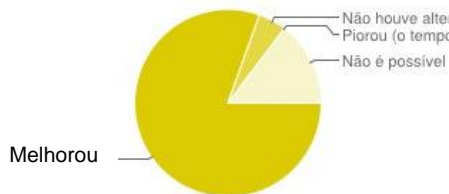
Melhorou (a pendência diminuiu) 30 73%

Não houve alteração significativa 3 7%

Piorou (a pendência aumentou) 3 7%

Não é possível avaliar 5 12%

44. Qual a sua avaliação em relação ao indicador “TEMPO DE CHEGADA DOS PERITOS AOS LOCAIS DE CRIME COM VESTÍGIOS CONSIDERADOS EFÊMEROS (vestígios que podem desaparecer ou ser alterados rapidamente)”, em função das solicitações provenientes da sua região, após a instalação da Unidade Técnico-Científica (comparando com o período anterior à existência da UTEC)?



Melhorou (o tempo diminuiu) 33 80%

Não houve alteração significativa 2 5%

Piorou (o tempo aumentou) 0 0%

Não é possível avaliar 6 15%

45. Qual a sua avaliação em relação ao indicador “QUANTIDADE DE LAUDOS ELABORADOS POR PERITOS AD HOC”, em função das solicitações provenientes da sua região, após a instalação da Unidade Técnico-Científica (comparando com o período anterior à existência da UTEC)?

Melhorou (a quantidade diminuiu) 25 61%

Não houve alteração significativa 1 2%

Piorou (a quantidade aumentou) 0 0%

Não é possível avaliar 15 37%

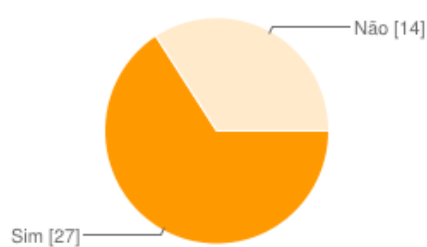
46. Na sua avaliação, após a instalação da Unidade Técnico-Científica na sua região, de um modo geral, a QUALIDADE DOS SERVIÇOS prestados pela Perícia Criminal da Polícia Federal:

Melhorou	37	90%
Não houve alteração significativa	3	7%
Piorou	0	0%
Não é possível avaliar	1	2%

47. Em relação ao futuro de sua Unidade Técnico-Científica, e considerando os resultados obtidos após a instalação da UTEC, além de fatores como eficiência, eficácia e efetividade, qual das opções abaixo seria a melhor para o DPF?

Desativar a UTEC, e redistribuir os recursos humanos e materiais para o SETEC da Superintendência Regional do DPF no estado.	6	15%
Manter a UTEC em funcionamento, mas tentar solucionar os problemas atuais, e realizar os investimentos necessários em recursos humanos e materiais.	35	85%

48. Considerando a sua experiência profissional como PCF e como responsável ou substituto pela sua unidade; os resultados obtidos após a abertura de sua UTEC; as dificuldades técnicas e administrativas enfrentadas; as vantagens e desvantagens observadas; e as perspectivas para o futuro, você considera que o programa de INSTALAÇÃO DE NOVAS UNIDADES TÉCNICO-CIENTÍFICAS nas delegacias de Polícia Federal no interior do país (Interiorização da Perícia Criminal Federal) deve continuar?

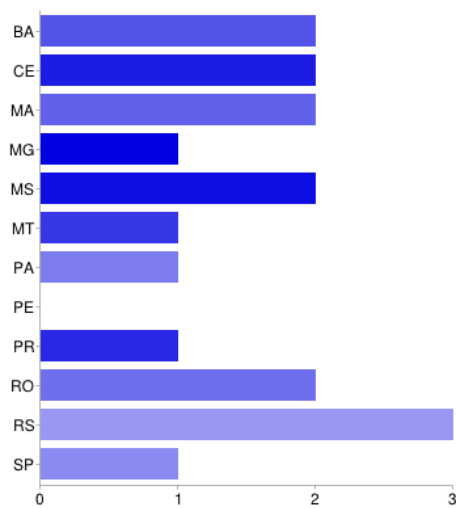


Sim	27	66%
Não	14	34%

4.2. Resumo das respostas dos chefes de SETEC ao questionário

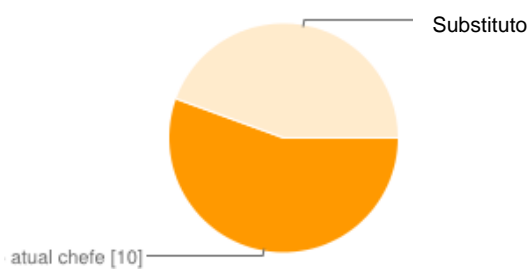
O número de respondentes (chefes de SETEC) foi de 18 PCF.

1. Seu SETEC está localizado em que estado do país?



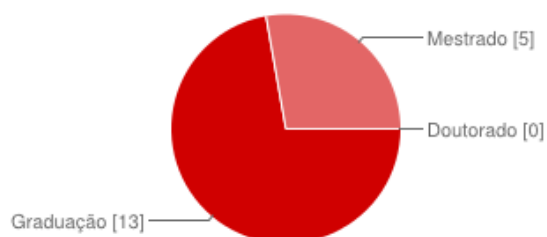
BA	2	11%
CE	2	11%
MA	2	11%
MG	1	6%
MS	2	11%
MT	1	6%
PA	1	6%
PE	0	0%
PR	1	6%
RO	2	11%
RS	3	17%
SP	1	6%

2. Qual a sua função em relação à chefia do SETEC?



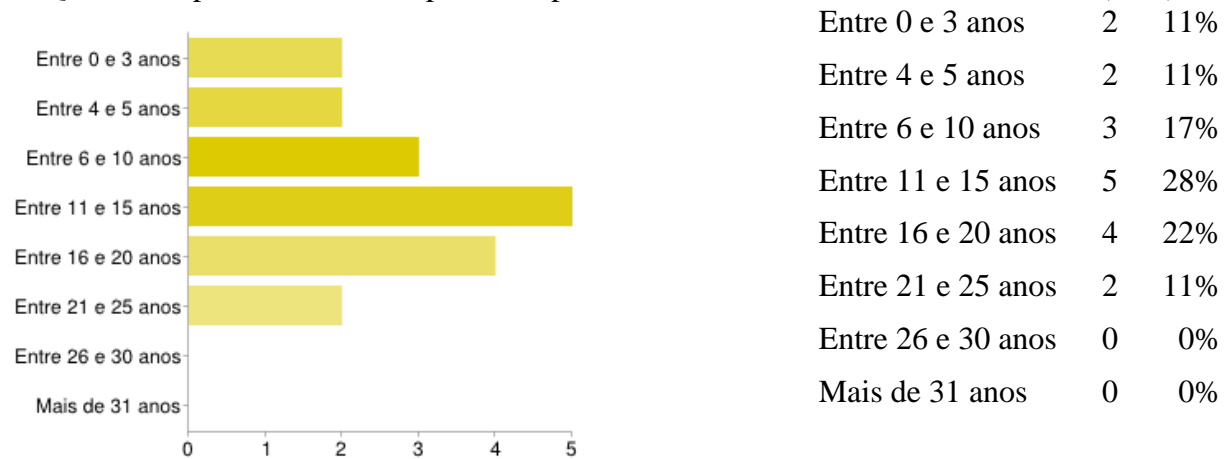
Sou o atual chefe	10	56%
Sou o atual chefe-substituto	8	44%

3. Qual o seu nível de formação?

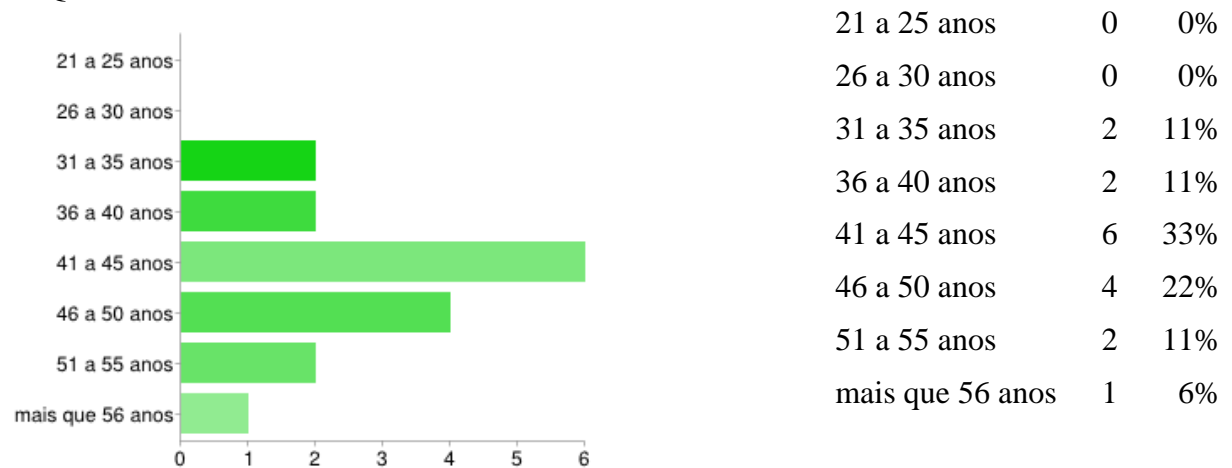


Graduação	13	72%
Mestrado	5	28%
Doutorado	0	0%

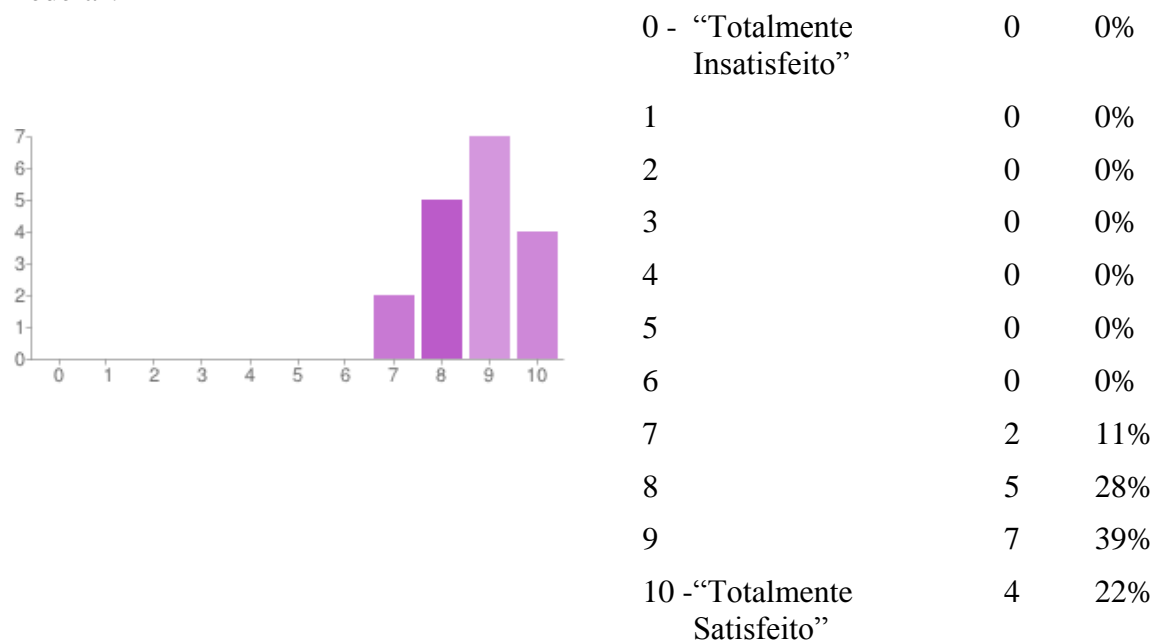
4. Quanto tempo você tem de experiência profissional como Perito Criminal Federal (PCF)?



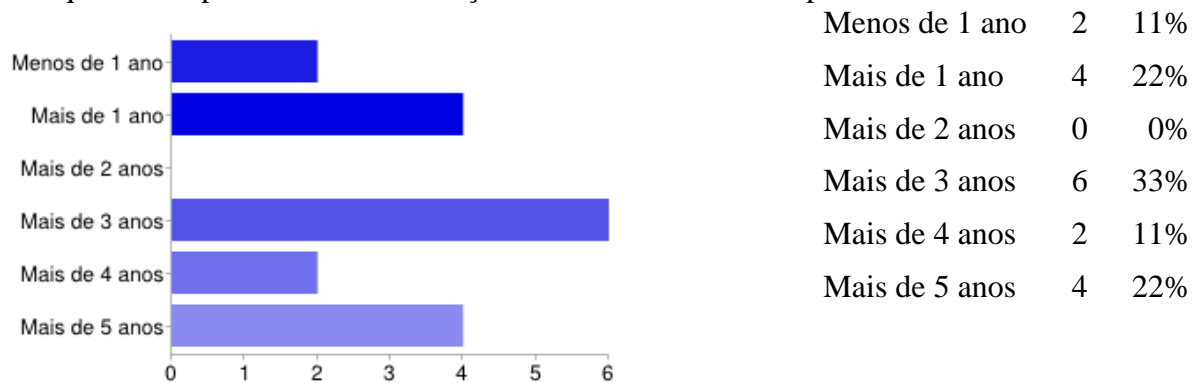
5. Qual a sua faixa etária?



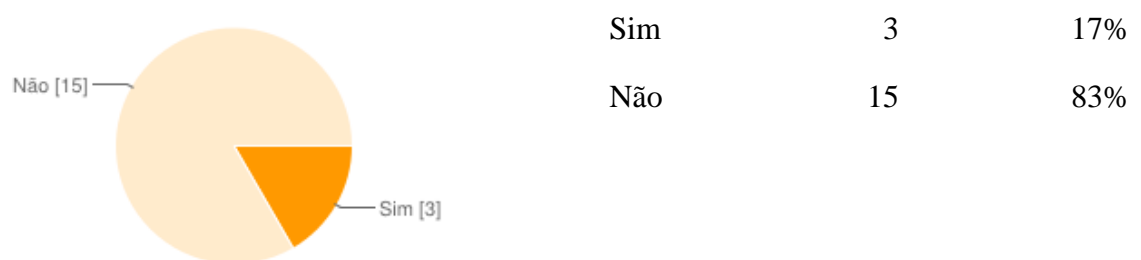
6. Numa escala de 0 a 10, qual o seu grau de satisfação profissional como Perito Criminal Federal?



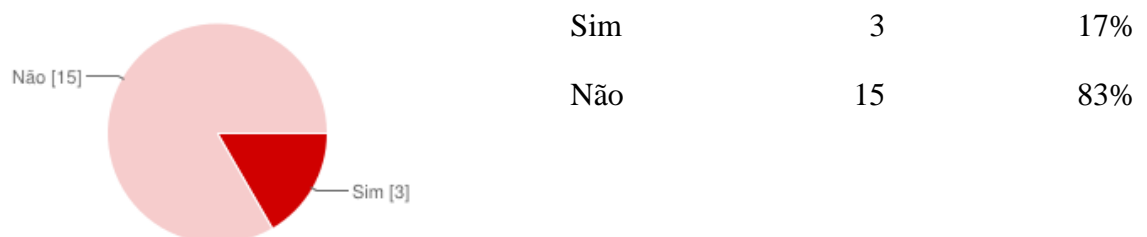
7. Há quanto tempo você exerce a função de chefe ou substituto pelo SETEC?



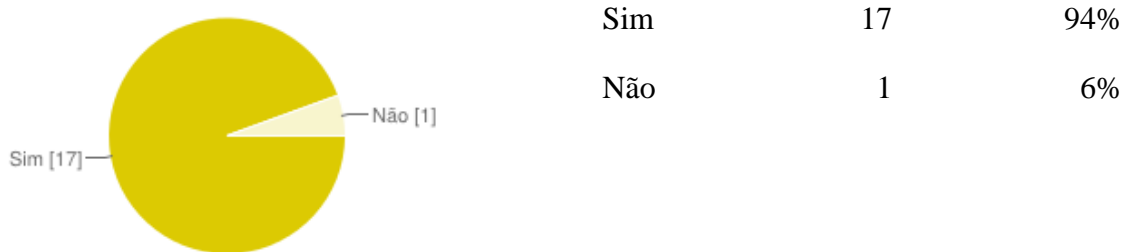
8. O DPF ofereceu, formalmente, algum curso ou treinamento na área de gestão para que os responsáveis e substitutos pelas UTEC se preparassem para desempenhar melhor as funções de chefia?



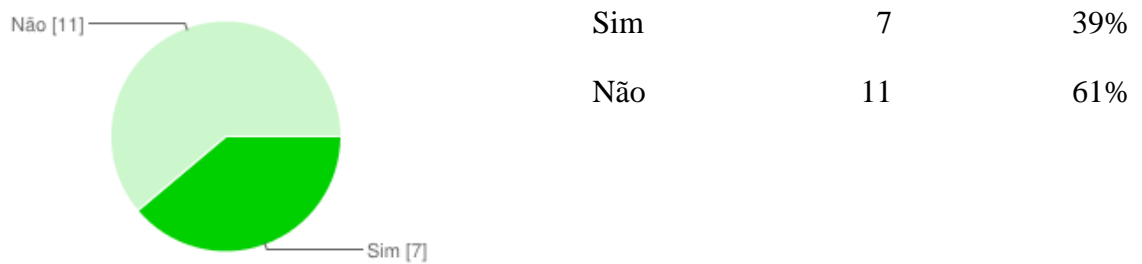
9. Você considera que os atuais responsáveis e substitutos pelas UTEC de seu estado estão capacitados (com o conhecimento necessário) na área de gestão/administração para exercerem a função?



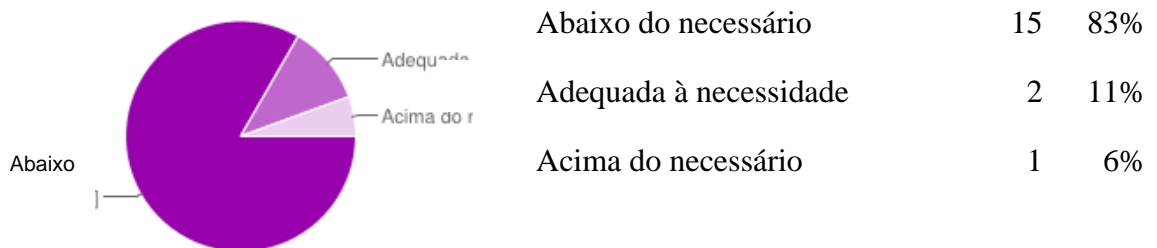
10. Você considera que o tempo de experiência profissional como PCF é um requisito importante para que um servidor exerça a função de responsável por uma Unidade Técnico-Científica?



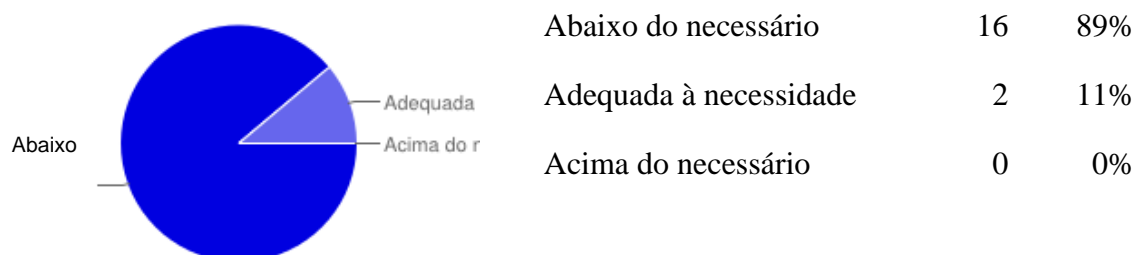
11. Você considera que os atuais responsáveis ou substitutos pela(s) UTEC de seu estado possuem experiência profissional suficiente (como PCF) para exercer a função?



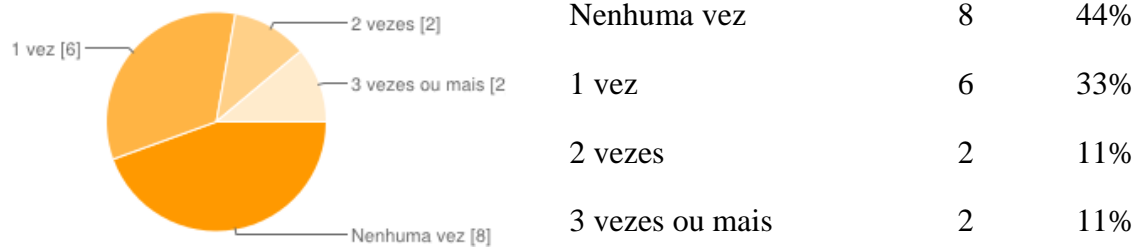
12. De acordo com a sua avaliação, e considerando a quantidade de trabalho, de um modo geral, a QUANTIDADE de Peritos Criminais Federais lotados atualmente na(s) UTEC de seu estado está:



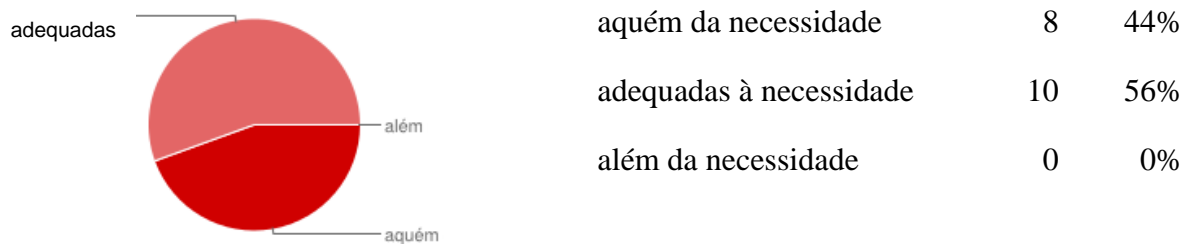
13. De acordo com a sua avaliação, e considerando a quantidade de trabalho, a QUANTIDADE de servidores administrativos (AADM) lotados atualmente na(s) UTEC de seu estado está:



14. Quantas vezes você visitou a(s) UTEC de seu estado nos últimos 12 meses?

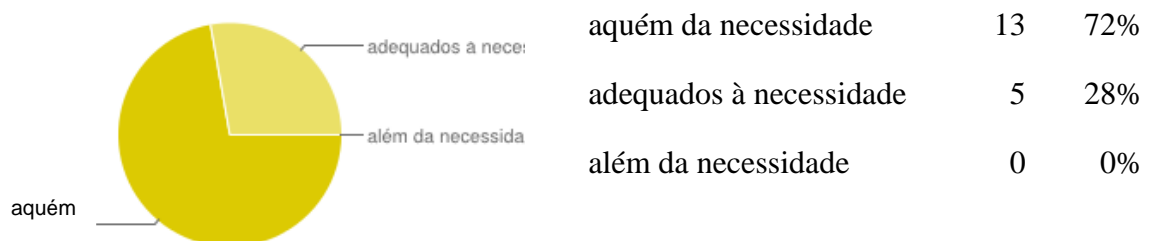


15. Faça uma avaliação considerando aspectos como tamanho, conservação, temperatura, ventilação, iluminação, limpeza, acessibilidade e segurança das instalações físicas necessárias para o desempenho das atividades de perícia criminal, tais como escritórios (salas dos peritos), laboratórios, locais para a guarda de vestígios e de materiais, sala para reunião, secretaria e sala do responsável, entre outros. De um modo geral, as INSTALAÇÕES FÍSICAS da(s) UTEC de seu estado atualmente estão:

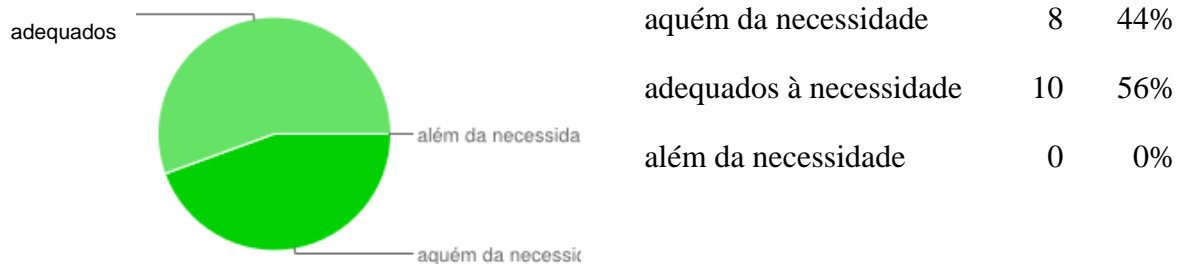


16. Faça uma avaliação considerando aspectos como quantidade, qualidade, estado de conservação, manutenção e utilidade dos equipamentos técnico-científicos necessários para o desempenho das atividades de perícia criminal, de acordo com as áreas de perícia mais

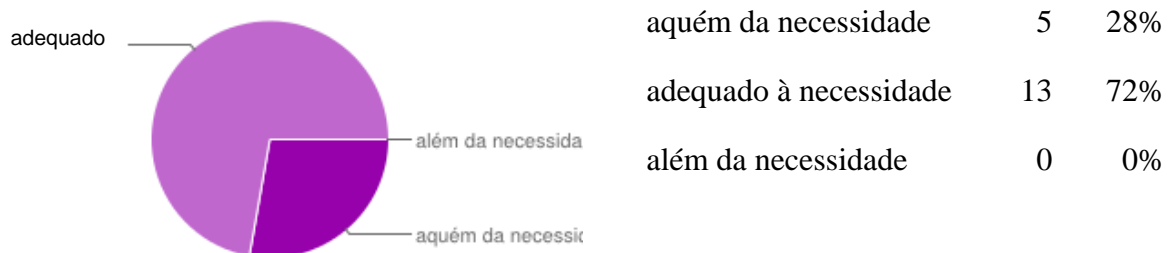
demandadas conforme a realidade regional, tais como documentoscopia, meio ambiente, laboratório, perícias externas, engenharia, audiovisual, informática, balística, entre outras. De um modo geral, os EQUIPAMENTOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS da(s) UTEC de seu estado atualmente estão:



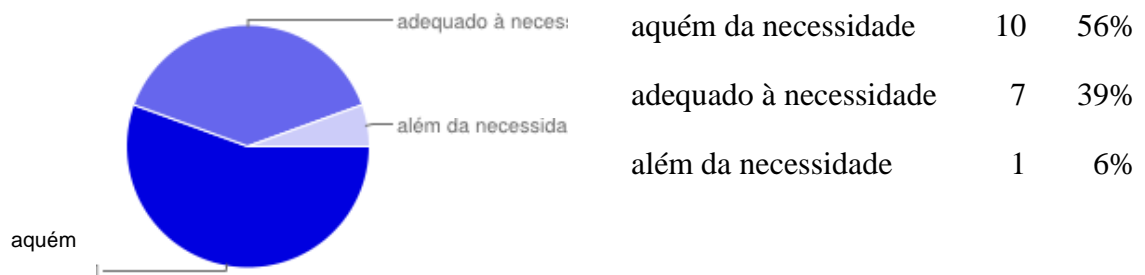
17. Faça uma avaliação considerando aspectos como quantidade, qualidade, estado de conservação, manutenção e utilidade dos equipamentos de informática e de comunicação necessários para o desempenho das atividades de perícia criminal, tais como computadores, impressoras, scanner, modem, roteador, no-break, telefones, fax, rede, internet, intranet, entre outros. De um modo geral, os EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO da(s) UTEC de seu estado atualmente estão:



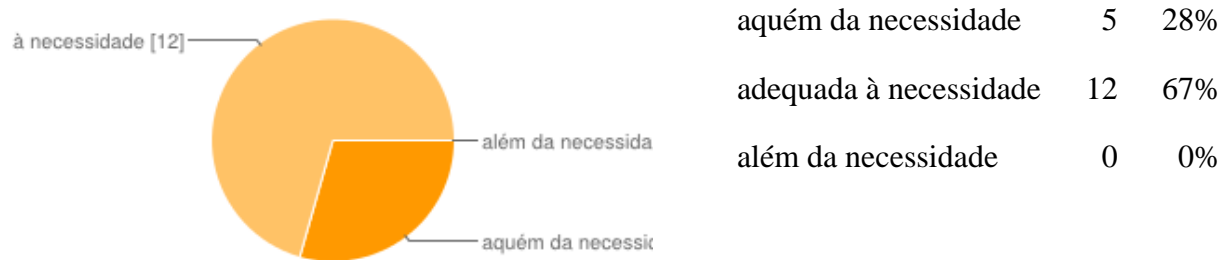
18. Faça uma avaliação considerando aspectos como quantidade, qualidade, estado de conservação e utilidade dos móveis necessários para o desempenho das atividades de perícia criminal, tais como mesas, cadeiras, armários, divisórias, entre outros. De um modo geral, o MOBILIÁRIO da(s) UTEC de seu estado atualmente pode ser considerado:



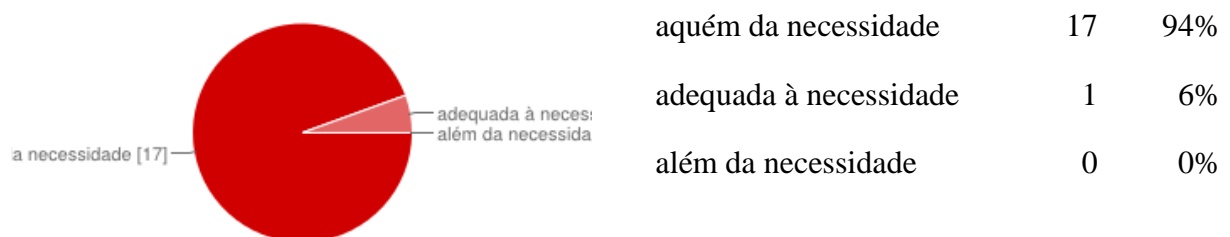
19. Faça uma avaliação levando em conta aspectos como quantidade, qualidade e regularidade no fornecimento do material de consumo necessário para o desempenho das atividades de perícia criminal, tais como papel, toner, tinta, reagentes, pilhas, combustível, entre outros. De um modo geral, o MATERIAL DE CONSUMO da(s) UTEC de seu estado pode ser considerado:



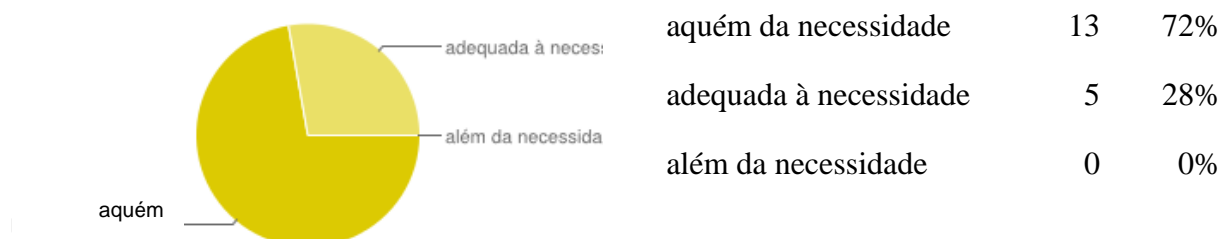
20. Faça uma avaliação considerando aspectos como disponibilidade, quantidade, qualidade, adequação, estado de conservação, manutenção e utilidade dos veículos necessários para o desempenho das atividades de perícia criminal. De um modo geral, a estrutura de TRANSPORTE da(s) UTEC de seu estado atualmente está:



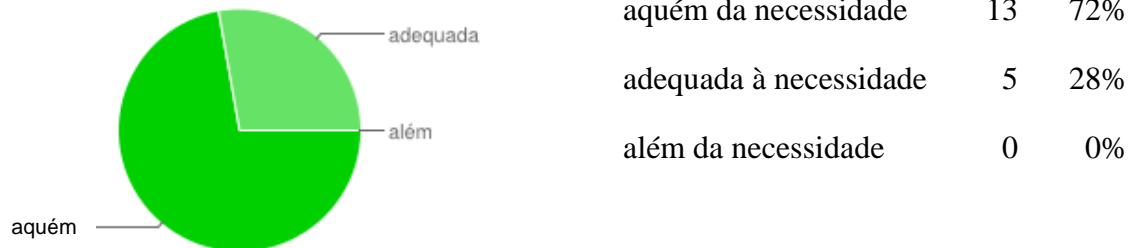
21. Considerando as diferentes áreas de formação acadêmica dos Peritos Criminais Federais lotados atualmente na(s) unidade(s) do interior, e os tipos de solicitação de exame mais característicos, você avalia que a quantidade de PCF COM FORMAÇÃO ESPECÍFICA NA(S) UTEC em relação à demanda de exames que exigem profissionais de áreas específicas está:



22. Faça uma avaliação considerando aspectos como quantidade e qualidade das ações de capacitação/treinamento necessárias para o desempenho das atividades de perícia criminal. De um modo geral, a CAPACITAÇÃO dos servidores da(s) UTEC atualmente está:



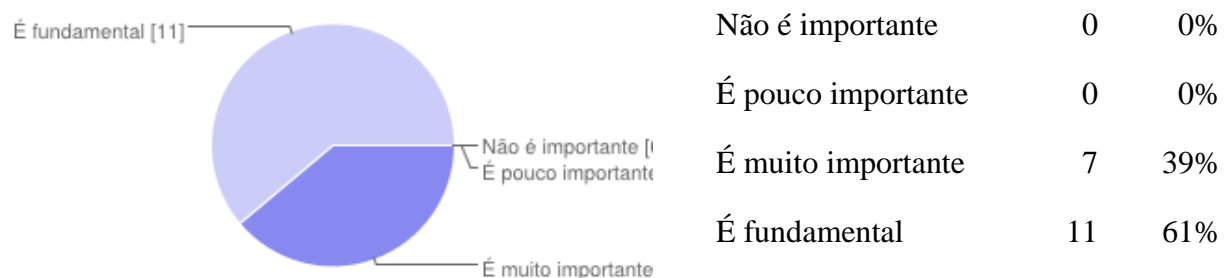
23. A quantidade de RECURSOS FINANCEIROS disponibilizados para o desempenho das atividades de perícia criminal da(s) UTEC de seu estado atualmente, de um modo geral, pode ser considerada:



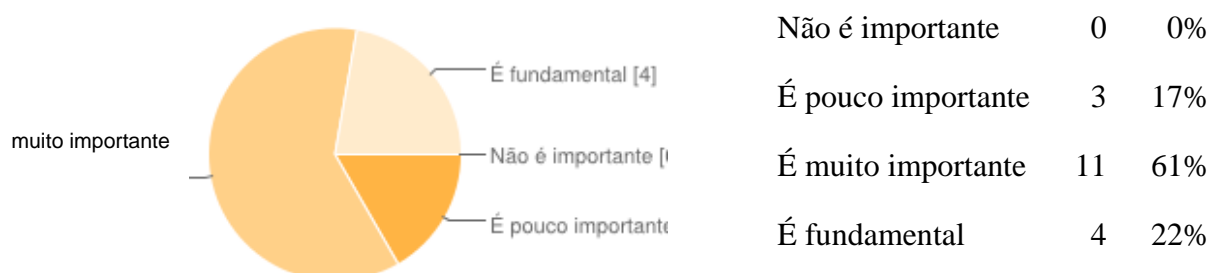
24. Como você avalia a importância da Unidade Técnico-Científica estar formalmente inserida na estrutura organizacional do DPF?



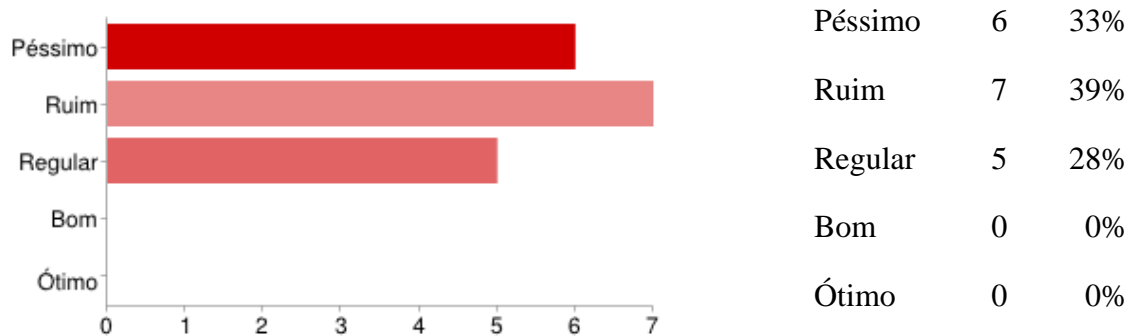
25. Considerando fatores como motivação e compromisso com o trabalho, como você avalia a importância do recebimento de gratificação pecuniária pelo desempenho da função de responsável pela gestão de uma Unidade Técnico-Científica?



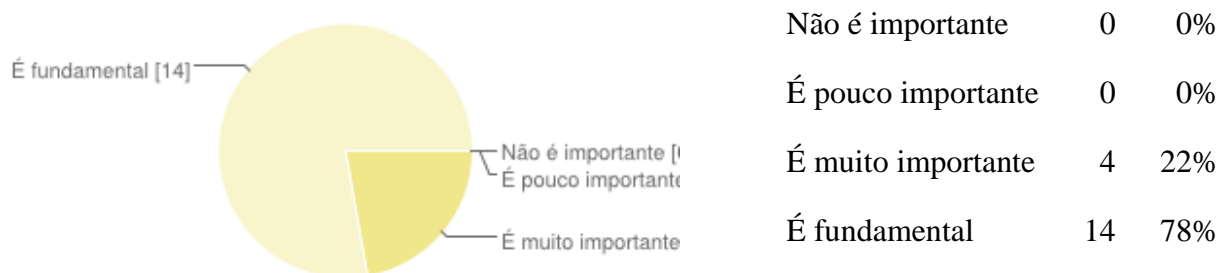
26. Considerando as competências necessárias (conhecimentos, habilidades e atitudes) para o exercício da função de responsável pela gestão de uma Unidade Técnico-Científica, como você avalia a importância desta função ser desempenhada por um PCF mais experiente situado na primeira classe ou na classe especial?



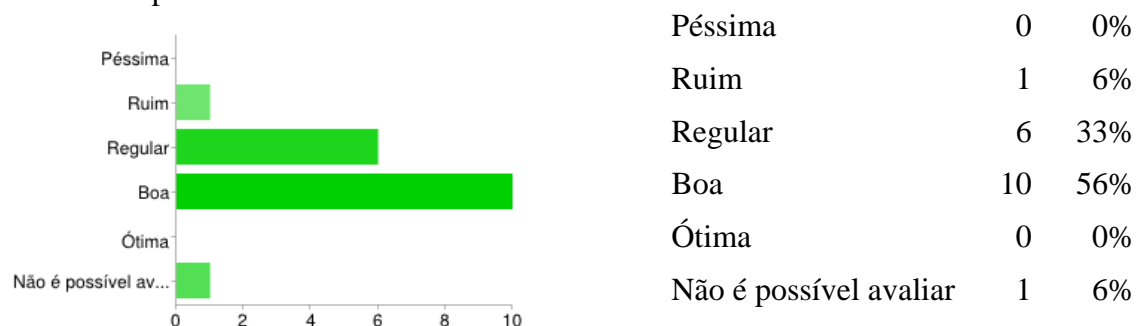
27. Considerando especialmente as Unidades Técnico-Científicas, como você qualifica o atual processo de lotação e remoção de Peritos Criminais Federais?



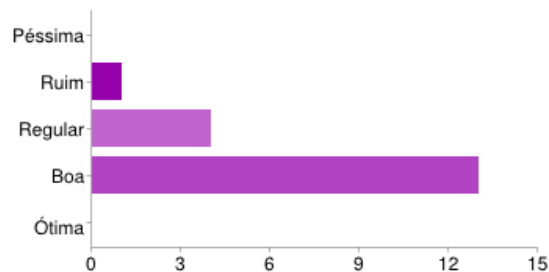
28. Considerando fatores como comprometimento do servidor e motivação para o trabalho, como você avalia a importância da existência de um processo justo e eficiente de lotação e remoção de Peritos Criminais Federais?



29. De uma maneira geral, como você qualifica a atuação da ADMINISTRAÇÃO DA(S) DELEGACIA(S), no que diz respeito à administração da(s) UTEC, para o bom desempenho das atividades de perícia criminal?

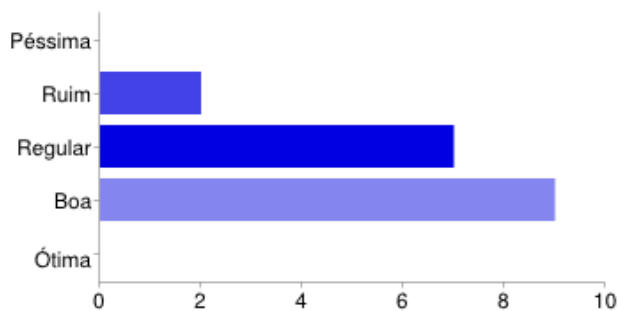


30. Como você qualifica a atuação do SETOR TÉCNICO-CIENTÍFICO, no que diz respeito à administração da(s) UTEC, para o bom desempenho das atividades de perícia criminal?



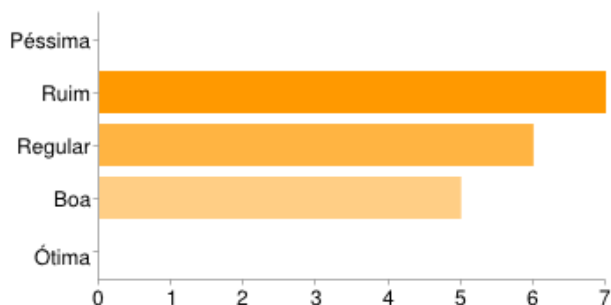
Péssima	0	0%
Ruim	1	6%
Regular	4	22%
Boa	13	72%
Ótima	0	0%

31. Como você qualifica a atuação da SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL, no que diz respeito à administração da(s) UTEC, para o bom desempenho das atividades de perícia criminal?



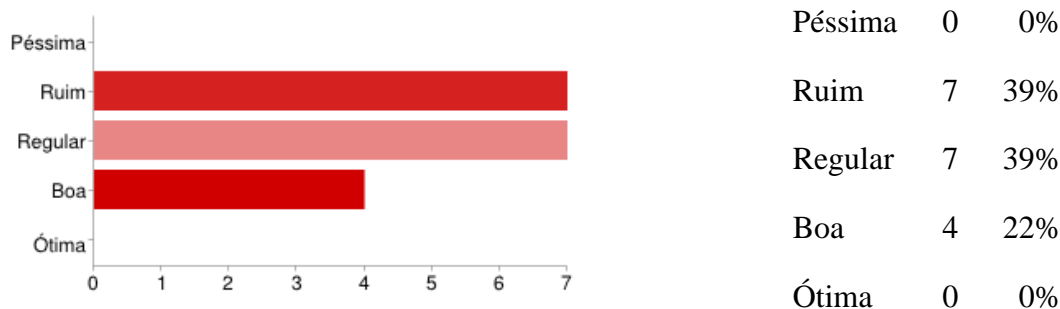
Péssima	0	0%
Ruim	2	11%
Regular	7	39%
Boa	9	50%
Ótima	0	0%

32. Como você qualifica a atuação do INSTITUTO NACIONAL DE CRIMINALÍSTICA, no que diz respeito à administração da(s) UTEC, para o bom desempenho das atividades de perícia criminal?



Péssima	0	0%
Ruim	7	39%
Regular	6	33%
Boa	5	28%
Ótima	0	0%

33. Como você qualifica a atuação da DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA, no que diz respeito à administração da(s) UTEC, para o bom desempenho das atividades de perícia criminal?



34. De acordo com a sua avaliação, e considerando os serviços prestados pela Perícia Criminal da Polícia Federal, cite resumidamente três MELHORIAS OU ASPECTOS POSITIVOS relacionados à instalação da(s) UTEC no seu estado.

* As respostas foram resumidas e agrupadas por semelhança.

i. OTIMIZAÇÃO DO TRABALHO E DIMINUIÇÃO DE PENDÊNCIAS

- atendimento da demanda reprimida; redução das pendências no Estado de forma geral; decréscimo da carga de trabalho no SETEC pela descentralização de requisições de acordo com a área específica; diminuição das pendências do interior; diminuição das pendências do SETEC; diminuição dos deslocamentos para o interior; descentralização do trabalho do SETEC; auxílio na resolução do problema da falta de espaço físico nas unidades centrais; diminuição da carga geral do SETEC, além de facilitar o apoio quanto a exames documentoscópicos do SETEC; redução do volume de trabalho que antes era encaminhado ao SETEC; realização do exame preliminar de drogas; redução da nomeação de peritos *Ad Hoc*; aumento do número de PCFs no interior; presença da perícia no interior; melhor distribuição da carga de viagens no Estado, tornando mais proporcionais as distâncias percorridas; melhor distribuição das demandas; economia no deslocamento em exames de locais; facilidade com relação ao atendimento de perícias ambientais da região, pois estas demandavam muitas viagens de PCFs do SETEC; redução no deslocamento de peritos; redução no deslocamento para exames ambientais em localidades muito distantes; melhor gerência da realização de perícias de crimes ambientais na área de abrangência da UTEC; melhoria nos resultados;

ii. MAIS RAPIDEZ NO ATENDIMENTO

- agilidade no atendimento de demandas periciais; atendimento mais célere de certas demandas; atendimento mais célere dos exames periciais; atendimento mais dinâmico nos casos de indiciado preso; maior rapidez nas respostas e na entrega do produto ou

serviço; maior agilidade no atendimento (deslocamento mais curto); maior agilidade no atendimento, especialmente de exames de local, ou outros que exijam deslocamentos; maior velocidade no atendimento das demandas locais; mais agilidade para atender ocorrências no interior do Estado; diminuição do tempo de atendimento à demanda local; diminuição no tempo de atendimento das perícias no interior; diminuição do prazo de atendimento para determinados tipos de exames periciais, principalmente em drogas; mais rapidez nas respostas, contribuindo para a celeridade do processo; pronto atendimento às ocorrências que requerem essa atitude da Criminalística (local de crime, por exemplo); rapidez no atendimento de locais de crime próximos a UTEC;

iii. **MAIS PROXIMIDADE, INTERAÇÃO E INTEGRAÇÃO COM OS USUÁRIOS**

- atuação mais próxima aos clientes da Perícia Criminal no interior do Estado; adequação às necessidades locais; maior inserção da equipe de peritos no contexto organizacional do DPF; maior proximidade dos usuários do sistema; maior interação com o Delegado solicitante da perícia; maior proximidade com a investigação e com as demandas/demandantes; aumento da visibilidade da perícia como um todo; contato com a realidade local da circunscrição correspondente à UTEC; mais proximidade com os solicitantes dos exames periciais, possibilitando a ação como consultores (exames mais adequados, apoio às buscas e apreensões, planejamento de operações, etc); facilidade quanto à integração com a investigação às vezes importante para uma perícia bem feita, que alcance um resultado concreto, útil; apoio dos chefes das descentralizadas; filtragem das requisições de perícia na origem;

iv. **BOA INFRAESTRUTURA**

- boas instalações físicas;

35. De acordo com a sua avaliação, e considerando os serviços prestados pela Perícia Criminal da Polícia Federal, cite resumidamente três ASPECTOS NEGATIVOS OU PROBLEMAS relacionados à instalação da(s) UTEC no seu estado.

* As respostas foram resumidas e agrupadas por semelhança.

i. **QUANTIDADE INSUFICIENTE DE PESSOAL**

- falta de PCFs em áreas específicas, tais como informática e contabilidade; falta de política adequada de remoção e lotação; falta de servidores; falta de PCFs, em quantidade para o atendimento da grande demanda de solicitações de exame em áreas como merceologia, veículos e balística; equipe reduzida; dificuldade em atender demandas em que não há PCF da área específica; baixa quantidade de PCFs; carência de efetivo; quantidade de servidores insuficiente para atender a demanda, tanto de PCF como de administrativos; quantitativo reduzido de peritos na UTEC devido às condições da localidade; número de PCFs insuficiente para a demanda existente; número insuficiente de PCFs; lotação de PCFs com formação inadequada para as necessidades do local; lotação inadequada de PCFs o que deveria ser de acordo com a

área de maior demanda de pendências; falta de PCFs de todas as áreas, portanto a UTEC vira uma espécie de leva e traz;

ii. **INFRAESTRUTURA DEFICIENTE**

- espaço reduzido; estrutura física/condições de trabalho muitas vezes precária; estrutura precária em termos de laboratórios e recursos; falta de adequação de laboratórios; falta de alguns equipamentos fundamentais para exames periciais de laboratório químico; falta de equipamento para o laboratório; falta de estrutura adequada para instalação das UTECs; falta de estrutura física e de equipamentos; falta de estrutura de trabalho; falta de infraestrutura adequada; falta de viatura para a UTEC; ausência de equipamento para o atendimento mais célere de exames de substâncias e medicamentos; ausência de equipamentos primordiais; falta de suprimento de caixa para necessidades imediatas; recursos insuficientes ; prédio da delegacia alugado;

iii. **BAIXA MOTIVAÇÃO DO PESSOAL**

- desmotivação dos peritos depois de algum tempo de lotação, em face da pobreza de recursos existentes (cidade pouco desenvolvida); dificuldade de permanência dos PCFs; falta de incentivos financeiros do governo federal para fixar servidores no interior e zona de fronteira do país; maior risco de problemas motivacionais relacionados a questões pessoais em função da lotação; pequena quantidade de PCFs gera problemas sérios relacionados à família, como ausências repetidas em horas indevidas, em função dos longos períodos de sobreaviso; longos períodos de sobreaviso, às vezes de um mês ou mais, para substituir PCFs de férias ou em missão;

iv. **FALTA DE AUTONOMIA ADMINISTRATIVA**

- falta de autonomia dos peritos que ficam muito na mão do chefe da delegacia; subordinação administrativa ao delegado chefe da delegacia; subordinação ao chefe da delegacia; elevada ingerência do delegado no trabalho do perito; administração local acredita que tudo pode ser resolvido imediatamente; maior possibilidade de interferência no trabalho pericial; utilização dos peritos em atividades não periciais;

v. **AUSÊNCIA DE PERITOS MAIS EXPERIENTES**

- ausência de PCFs experientes para orientar em situações mais difíceis; designação de PCF como responsável de unidade de criminalística com pouco tempo de serviço e experiência na área; falta de função gratificada para o responsável;

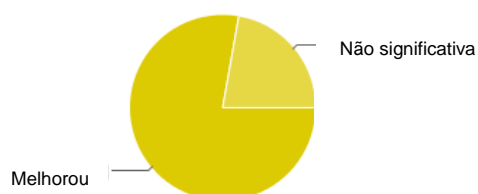
vi. **DIFÍCIL ACESSO À CAPACITAÇÃO**

- falta de capacitação administrativa/gerencial; falta de treinamento para os PCFs; impossibilidade de especialização por área de conhecimento, em virtude do número reduzido de peritos; falta de divulgação interna dos trabalhos da unidade;

vii. **PROBLEMAS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO EM NÍVEL ESTADUAL**

- falta de uma maior vinculação com o SETEC; crença que a UTEC não está subordinada tecnicamente ao SETEC; má distribuição da circunscrição de atuação da UTEC; falta de planejamento;

36. Qual a sua avaliação em relação ao indicador “TEMPO MÉDIO DE ATENDIMENTO” das solicitações de exames periciais provenientes das delegacias do interior, após a instalação da(s) UTEC (comparando com o período anterior)?



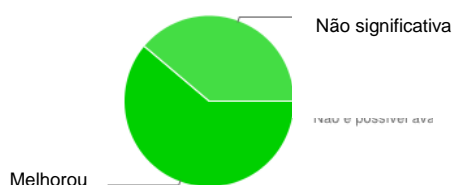
Melhorou (o tempo de atendimento diminuiu) 14 78%

Não houve alteração significativa 4 22%

Piorou (o tempo de atendimento aumentou) 0 0%

Não é possível avaliar 0 0%

37. Qual a sua avaliação em relação ao indicador “QUANTIDADE DE LAUDOS ELABORADOS”, também conhecido como “PRODUÇÃO DE LAUDOS”, em função das solicitações de exame pericial provenientes das delegacias do interior, após a instalação da(s) UTEC (comparando com o período anterior)?



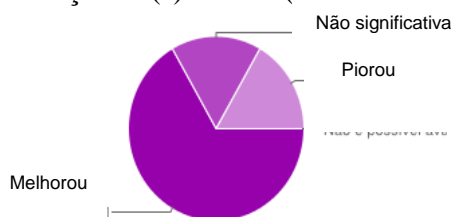
Melhorou (a produção aumentou) 11 61%

Não houve alteração significativa 7 39%

Piorou (a produção diminuiu) 0 0%

Não é possível avaliar 0 0%

38. Qual a sua avaliação em relação ao indicador “QUANTIDADE DE SOLICITAÇÕES DE EXAME AGUARDANDO ATENDIMENTO”, também conhecido como “PENDÊNCIA DE LAUDOS”, em função das solicitações provenientes das delegacias do interior, após a instalação da(s) UTEC (com o período anterior)?



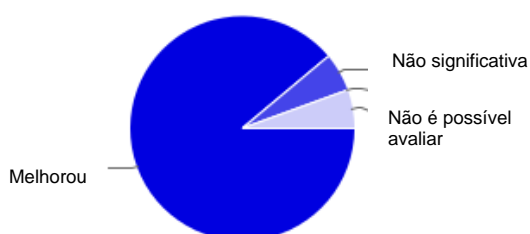
Melhorou (a pendência diminuiu) 12 67%

Não houve alteração significativa 3 17%

Piorou (a pendência aumentou) 3 17%

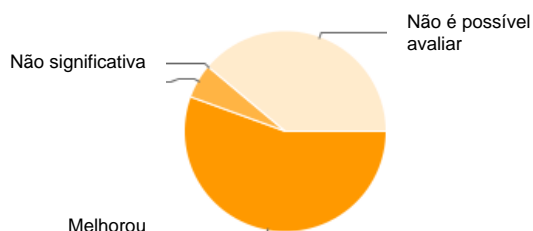
Não é possível avaliar 0 0%

39. Qual a sua avaliação em relação ao indicador “TEMPO DE CHEGADA DOS PERITOS AOS LOCAIS DE CRIME COM VESTÍGIOS CONSIDERADOS EFÊMEROS (vestígios que podem desaparecer ou ser alterados rapidamente)”, em função das solicitações provenientes das delegacias do interior, após a instalação da(s) UTEC (comparando com o período anterior)?



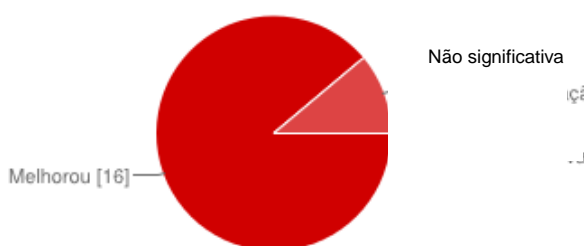
Melhorou (o tempo diminuiu)	16	89%
Não houve alteração significativa	1	6%
Piorou (o tempo aumentou)	0	0%
Não é possível avaliar	1	6%

40. Qual a sua avaliação em relação ao indicador “QUANTIDADE DE LAUDOS ELABORADOS POR PERITOS AD HOC”, em função das solicitações provenientes das delegacias do interior, após a instalação da(s) UTEC (comparando com o período anterior)?



Melhorou (a quantidade diminuiu)	10	56%
Não houve alteração significativa	1	6%
Piorou (a quantidade aumentou)	0	0%
Não é possível avaliar	7	39%

41. Na sua avaliação, após a instalação da(s) UTEC no seu estado, de um modo geral, a QUALIDADE DOS SERVIÇOS prestados pela Perícia Criminal da Polícia Federal:

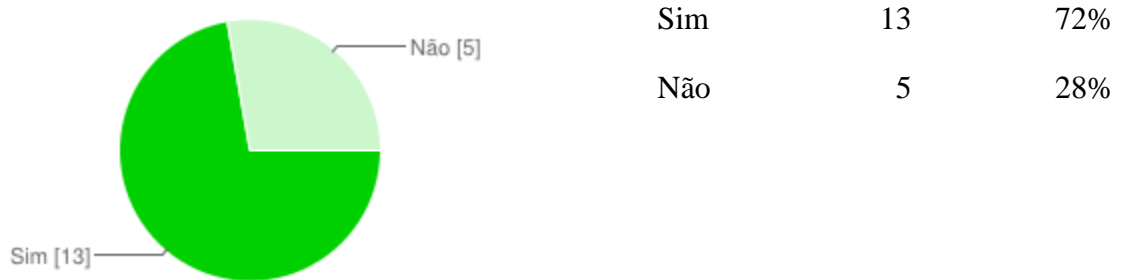


Melhorou	16	89%
Não houve alteração significativa	2	11%
Piorou	0	0%
Não é possível avaliar	0	0%

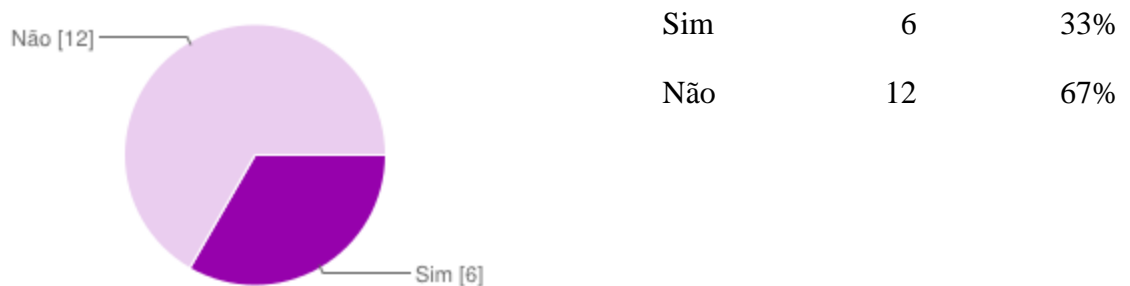
42. Em relação ao futuro da(s) UTEC de seu estado, e considerando os resultados obtidos após a instalação da(s) unidade(s), além de fatores como eficiência, eficácia e efetividade, qual das opções abaixo seria a melhor para o DPF?

Desativar a(s) UTEC, e redistribuir os recursos humanos e materiais para o SETEC da Superintendência Regional do DPF no estado.	2	11%
Manter a(s) UTEC em funcionamento, mas tentar solucionar os problemas atuais, e realizar os investimentos necessários em recursos humanos e materiais.	16	89%

43. Considerando a sua experiência profissional como PCF e como chefe ou substituto do SETEC; os resultados obtidos após a abertura da(s) UTEC; as dificuldades técnicas e administrativas enfrentadas; as vantagens e desvantagens observadas; e as perspectivas para o futuro, você considera que o programa de INSTALAÇÃO DE NOVAS UNIDADES TÉCNICO-CIENTÍFICAS nas delegacias de Polícia Federal no interior do país (Interiorização da Perícia Criminal Federal) deve continuar?



44. Se, hipoteticamente, os Peritos Criminais Federais lotados atualmente na(s) UTEC de seu estado fossem transferidos para o SETEC, as instalações físicas disponíveis seriam suficientes para acomodar adequadamente os servidores?



45. Considerando que parte do trabalho de EXECUÇÃO das atividades periciais passou a ser feito pela(s) UTEC após a interiorização da Perícia Criminal Federal no seu estado, como você avalia a situação da chefia do SETEC em relação ao tempo dedicado ao trabalho de GESTÃO das atividades de perícia criminal?

Melhorou (o tempo dedicado à gestão aumentou)	6	33%
Não sofreu alteração significativa	11	61%
Piorou (o tempo dedicado à gestão diminuiu)	0	0%
Não é possível avaliar	1	6%

5. CONCLUSÕES

Neste capítulo são apresentadas algumas conclusões baseadas nos resultados da pesquisa sobre a interiorização da Perícia Criminal Federal.

Inicialmente será feita uma análise das suposições apresentadas no início deste trabalho à luz dos resultados da pesquisa.

De acordo com a pesquisa, de uma maneira geral, a implantação das UTEC ao longo dos últimos anos promoveu uma melhoria na qualidade da prestação de serviços por parte da Perícia Criminal Federal. No entanto, a melhoria na qualidade do serviço prestado não levou necessariamente à uma melhoria na satisfação dos servidores, devido aos problemas acompanharam a instalação das UTEC.

Pelas respostas dos chefes de SETEC e UTEC foi possível constatar que, de uma maneira geral, houve uma diminuição no tempo de conclusão dos exames e de elaboração dos laudos periciais criminais.

Isto pode explicar parcialmente a redução da quantidade de solicitações de exames periciais pendentes de atendimento, bem como o aumento da quantidade de laudos produzidos, após a implantação das unidades técnico-científicas.

A suposição de que a participação das Unidades Técnico-Científicas nas atividades de execução de exames periciais proporcionou uma maior disponibilidade de tempo nas unidades das capitais (SETEC) e nos órgãos centrais (DITEC e INC) para as atividades de gestão da perícia criminal não pode ser confirmada. Os resultados indicam que este item não sofreu alteração significativa.

Em relação às desvantagens da interiorização, foi confirmada a suposição de que a pulverização de Unidades Técnico-Científicas no interior do país dificulta a lotação e a fixação de Peritos Criminais Federais em cidades pequenas ou com pouca estrutura nas áreas de saúde, educação, lazer e cultura.

O processo de remoção de PCF é considerado ruim ou péssimo para 69% dos chefes de SETEC, e para 85% dos responsáveis pelas UTEC. Este é um fator de grande desmotivação para os PCF lotados no interior. Caso a situação continue como está atualmente, isto pode levar à insatisfação dos servidores lotados nas UTEC, e ao esvaziamento de algumas unidades ao longo do tempo.

A falta de PCF capacitados e com experiência para assumir as funções de chefia em algumas UTEC foi constatada na pesquisa, e comentada pelos próprios respondentes como um aspecto negativo. De acordo com o estudo, 76% dos responsáveis pelas UTEC tem menos de 5 anos de experiência como PCF, sendo que praticamente a metade deles (49%) tem menos de 3 anos no cargo.

Um fato curioso é que 63% dos responsáveis pelas UTEC se consideram com experiência profissional suficiente para a função de chefia, e 61% se consideram capacitados, ou seja, com o conhecimento necessário na área de gestão/administração para assumir a responsabilidade pela UTEC, apesar de afirmarem que o DPF não ofereceu, formalmente, nenhum curso ou treinamento na área de gestão.

A suposição que não há recursos adequados para o bom desempenho dos trabalhos de perícia criminal nas UTEC foi confirmada por meio da pesquisa. Para 76% dos responsáveis pelas UTEC, e para 72% dos chefes de SETEC, a quantidade de recursos financeiros disponibilizados é considerada aquém do necessário para o desempenho das atividades de perícia criminal nas Unidades Técnico-Científicas. Isto influencia não só as atividades periciais, como também as ações de capacitação, fundamentais para profissionais da área técnico-científica.

Para 90 % dos responsáveis pelas UTEC o tempo médio de atendimento das solicitações de exame pericial melhorou com a interiorização, bem como a produção de laudos aumentou na percepção de 78% dos respondentes, e a pendência diminuiu para 73% deles.

Além da constatação observada na pesquisa, o aumento da produção de laudos e a diminuição das pendências nos últimos anos podem ser observados também pela evolução da produção anual e pendências de 2005 a 2011, conforme demonstrado na figura 10. Entretanto, há que se considerar também o ingresso de novos PCF no período.

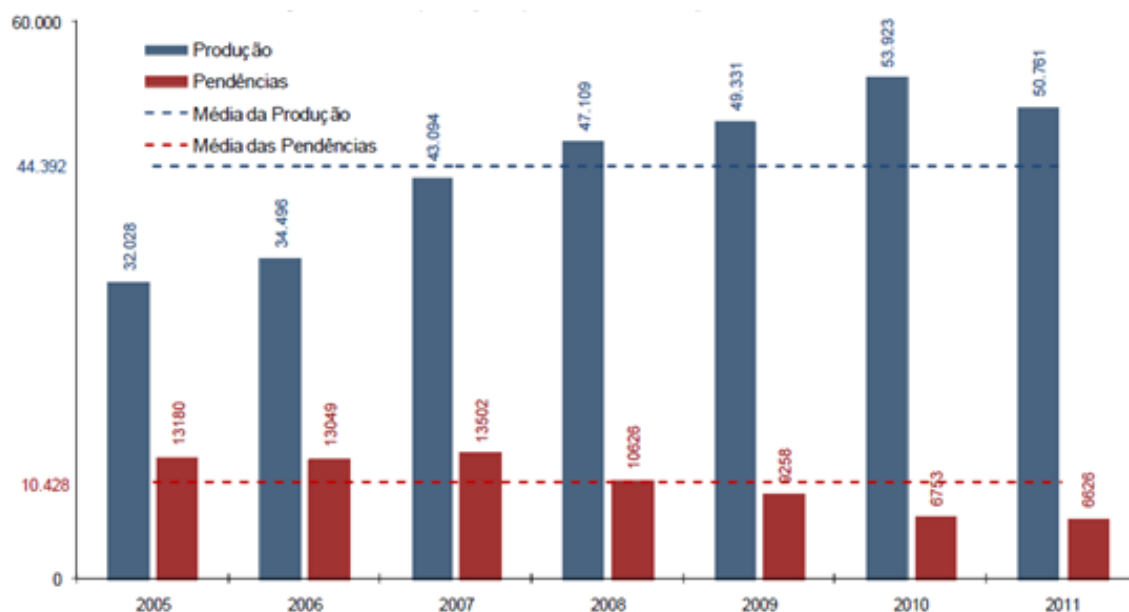


Figura 10 - Evolução da produção anual de laudos e pendências de 2005 a 2011
Fonte: Relatório estatístico da Criminalística 2011

Em relação às pendências, além da constatação da diminuição do número total de solicitações esperando atendimento, de um modo geral, houve uma diminuição mais acentuada nas solicitações mais antigas (com mais de seis meses de espera), conforme demonstrado na figura 12.

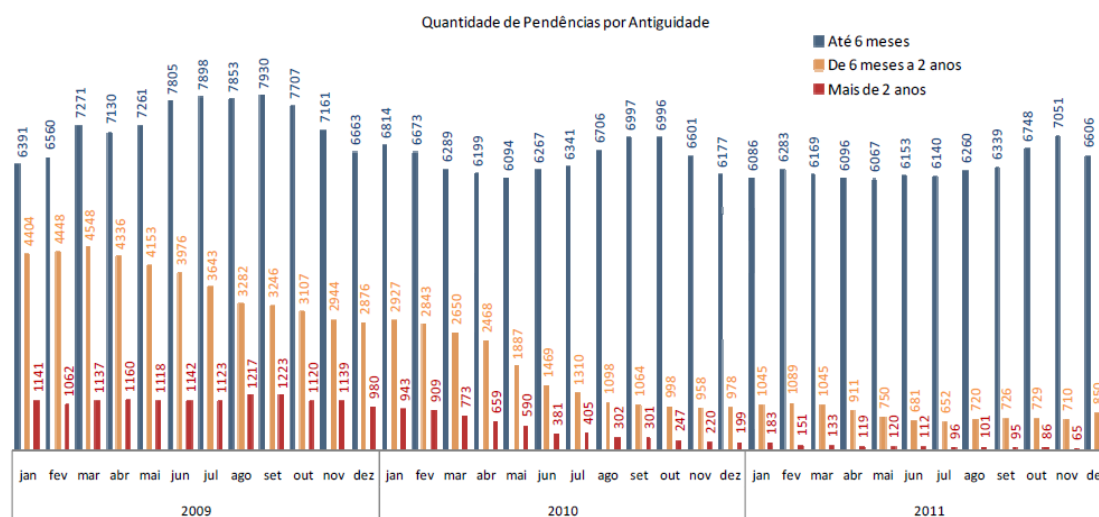


Figura 11 - Quantidade de pendências por antiguidade (tempo de solicitação) de 2009 a 2011.
Fonte: Relatório estatístico da Criminalística 2011

O número de laudos feitos por peritos nomeados *ad hoc* diminuiu na percepção de 61% dos responsáveis pelas UTEC. Um dos motivos pode ter sido a instalação da UTEC com a lotação

de Peritos Criminais Federais, que são Peritos Oficiais, nas regiões onde anteriormente a Perícia não estava presente. Os peritos *ad hoc* somente são nomeados quando não há Peritos Oficiais disponíveis na região.

Para 80 % dos responsáveis pelas UTEC e 89% dos chefes de SETEC o tempo de chegada dos Peritos aos locais de crime com vestígios considerados efêmeros (que podem desaparecer ou ser alterados rapidamente) melhorou. A presença de Peritos nas cidades do interior possibilita que os locais de crime sejam processados dentro de um prazo menor, de maneira que os vestígios sejam localizados, coletados, protegidos, examinados ou transportados para o laboratório de maneira mais adequada.

Os Peritos lotados nas UTEC tem uma proximidade maior com os delegados e outros policiais, o que proporciona uma melhor interação e a aumenta a possibilidade de resolução de problemas com o diálogo. Esta interação proporciona a participação de PCF no planejamento de operações locais, fato que pode resultar em mais qualidade para o trabalho pericial futuro.

A presença das unidades técnico-científicas nas pequenas cidades auxilia bastante na divulgação do trabalho da perícia criminal. A população das cidades interioranas tem a oportunidade de conhecer melhor as ações dos peritos criminais quando existe uma UTEC na região.

Uma das constatações em relação aos recursos humanos foi que praticamente nenhuma UTEC tem servidor administrativo lotado na unidade. Com isso o importante e necessário serviço administrativo ou não é realizado, ou tem que ser feito por um dos poucos Peritos Criminais que compõem o pequeno efetivo local existente nas unidades.

Apesar de algumas melhorias nas informações estatísticas de produção e pendência, a quantidade total de peritos em várias UTEC é insuficiente para atender à demanda. Esta é a principal causa de vários problemas. Além da questão numérica, a falta de especialistas que possam realizar os exames periciais criminais típicos de cada região gera um acúmulo de pendências na UTEC, e a sobrecarga do SETEC, pois na impossibilidade de atendimento por falta de pessoal, as solicitações tem que ser repassadas para a capital.

As principais vantagens ou aspectos positivos da implantação de unidades técnico-científicas citadas pelos respondentes da pesquisa foram resumidas e condensadas, e são apresentadas a seguir.

- i. Mais rapidez no atendimento
- ii. Mais eficiência, otimização do trabalho e diminuição de pendências
- iii. Mais proximidade, interação e integração com os usuários
- iv. Realização de serviços que não eram executados anteriormente
- v. Divulgação do trabalho da perícia
- vi. Novos conhecimentos e experiências
- vii. Boa infraestrutura

As principais desvantagens, problemas ou aspectos negativos da implantação de unidades técnico-científicas citadas pelos respondentes da pesquisa foram resumidas e condensadas, e são apresentadas a seguir.

- i. Quantidade insuficiente de pessoal
- ii. Infraestrutura deficiente
- iii. Difícil acesso à capacitação
- iv. Falta de autonomia administrativa
- v. Baixa motivação do pessoal
- vi. Ausência de peritos mais experientes
- vii. Problemas de planejamento e gestão em nível estadual

Quanto à infraestrutura houve uma divisão de opiniões. Para alguns chefes a infraestrutura das UTEC é considerada boa. Para outros ela é deficiente. Esta situação foi percebida quando da apresentação das vantagens e desvantagens da implantação das unidades. As opiniões se mostraram divididas também na resposta das questões específicas sobre o assunto no questionário. Metade dos responsáveis pelas UTEC (51%) consideraram as instalações físicas e os equipamentos técnico-científicos das unidades adequados à necessidade. A outra parte (49%) considerou que instalações e equipamentos estão aquém da necessidade.

A conclusão final é que o programa de interiorização da perícia criminal federal, apesar das dificuldades enfrentadas, tem conseguido alguns bons resultados. Para 89% dos chefes de SETEC e 90% dos responsáveis pelas UTEC a qualidade dos serviços prestados pela Perícia Criminal da Polícia Federal melhorou após a instalação das UTEC.

89% dos chefes de SETEC e 85% dos responsáveis pelas UTEC se manifestaram favoráveis à manutenção das atuais UTEC em funcionamento. 72% dos chefes de SETEC e 66% dos responsáveis pelas UTEC se manifestaram favoráveis à continuidade do programa de interiorização da Perícia Criminal Federal.

Entretanto, segundo os respondentes da pesquisa, tanto a manutenção das atuais UTEC em funcionamento quanto a abertura de novas unidades somente deve acontecer se os problemas existentes atualmente forem solucionados, e se os investimentos necessários em recursos humanos e materiais forem realizados.

Este estudo visa contribuir para o debate de um problema real e atual da Criminalística brasileira no âmbito da Polícia Federal. Mas esta pesquisa não tem a pretensão de encerrar a discussão sobre a interiorização da Perícia Criminal Federal. Existem outras questões a serem respondidas. É preciso saber, por exemplo, qual a opinião dos usuários dos serviços da Perícia Criminal Federal. Os Juízes, Procuradores e Delegados de Polícia, ou seja, os “clientes” mais próximos e destinatários dos laudos periciais são fonte valiosa de informação que pode auxiliar a melhorar ainda mais o serviço prestado pelos PCF.

Uma questão que pode ser melhor investigada é qual a expectativa profissional e pessoal dos Peritos Criminais Federais que tomam posse nas UTEC situadas nas cidades do interior do país. Outro tema interessante para pesquisa futura é quais seriam as características que uma cidade e uma delegacia de Polícia Federal deveriam apresentar para fixar os Peritos Criminais Federais por mais tempo nas Unidades Técnico-Científicas.

A pesquisa e o estudo de assuntos relacionados à gestão das atividades de Criminalística da Polícia Federal, como foi o caso da interiorização da Perícia Criminal Federal, tema desta dissertação, podem contribuir bastante para que a Perícia Criminal Federal possa continuar crescendo, mas com a qualidade necessária para poder servir melhor à sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

BELTRÃO, Hélio. *Descentralização e liberdade*. Rio de Janeiro: Record, 1984.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 5 out. 1988. Disponível em <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.shtm>. Acesso em 14 jan. 2012.

_____. Decreto nº 4.720, de 5 de junho de 2003. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Justiça, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 6 jun. 2003.

_____. Decreto nº 56.510, de 28 de junho de 1965. Aprova o Regulamento Geral do Departamento Federal de Segurança Pública. Diário Oficial da União, Brasília, 29 jun. 1965.

_____. Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 22 dez. 2009.

_____. Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da administração federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 27 fev. 1967.

_____. Emenda constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969. Diário Oficial da União, Brasília, 20 out. 1969.

_____. Lei nº 4.483, de 16 de novembro de 1964. Reorganiza o Departamento Federal de Segurança Pública, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 24 nov. 1964.

_____. Lei n. 5.010, de 30 de maio de 1966. Organiza a Justiça Federal de primeira instância, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1 jun. 1966.

_____. Lei nº 9.788, de 19 de fevereiro de 1999. Dispõe sobre a reestruturação da Justiça Federal de Primeiro Grau nas cinco Regiões, com a criação de Varas Federais e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 22 fev. 1999.

_____. Lei nº 10.772, de 21 de novembro de 2003. Dispõe sobre a criação de 183 Varas Federais destinadas precipuamente à interiorização da Justiça Federal de Primeiro Grau e à implantação dos Juizados Especiais no País e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 24 nov. 2003.

_____. Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006. Dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União. Diário Oficial da União, Brasília, 15 dez. 2006.

_____. Lei nº 11.690, de 9 de junho de 2008. Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos à prova, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jun. 2008.

_____. Lei nº 12.011, de 04 de agosto de 2009. Dispõe sobre a criação de 230 Varas Federais, destinadas, precipuamente, à interiorização da Justiça Federal de primeiro grau e à implantação dos Juizados Especiais Federais no País, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 05 ago. 2009.

_____. Lei nº 12.030, de 17 de setembro de 2009. Dispõe sobre as perícias oficiais e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 18 set. 2009.

_____. Ministério da Justiça. Portaria nº 2.877, de 30 de dezembro de 2011. Aprova o Regimento Interno do Departamento de Polícia Federal. Diário Oficial da União, Brasília, 02 jan. 2012.

_____. Ministério da Justiça. Departamento de Polícia Federal. Diretoria Técnico-Científica. Publicação Institucional. Brasília. 2004.

_____. Ministério da Justiça. Departamento de Polícia Federal. Histórico do DPF. Disponível em <<http://dpf.gov.br>> Intranet. Acesso em: 19/12/2010.

_____. Ministério da Justiça. Departamento de Polícia Federal. Instrução Normativa nº 13/2005-DG/DPF. Dispõe sobre a estrutura do Departamento de Polícia Federal. Disponível em <<http://dpf.gov.br>> Intranet. Acesso em 29/12/2010.

_____. Ministério da Justiça. Departamento de Polícia Federal. Organograma da Diretoria Técnico-Científica (DITEC). Disponível em <<http://ditec.dpf.gov.br>> Intranet. Acesso em 19/12/2010.

_____. Ministério da Justiça. Departamento de Polícia Federal. Organograma do DPF. Disponível em <<http://dpf.gov.br>> Acesso em 18/12/2009.

_____. Ministério da Justiça. Departamento de Polícia Federal. Organograma do INC. Disponível em <<http://ditec.dpf.gov.br>> Intranet. Acesso em: 19/12/2010.

_____. Ministério da Justiça. Departamento de Polícia Federal. Relatório anual de atividades 2006. Disponível em <<http://www.dpf.gov.br>>. Acesso em 28/12/2010.

_____. Ministério da Justiça. Departamento de Polícia Federal. Relatório anual do Instituto Nacional de Criminalística 2004. Disponível em <<http://ditec.dpf.gov.br>> Intranet. Acesso em 29/12/2010.

_____. Ministério da Justiça. Departamento de Polícia Federal. Diretoria Técnico-Científica. *Relatório estatístico das atividades do Sistema Nacional de Criminalística 2011*. Disponível em <<http://intranet.dpf.gov.br/ditec/>> Intranet. Acesso em 27/02/2012.

_____. Ministério da Justiça. Departamento de Polícia Federal. Missão e competência da Diretoria Técnico-Científica do Departamento de Polícia Federal. Disponível em <<http://ditec.dpf.gov.br>> Intranet. Acesso em 27/12/2010.

BRASIL. Poder Judiciário. Conselho da Justiça Federal. *Relatório de prestação de contas - Conselho e Justiça Federal de 1º e 2º Graus - Exercício 2011*. Brasília, 30/03/2012. Disponível em <<http://www.jf.jus.br/cjf/cjf/transparencia-publica/transperencia-no-cjf/relatorios-do-cjf/relatorio-de-prestacao-de-contas/REL%20PREST%20DE%20CONTAS%202011.pdf>>. Acesso em 12/05/2012.

CALLAHAN, Terry. Organizational alignment of the credit and accounts receivable function. In: *Business Credit*. New York. Jun 2000.

CARDOSO, Antonio Pessoa. Polícia: Profissão Perigo. In: *IBRAJUS. Revista online*. Salvador, agosto 2010. Disponível em <<http://www.ibrajus.org.br/revista/artigo.asp?idArtigo=177>>. Acesso em 23/03/2012.

CARVALHO, Jailton de. *Ministério da Justiça decide revisar política de segurança*. O Globo, Rio de Janeiro, 15 fev. 2012. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/pais/ministerio->

da-justica-decide-revisar-politica-de-seguranca-3976903#ixzz1uhtcUBYh>. Acesso em 27/02/2012.

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL. Portal da Justiça Federal. Disponível em <<http://www.jf.jus.br/cjf>>. Acesso em 25/05/2012.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. – 12. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2009.

HOMBURG, Christian. WORKMAN, Jonh P. JENSEN, Ove. Fundamental changes in marketing organization: The movement toward a customer-focused organizational structure. In: *Academy of Marketing Science Journal*. Greenvale. Fall 2000.

JOHNSON, P. F.; LEENDERS, M. R. The supply organizational structure dilemma. In *Journal of Supply Chain Management*. Tempe. Summer 2001.

LOBO, Thereza. Descentralização: conceitos, princípios, prática governamental. In: *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 74, p. 5-10, agosto 1990.

MANSOLDO, Mary. Processo sincrético e o cumprimento de sentença. In: *Âmbito Jurídico*. Rio Grande, XIV, n. 87, abr 2011. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9322>. Acesso em jun 2012.

MCCUE, Clifford P. PITZER, Jack T. Centralized vc. Decentralized purchasing: Current trends in governmental. In: *Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management*. Fort Lauderdale. Fall 2000.

MINTZBERG, Henry. *Criando Organizações Eficazes: estruturas em cinco configurações*. São Paulo: Atlas, 1995.

NUCCI, Guilherme Souza. *Manual de Processo Penal e Execução Penal*. 6. Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

OLIVEIRA, Maria Célia Néri de. *Por dentro do MPF*. 6ª edição. Brasília: PGR/SECOM, 2010. 103 p.

POLÍCIA FEDERAL. Histórico da Polícia Federal. Disponível em <<http://www.dpf.gov.br/institucional/historia/>>. Acesso em 28/03/2012.

RABELLO, Eraldo. *Curso de Criminalística: Sugestões de programa para as faculdades de direito*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1996.

REINA, Donizete et al. Governança corporativa no desenvolvimento regional: uma análise da descentralização das ações no governo do estado de Santa Catarina. XII SEMEAD. In *FEA USP*. São Paulo, 2009. Disponível em <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/12semead>>. Acesso em 19/12/2010.

STUMVOLL, Victor Paulo. *Criminalística*. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 1999.

TÁVORA, Nestor; ALENCAR, Rosmar Rodrigues. *Curso de Direito Processual Penal*. 3 ed. Salvador: JusPODIVM, 2009.

TIEZZI JUNIOR, Sergio. *O processo de descentralização brasileiro nos anos 90*. Dissertação de mestrado em Administração. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.128 p.

VASCONCELLOS, Eduardo. Centralização x Descentralização: Uma aplicação para laboratórios de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento. In: *Ref. Adm. IA – USP*. São Paulo, Vol. 14 (2), pag. 101-121, abr/jun 1979.

VASCONCELLOS, Eduardo. HEMSLEY, James R. *Estrutura das Organizações, Estruturas Tradicionais, Estruturas para Inovação. Estrutura Matricial*. 3. Ed. São Paulo: Pioneira, 1997.

VERGARA, Sylvia Constant. *Métodos de pesquisa em administração*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. *Métodos de coleta de dados no campo*. São Paulo: Atlas, 2009.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2011: os jovens no Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari; Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2011.

_____. *Mapa da violência 2012: os novos padrões da violência homicida no Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari, 2011.

WRIGHT, James T. C.; GIOVINAZZO, Renata A. Estrutura organizacional e a questão da centralização x descentralização de áreas de apoio – o caso da secretaria dos transportes. VI

SEMEAD. In *FEA USP*. São Paulo, 2003. Disponível em <http://www.ead.fea.usp.br/semead/6semead/index.htm>. Acesso em 10/12/2010.

Apêndice 1 - Questionário enviado aos responsáveis pelas UTEC

Prezado(a) senhor(a),

Com o objetivo de colaborar com uma pesquisa acadêmica sobre as Unidades Técnico-Científicas do Departamento de Polícia Federal (DPF), desenvolvida em função do curso de Mestrado em Administração Pública com ênfase em Criminalística, ministrado pela Fundação Getúlio Vargas, solicito o obséquio de responder às questões abaixo.

Nas questões a seguir o termo Unidade Técnico-Científica se refere tanto à UTEC quanto ao NUTEC (Núcleo Técnico-Científico). O foco deste questionário são unidades técnico-científicas descentralizadas situadas nas delegacias do DPF no interior do país.

A identidade do respondente não será divulgada. As informações serão analisadas para o conjunto das unidades, de forma global, sem considerar ou destacar nenhuma delas individualmente.

Muito obrigado pela participação!

1. Sua Unidade Técnico-Científica está localizada em que estado do país?

• BA	• MG	• PA	• RO
• CE	• MS	• PE	• RS
• MA	• MT	• PR	• SP

2. Qual a sua função (responsabilidade) em relação à administração da Unidade Técnico-Científica?

• Sou o atual responsável	• Sou o atual responsável-substituto
---------------------------	--------------------------------------

3. Qual o seu nível de formação?

• Graduação	• Mestrado	• Doutorado
-------------	------------	-------------

4. Quanto tempo você tem de experiência profissional como Perito Criminal Federal (PCF)? Considere como início a data de entrada em exercício no DPF.

• Entre 0 e 3 anos	• Entre 11 e 15 anos	• Entre 26 e 30 anos
• Entre 4 e 5 anos	• Entre 16 e 20 anos	• Mais de 31 anos
• Entre 6 e 10 anos	• Entre 21 e 25 anos	

5. Qual a sua faixa etária?

• 21 a 25 anos	• 31 a 35 anos	• 41 a 45 anos
• 26 a 30 anos	• 36 a 40 anos	• 46 a 50 anos

- 51 a 55 anos
 - mais que 56 anos
6. Numa escala de 0 a 10, qual o seu grau de satisfação profissional como Perito Criminal Federal? Marque um número na escala a seguir, sendo “0” para “Totalmente Insatisfeito”, e 10 para “Totalmente Satisfeito”.
- Totalmente Insatisfeito - 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 - Totalmente Satisfeito
7. Há quanto tempo você exerce a função de responsável ou substituto pela Unidade Técnico-Científica? (Se era o substituto e atualmente é o responsável, some os dois períodos).
- Menos de 1 ano
 - Mais de 1 ano
 - Mais de 2 anos
 - Mais de 3 anos
 - Mais de 4 anos
 - Mais de 5 anos
8. Quanto tempo de funcionamento tem a sua Unidade Técnico-Científica (em anos completos)?
- 1 ano
 - 2 anos
 - 3 anos
 - 4 anos
 - 5 anos
 - 6 anos
 - 7 anos
 - 8 anos
 - 9 anos ou mais
9. O DPF ofereceu, formalmente, algum curso ou treinamento na área de gestão para que você se preparasse para desempenhar melhor as funções de responsável titular ou substituto pela sua unidade?
- Sim
 - Não
10. Você se considera capacitado (com o conhecimento necessário) na área de gestão/administração para ser o responsável ou o substituto por uma Unidade Técnico-Científica?
- Sim
 - Não
11. Você considera que o tempo de experiência profissional como PCF é um requisito importante para que um servidor exerça a função de responsável por uma Unidade Técnico-Científica?
- Sim
 - Não
12. Você se considera com experiência profissional suficiente (como PCF) para ser o responsável ou o substituto por uma Unidade Técnico-Científica?
- Sim
 - Não
13. Quantos Peritos Criminais Federais estão lotados atualmente na sua Unidade Técnico-Científica, incluindo você?
- Informar o número de servidores PCF lotados.
14. De acordo com a sua avaliação, e considerando a quantidade de trabalho da sua unidade, de um modo geral, **a quantidade de Peritos Criminais Federais** lotados atualmente na sua Unidade Técnico-Científica está:

- Abaixo do necessário
- Adequada à necessidade
- Acima do necessário

15. Quantos servidores administrativos (AADM) estão lotados atualmente na sua Unidade Técnico-Científica?

- Informar o número de servidores AADM lotados.

16. De acordo com a sua avaliação, e considerando a quantidade de trabalho da sua unidade, a **quantidade de servidores administrativos** (AADM) lotados atualmente na sua Unidade Técnico-Científica está:

- Abaixo do necessário
- Adequada à necessidade
- Acima do necessário

17. Quantas vezes o chefe do SETEC de seu estado visitou a sua Unidade Técnico-Científica nos últimos 12 meses?

- Nenhuma vez
- 1 vez
- 2 vezes
- 3 vezes ou mais

18. Faça uma avaliação considerando aspectos como tamanho, conservação, temperatura, ventilação, iluminação, limpeza, acessibilidade e segurança das instalações físicas necessárias para o desempenho das atividades de perícia criminal, tais como escritórios (salas dos peritos), laboratórios, locais para a guarda de vestígios e de materiais, sala para reunião, secretaria e sala do responsável, entre outros. De um modo geral, as **INSTALAÇÕES FÍSICAS** da sua Unidade Técnico-Científica atualmente estão:

- aquém da necessidade
- adequadas à necessidade
- além da necessidade

19. Faça uma avaliação considerando aspectos como quantidade, qualidade, estado de conservação, manutenção e utilidade dos equipamentos técnico-científicos necessários para o desempenho das atividades de perícia criminal, de acordo com as áreas de perícia mais demandadas conforme a realidade regional, tais como documentoscopia, meio ambiente, laboratório, perícias externas, engenharia, audiovisual, informática, balística, entre outras. De um modo geral, os **EQUIPAMENTOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS** da sua unidade atualmente estão:

- aquém da necessidade
- adequados à necessidade
- além da necessidade

20. Faça uma avaliação considerando aspectos como quantidade, qualidade, estado de conservação, manutenção e utilidade dos equipamentos de informática e de comunicação necessários para o desempenho das atividades de perícia criminal, tais como computadores, impressoras, *scanner*, modem, roteador, no-break, telefones, fax, rede, internet, intranet, entre outros. De um modo geral, os **EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO** da sua unidade atualmente estão:

- aquém da necessidade

- adequados à necessidade
- além da necessidade

21. Faça uma avaliação considerando aspectos como quantidade, qualidade, estado de conservação e utilidade dos móveis necessários para o desempenho das atividades de perícia criminal, tais como mesas, cadeiras, armários, divisórias, entre outros. De um modo geral, o **MOBILIÁRIO** da sua unidade atualmente pode ser considerado:

- aquém da necessidade
- adequado à necessidade
- além da necessidade

22. Faça uma avaliação levando em conta aspectos como quantidade, qualidade e regularidade no fornecimento do material de consumo necessário para o desempenho das atividades de perícia criminal, tais como papel, *toner*, tinta, reagentes, pilhas, combustível, entre outros. De um modo geral, o **MATERIAL DE CONSUMO** da sua unidade atualmente pode ser considerado:

- aquém da necessidade
- adequado à necessidade
- além da necessidade

23. Faça uma avaliação considerando aspectos como disponibilidade, quantidade, qualidade, adequação, estado de conservação, manutenção e utilidade dos veículos necessários para o desempenho das atividades de perícia criminal. De um modo geral, a estrutura de **TRANSPORTE** da sua Unidade Técnico-Científica atualmente está:

- aquém da necessidade
- adequada à necessidade
- além da necessidade

24. Considerando as diferentes áreas de formação acadêmica dos Peritos Criminais Federais lotados atualmente na sua unidade, e os tipos de solicitação de exame mais característicos de sua região, você avalia que a quantidade de **PCF COM FORMAÇÃO ESPECÍFICA** em relação à demanda de exames está:

- aquém da necessidade
- adequada à necessidade
- além da necessidade

25. Faça uma avaliação considerando aspectos como quantidade e qualidade de ações de capacitação/treinamento necessárias para o desempenho das atividades de perícia criminal. De um modo geral, a **CAPACITAÇÃO** dos servidores de sua Unidade Técnico-Científica atualmente está:

- aquém da necessidade
- adequada à necessidade
- além da necessidade

26. A quantidade de **RECURSOS FINANCEIROS** disponibilizados para o desempenho das atividades de perícia criminal da sua Unidade Técnico-Científica atualmente, de um modo geral, pode ser considerada:

- aquém da necessidade
- adequada à necessidade
- além da necessidade

27. A sua unidade está inserida formalmente na estrutura organizacional do DPF definida no regimento interno atual aprovado pela Portaria do Ministério da Justiça nº 2.877, de 30/12/2011?

- Sim
- Não

28. Como você avalia a importância da Unidade Técnico-Científica estar formalmente inserida na estrutura organizacional do DPF?

- Não é importante
- É muito importante
- É pouco importante
- É fundamental

29. Você recebe alguma gratificação pecuniária pelo desempenho da função de responsável ou substituto pela gestão da sua Unidade Técnico-Científica?

- Sim
- Não

30. Considerando fatores como motivação e compromisso com o trabalho, como você avalia a importância do recebimento de gratificação pecuniária pelo desempenho da função de responsável pela gestão de uma Unidade Técnico-Científica?

- Não é importante
- É pouco importante
- É muito importante
- É fundamental

31. Considerando as competências necessárias (conhecimentos, habilidades e atitudes) para o exercício da função de responsável pela gestão de uma Unidade Técnico-Científica, como você avalia a importância desta função ser desempenhada por um PCF mais experiente situado na primeira classe ou na classe especial?

- Não é importante
- É pouco importante
- É muito importante
- É fundamental

32. Considerando especialmente as Unidades Técnico-Científicas, como você qualifica o atual processo de **lotação e remoção** de Peritos Criminais Federais?

- Péssimo
- Ruim
- Regular
- Bom
- Ótimo

33. Considerando fatores como comprometimento do servidor e motivação para o trabalho, como você avalia a importância da existência de um processo justo e eficiente de lotação e remoção de Peritos Criminais Federais?

- Não é importante
- É pouco importante

- É muito importante
- É fundamental

34. Como você qualifica a atuação da **CHEFIA DA DELEGACIA**, no que diz respeito à administração da sua Unidade Técnico-Científica, para o bom desempenho das atividades de perícia criminal?

- Péssima
- Ruim
- Regular
- Boa
- Ótima

35. Como você qualifica a atuação do **SETOR TÉCNICO-CIENTÍFICO**, no que diz respeito à administração da sua Unidade Técnico-Científica, para o bom desempenho das atividades de perícia criminal?

- Péssima
- Ruim
- Regular
- Boa
- Ótima

36. Como você qualifica a atuação da **SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL**, no que diz respeito à administração da sua Unidade Técnico-Científica, para o bom desempenho das atividades de perícia criminal?

- Péssima
- Ruim
- Regular
- Boa
- Ótima

37. Como você qualifica a atuação do **INSTITUTO NACIONAL DE CRIMINALÍSTICA**, no que diz respeito à administração da sua Unidade Técnico-Científica, para o bom desempenho das atividades de perícia criminal?

- Péssima
- Ruim
- Regular
- Boa
- Ótima

38. Como você qualifica a atuação da **DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA**, no que diz respeito à administração da sua unidade, para o bom desempenho das atividades de perícia criminal?

- Péssima
- Ruim
- Regular
- Boa
- Ótima

39. De acordo com a sua avaliação, e considerando os serviços prestados pela Perícia Criminal da Polícia Federal, cite resumidamente três **MELHORIAS OU ASPECTOS POSITIVOS** relacionados à instalação da sua Unidade Técnico-Científica.

40. De acordo com a sua avaliação, e considerando os serviços prestados pela Perícia Criminal da Polícia Federal, cite resumidamente três **ASPECTOS NEGATIVOS OU PROBLEMAS** relacionados à instalação da sua Unidade Técnico-Científica.

41. Qual a sua avaliação em relação ao indicador “**TEMPO MÉDIO DE ATENDIMENTO**” das solicitações de exames periciais provenientes da sua região, após a instalação da Unidade Técnico-Científica (comparando com o período anterior à existência da UTEC)?

- Melhorou (o tempo de atendimento diminuiu)
- Não houve alteração significativa
- Piorou (o tempo de atendimento aumentou)
- Não é possível avaliar

42. Qual a sua avaliação em relação ao indicador “quantidade de laudos elaborados”, também conhecido como “**PRODUÇÃO DE LAUDOS**”, em função das solicitações de exame pericial provenientes da sua região, após a instalação da Unidade Técnico-Científica (comparando com o período anterior à existência da UTEC)?

- Melhorou (a produção aumentou)
- Não houve alteração significativa
- Piorou (a produção diminuiu)
- Não é possível avaliar

43. Qual a sua avaliação em relação ao indicador “quantidade de solicitações de exame aguardando atendimento”, também conhecido como “**PENDÊNCIA DE LAUDOS**”, em função das solicitações provenientes da sua região, após a instalação da Unidade Técnico-Científica (comparando com o período anterior à existência da UTEC)?

- Melhorou (a pendência diminuiu)
- Não houve alteração significativa
- Piorou (a pendência aumentou)
- Não é possível avaliar

44. Qual a sua avaliação em relação ao indicador “**TEMPO DE REALIZAÇÃO DE EXAME PERICIAL EM LOCAIS DE CRIME COM VESTÍGIOS CONSIDERADOS EFÊMEROS**”, em função das solicitações provenientes da sua região, após a instalação da Unidade Técnico-Científica (comparando com o período anterior à existência da UTEC)?

- Melhorou (o tempo diminuiu)
- Não houve alteração significativa
- Piorou (o tempo aumentou)
- Não é possível avaliar

45. Qual a sua avaliação em relação ao indicador “**QUANTIDADE DE LAUDOS ELABORADOS POR PERITOS *ad hoc***”, em função das solicitações provenientes da sua região, após a instalação da Unidade Técnico-Científica (comparando com o período anterior à existência da UTEC)?

- Melhorou (a quantidade diminuiu)
- Não houve alteração significativa
- Piorou (a quantidade aumentou)
- Não é possível avaliar

46. Na sua avaliação, após a instalação da Unidade Técnico-Científica na sua região, de um modo geral, a **QUALIDADE DOS SERVIÇOS** prestados pela Perícia Criminal da Polícia Federal:

- Melhorou
- Não sofreu alteração significativa
- Piorou
- Não é possível avaliar

47. Em relação ao futuro de sua Unidade Técnico-Científica, e considerando os resultados obtidos após a instalação da UTEC, além de fatores como eficiência, eficácia e efetividade, qual das opções abaixo seria a melhor para o DPF?

- Desativar a UTEC, e redistribuir os recursos humanos e materiais para o SETEC da Superintendência Regional do DPF no estado.
- Manter a UTEC em funcionamento, mas tentar solucionar os problemas atuais, e realizar os investimentos necessários em recursos humanos e materiais.

48. Considerando a sua experiência profissional como PCF e como responsável ou substituto pela sua unidade; os resultados obtidos após a abertura de sua UTEC; as dificuldades técnicas e administrativas enfrentadas; as vantagens e desvantagens observadas; e as perspectivas para o futuro, você considera que o programa de **instalação DE NOVAS UNIDADES TÉCNICO-CIENTÍFICAS** nas delegacias de Polícia Federal no interior do país - Interiorização da Perícia Criminal Federal - deve continuar?

- Sim
- Não

Anexo 1 – Memorando Circular - GAB/DITEC

Pesquisa sobre as condições da delegacia para instalação de unidade técnico-científica

Memorando Circular

Brasília, junho de 2005.

As Suas Senhorias os(as) Senhores(as) Superintendentes Regionais do DPF

Assunto: Interiorização do Segmento Técnico-Científico do DPF

Senhores(as) Superintendentes Regionais,

Cumprimentando-os cordialmente, dirijo-me a Vossas Senhorias para informar que a Diretoria Técnico-Científica está elaborando projeto de interiorização do segmento Técnico-Científico, que tem como objetivo principal lotar Peritos Criminais Federais, aprovados em recente concurso, em algumas delegacias do interior do país, a partir de 2006, criando as unidades técnico-científicas descentralizadas.

Para melhor atender a necessidade dessas delegacias é necessário, primeiramente, fazer um diagnóstico da demanda de exames periciais e das condições de infraestrutura física e de logística da Delegacia. Essas informações são fundamentais para subsidiar o planejamento da implantação das unidades técnico-científicas que atendam mais de uma delegacia, assim como, para a indicação de PCFs de áreas afins às necessidades da Delegacia, além de identificar o espaço físico para a instalação futura de equipamentos específicos para a realização dos exames periciais.

Isto posto, solicito os bons préstimos de Vossas Senhorias no sentido de encaminhar para as delegacias subordinadas dessa SR esta solicitação, para que, em conjunto com as Chefias dos SETECs dessa regional, os Chefes das delegacias informem as necessidades destacadas e respondam ao questionário anexo até o dia 15 de julho de 2005.

Antecipadamente agradeço a atenção dispensada e coloco esta DITEC à disposição para colaborar com essa Superintendência Regional sempre que necessário.

Atenciosamente,

Diretor Técnico-Científico

Continuação - Anexo 1 – Memorando Circular - GAB/DITEC

Delegacia/SR

- Nome do Chefe da Delegacia/Cargo
- Distância da capital/SR
- A Delegacia necessita de uma unidade Técnico-Científica? Justifique.

Perfil da demanda

- N° de Inquéritos Abertos
- N° Inquéritos Relatados
- N° Inquéritos Pendentes
- Existem perícias pendentes? Quantas?
- Qual o tempo médio de atendimento de uma perícia?
- Qual a frequência média de ocorrências de local de crime?
- Qual a frequência média de ocorrências de entorpecentes?
- Qual o entorpecente mais apreendido?
- Qual o exame pericial mais solicitado?
- O Delegado responsável já nomeou perito ad hoc para atender a demanda da delegacia?
- Se sim, qual a frequência? Diariamente, Mensalmente, Anualmente, outro.
- Os peritos ad hoc são: Profissionais Liberais, Servidores Públicos, Policiais Federais, outros.

Perfil de exames periciais e a sua proporção (% do total)

- Documentoscopia
- Entorpecentes/Laboratório
- Contábil/Econômico
- Informática
- Meio Ambiente
- Agronomia
- Geologia/Minerais
- Engenharia Legal (Engenharia Civil)
- Veículos
- Local de crime
- Outros

Perfil da Delegacia

- O prédio é próprio?
- Em caso negativo, pertence a algum órgão público? Qual?
- Fornecer Endereço da Delegacia, Cidade, CEP, Telefone, e-mail.
- As instalações da Delegacia são adequadas e satisfatórias? Justificar, se necessário, indicando as carências enfrentadas.
- Qual a quantidade de servidores administrativos?
- Qual a quantidade de servidores policiais por cargo (DPF, EPF, APF, PPF)
- Existem Estagiários? Quantos?

- Possui equipamentos e programas de informática suficientes para disponibilizar para uma unidade Técnico-Científica? Quais e quantos?
- Possui espaço físico para a instalação da unidade Técnico-Científica?
- Se sim, detalhar o espaço físico (metragem, salas, banheiro, pias, instalação elétrica e hidráulica, com fotos).
- Tem acesso à intranet?
- Tem acesso à internet?
- Possui sistema de malote (Correios) com a sede da SR? Qual o sistema?
- A delegacia dispõe de recursos orçamentários e financeiros próprios para implantar o Núcleo Técnico-Científico?
- Especifique outras atividades que a delegacia desenvolve.

Perfil da Cidade

- Qual o número de habitantes?
- Qual a delegacia mais próxima? Qual a distância?
- A cidade dispõe de aeroporto?
- Existem voos diários para capital?
- A Cidade dispõe de Universidade? Quantas?
- Qual o tipo de universidade (Federal, Estadual, Particular)?
- A Delegacia possui contato com a universidade?
- A Cidade tem Vara da Justiça Federal?
- O Ministério Público Federal está instalado na cidade?
- A Receita Federal, o Ibama, o Incra, os Ministérios do Trabalho e da Previdência possuem postos e/ou delegacias na cidade?
- Outras Considerações.